AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PAULO CÉSAR MACÊDO

JARDIM CÉLIA: SONHO DOURADO OU MARTÍRIO? SEGREGAÇÃO E EXÍLIO SOCIAL "*QUE NASCEU NO MEIO DO CERRADO*"- UBERLÂNDIA – 2009/2014

UBERLÂNDIA
2014

PAULO CÉSAR MACÊDO

JARDIM CÉLIA: SONHO DOURADO OU MARTÍRIO? SEGREGAÇÃO E EXÍLIO SOCIAL "*QUE NASCEU NO MEIO DO CERRADO*"- UBERLÂNDIA – 2009/2014

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia

2014

Paulo César Macêdo

Jardim Célia: Sonho Dourado ou martírio?
Segregação e exílio social "que nasceu no meio do cerrado"
Uberlândia – 2009/2014

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do grau de bacharelado em História e aprovado em sua forma final pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

Uberlândia, ___ de _____de 2014.

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. Antonio de Almeida
(Orientador)

_____
Profª MS. Luciana Tavares Borges

_____
Prof. MS. Tadeu Pereira dos Santos Tadeu

Dedico este trabalho de intensa busca pelo conhecimento à minha filha Clara Lindemann, razão de meus esforços, resistências e militâncias que objetivam uma melhor qualidade de vida para ela e seus contemporâneos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar e de forma carinhosa a minha esposa, companheira, amiga e confidente Anajá Rezende, que durante todo o processo de pesquisa, desde a produção do pré-projeto até a conclusão do mesmo esteve ao meu lado fazendo com que o caminho percorrido fosse mais simples e menos estressante com suas intervenções em conversas e fiel para meu projeto objetivando meu bem estar. Agradeço demais sua paciência e seu companheirismo que me fez ir até onde pude para conquistar tal realização.

Agradeço também "de coração" ao professor e amigo Antônio de Almeida que através de sua paciência imensurável possibilitou através desses anos total liberdade de pesquisa e de expressão para que a finalidade deste trabalho fosse obtida. Agradeço muito por sua orientação e colaboração, pelos momentos divertidos, agradáveis e ricos em aprendizado em nossos encontros para discussão sobre o projeto, mesmo quando este se encontrava em um momento doloroso de sua vida, a você professor dedico meu eterno respeito e admiração.

Um agradecimento especial também ao meu amigo Munís Pedro Alves, que durante a graduação mostrou sempre ser um colega de curso diferenciado em relação à dedicação aos estudos e de forma sempre coerente, humilde e educada "mostrou a que veio" e hoje me serve de exemplo no que tange a dedicação. Obrigado por sua ajuda quando me encontrei em desespero com meu projeto e meu futuro acadêmico, serei eternamente grato aos seus conselhos e sua prestatividade.

Em geral, gostaria de agradecer a todos que fizeram com que as dificuldades fossem suprimidas durante esse longo caminho que percorri: aos colegas de curso com sugestões e infinitas indicações de textos para me servirem; aos moradores do Bairro Jardim Célia que demonstraram ser pessoas prestativas e alegres apesar de todas as dificuldades vivenciadas no cotidiano. A eles, meus eternos aplausos por comprovarem ser mais educados e receptivos que muitos políticos da cidade que acreditam ser intocáveis e amados. Aos funcionários da prefeitura que resolveram deixar questões burocráticas de lado para me atenderem prontamente em entrevistas e conversas informais sobre meu projeto como, o senhor Idari Alves da Silva (Chico), Mestre em História e um excelente ser humano que trabalha há vários anos visando uma melhor qualidade de vida aos cadeirantes de Uberlândia e a todos que necessitam de uma melhor acessibilidade e mobilidade em suas vidas; A Letícia Alves Carvalho, Assistente social super educada e prestativa da Secretaria de Desenvolvimento

Social e Trabalho, ao senhor José Eustáquio da Secretaria de Trânsito e Transportes que mostrou total apoio ao projeto.

Agradeço a minha mãe que me ajudou desde quando decidi deixar de trabalhar aos dezoito anos para me dedicar aos estudos do pré-vestibular. Aos amigos de adolescência que entenderam minhas ausências nas rodas de conversa para me dedicar ao meu projeto. Agradeço a minha patroa Cláudia Schiavinato, que apesar de necessitar da minha mão de obra ao máximo possível em nossa relação de trabalho se mostrou uma pessoa bastante transigente. Também aqueles (as) que não foram citados (as), mas que de alguma forma me auxiliaram e torceram por mim durante os últimos anos.

A todos, o meu eterno agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre o modelo habitacional oferecido pelo poder público à classe trabalhadora do município de Uberlândia e confrontar as diferentes versões dos discursos políticos, reportagens e relatos dos moradores tendo enquanto cerne das discussões a periferização e seus elementos. Para isso, orientamos nossos estudos em torno das discussões sobre vazios urbanos, exclusão sócio-territorial e ocupações periféricas ligadas ao atendimento dos interesses das elites imobiliárias e das construtoras de Uberlândia pelo Poder Público que, para garantir o direito constitucional à moradia, utilizam de serviços, equipamentos urbanos e sociais de baixa qualidade ou de péssimo atendimento para maquiar a realidade dos moradores que serão alocados para áreas periféricas através da expansão urbana horizontal, garantindo o processo de acumulação do capital imobiliário nas adjacências do novo bairro.

PALAVRAS-CHAVE: habitação popular; Jardim Célia; "Tchau Aluguel"; periferização; exclusão social; especulação imobiliária; História Oral.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 01: Entrada do quarto do Senhor Itamar e da Senhora Geane com a porta retirada e com marcas das rodas da cadeira. 37

FOTO 02: Outro quarto também com a porta retirada na mesma residência. 38

FOTO 03: Banheiro adaptado entregue ao Senhor Itamar e a Senhora Geane com três corrimões de apoio nas paredes. 38

FOTO 04: Rebaixamento (rampa) de acesso ao ponto de ônibus que o Senhor Itamar tentou utilizar..... 39

FOTO 05: O mesmo rebaixamento, a calçada e o ponto de ônibus próximos a casa do Senhor Itamar. 39

FOTO 06: Rebaixamento localizado na Avenida dos Lírios Amarelos..... 40

FOTO 07: Rebaixamento localizado na esquina da Rua das Paineiras com a Rua dos Sininhos..... 41

FOTO 08: Rebaixamento coberto pelo mato localizado na esquina da Rua das Paineiras com a Rua das Caliandras.. 41

GRÁFICO 01: Homicídios Tentados..... 59

GRÁFICO 02: Roubos diversos..... 59

GRÁFICO 03: Tráfico Ilícito de Drogas..... 59

GRÁFICO 04: Homicídio Consumado..... 60

GRÁFICO 05: Estupro..... 60

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Preço por lote sem benfeitoria e o custo das benfeitorias 18-19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1 O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO E SUA ATUAÇÃO EM UBERLÂNDIA 14
1.1 O bairro Jardim Célia 16
1.2 Origem dos recursos: Federal ou Municipal? 20

2 O ACESSO À CASA PRÓPRIA: SONHO CONCRETIZADO OU COMEÇO DE NOVAS DIFICULDADES? 25
2.1 A seleção dos moradores e a entrega das residências 26
2.2 Dos discursos oficiais aos fatos: problemas estruturais e dificuldades de acessibilidade 31

3 PERCALÇOS DO COTIDIANO: A DURA REALIDADE DOS MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO. 43
3.1 Serviços e equipamentos urbanos 43
3.2 Segregação espacial: o longo percurso entre o bairro e o centro comercial da cidade 62
3.3 Câmeras e microfones: alternativas de resistência frente ao descaso do poder público 65

CONCLUSÃO 67

REFERÊNCIAS 69

APÊNDICES 78

ANEXOS 95

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre do ano de 2009, houve em Uberlândia o *"Quinto Feirão da casa própria da Caixa Econômica Federal"*, um mutirão promovido pelas agências bancárias da Caixa Econômica Federal que fomentou, ainda mais, o conhecido mercado imobiliário neste município e que utilizou como chamariz o então novo projeto de Habitação Nacional *Minha Casa Minha Vida*, criado pelo Governo Federal de Luís Inácio Lula da Silva através da Lei n° 11.977, de sete de julho de 2009 (1).

Este programa nacional de habitação faz parte de um projeto federal denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que buscou a retomada do planejamento e execução de grandes Obras de Infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável (2).

O projeto Minha Casa Minha vida teve inicialmente, o objetivo de destinar aproximadamente dois bilhões de reais para a construção de casas em todo o território nacional. Como estabelecido pela legislação oficial, o pleiteante teria direito a um subsidio de até 17 mil reais do valor total do imóvel à vista de acordo com a renda financeira do possível mutuário, que poderia variar de três a dez salários mínimos, de acordo com a lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, sendo posteriormente alterada pela lei n° 12.424, de 16 de junho de 2011, quando no artigo 1° tem como público alvo famílias com renda mensal de até R$ 4.650,00 (3).

Diante disso, foi surpreendente e até assustador observar o quanto, e em pouco tempo, os valores das casas, terrenos e apartamentos no município de Uberlândia foram inflacionados de acordo com a crescente demanda da sociedade em "conquistar" o sonho da casa própria. Observou-se uma corrida desenfreada de pessoas que apresentaram seus comprovantes de rendas formais e informais. Em alguns casos, até mesmo comprovantes falsos foram providenciados objetivando um financiando de 100% do valor do imóvel, evitando, assim, o desembolso do valor correspondente a entrada, exigida em alguns casos, quando o financiamento passou a cobrir apenas 90% do valor total do imóvel.

Na medida em que a oferta de imóveis diminuiu, frente à crescente e explosiva demanda, a aprovação de empréstimos pela Caixa Econômica Federal começou a ser feita com mais cautela, reduziu-se o valor do empréstimo e, com ou sem o subsídio do governo federal o candidato ainda deveria ter depositado em sua conta corrente da Caixa, um valor referente aos custos do processo de compra e venda do imóvel, que naquele momento já se

tornara um "preço de mercado" totalmente fora da realidade financeira da maioria dos cidadãos uberlandenses. Com o aumento excessivo, para não dizer abusivo, dos imóveis, os valores dos documentos necessários para a regularização dos mesmos frente à prefeitura e cartórios também se elevaram, pois os mesmos representavam uma porcentagem do valor total do empréstimo. Isso contribuiu para uma profunda descaracterização do projeto inicial Minha Casa Minha Vida no sentido de servir como um projeto habitacional de grande impacto sobre a sociedade menos abastada e até mesmo de caráter social. Neste bojo de especulação, inflação e demais vicissitudes do tão falado Mercado, o projeto federal que de início deveria beneficiar principalmente a classe menos favorecida da sociedade parece ter provocado em várias cidades, e principalmente em Uberlândia, o efeito contrário, dificultando o acesso dessa mesma classe aos empréstimos da Caixa Econômica e principalmente o acesso a uma moradia digna, menos distante dos serviços e equipamentos urbanos e do centro da cidade.

Dito de outra forma, as pessoas em situações de maiores dificuldades econômicas e sociais, representadas por famílias que sobrevivem com, no máximo, três salários mínimos, dificilmente conseguem ou conseguirão o empréstimo diretamente com a Caixa Econômica, tendo em vista os critérios para o acesso ao mesmo e a realidade social dessas famílias que não podem destinar, além da entrada de 10% do valor do imóvel, os valores correspondentes à documentação e 30% de sua renda somente para a prestação do imóvel por mais de vinte anos.

Diante disso cabe indagar como o poder público irá "fazer valer" na prática, o direito de moradia garantido constitucionalmente a essa parcela da sociedade? Como equacionar a situação de risco social e econômico desses cidadãos frente à realidade histórica da desmedida especulação imobiliária, que sempre esteve presente nos projetos econômicos das elites locais, tendo como uma das bases de sustentação a "lei da oferta e procura" que causou um "boom imobiliário" na cidade de Uberlândia?

Para tentar elucidar esta questão, problematizando as dificuldades de implementação dos projetos habitacionais destinados aos setores populares do município de Uberlândia, priorizamos neste trabalho um estudo sobre o bairro Jardim Célia. Trata-se de um bairro destinado a essa parcela pobre da sociedade uberlandense que fez parte do projeto habitacional da prefeitura de Uberlândia denominado "Tchau aluguel", um programa de habitação social através do setor público, que buscou a construção de 1136 moradias naquele local. Examinando as fontes documentais e analisando os diferentes discursos sobre o "universo Jardim Célia", algumas questões puderam ser aqui levantadas durante o

desenvolvimento do trabalho: até que ponto esse projeto habitacional, sob a capa de projeto social, serviu como palanque político para alguns, seguindo uma lógica empresarial e sendo utilizado como exemplo de "bairro planejado" por políticos de profissão? Apesar de ser um programa habitacional de interesse social, o projeto oficial do loteamento é o ideal para a construção de moradias populares, ao considerar o perfil dos moradores e a atual situação de utilização do solo e do espaço urbano de Uberlândia? De acordo com os Equipamentos Urbanos, Sociais e comércio ali existentes, pode se garantir que as necessidades básicas como saúde, educação, transporte, alimentação e lazer são atendidas sem um grande deslocamento dos moradores do bairro diariamente? Ao levar em consideração as condições de vida dos moradores, qual a visão que esses trabalhadores têm acerca do seu bairro sobre os equipamentos urbanos, equipamentos sociais, sobre o comércio e serviços públicos oferecidos, principalmente sobre os meios de lutas por melhorias para o bairro e seus moradores, sobre a localização espacial do bairro e sobre a Violência e a Criminalidade?

Em termos metodológicos, tendo em vista tratar-se de um objeto de pesquisa que aborda a atualidade, o recurso a História Oral se fez necessário. As memórias e os discursos, juntamente com os vários outros documentos consultados na forma de material escrito ou imagens, abriram um leque de interpretações, indagações e críticas acerca do que pretendi pesquisar, me dando a possibilidade de ouvir a voz daqueles que quase não são ouvidos e que tem tanto a esclarecer sobre o objeto enfocado. Neste sentido, é importante ressaltar que as fontes escritas consultadas, sejam elas projetos da Secretaria de Habitação, mapas do bairro ou outros tipos de documentos produzidos pela prefeitura ou pela mídia oficial durante o processo de entrega das casas, foram utilizadas de acordo com a necessidade e entrelaçadas às informações contidas nas entrevistas realizadas. Seguindo a lógica de Alessandro Portelli, partimos do suposto de que:

> [...] na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comuns características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos.(4)

O resultado final do trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, analisamos o histórico em que se inseria Uberlândia e sua política de habitação popular, financiado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). A partir daí, inserimos o exemplo de projeto de habitação voltado para o trabalhador na cidade no contexto atual, no

caso o Bairro Jardim Célia, apresentando, através de documentos oficiais coletados na prefeitura de Uberlândia e também através de entrevistas com representantes do poder público, de que forma se deu o processo de negociação para a realização do empreendimento e de onde vieram os recursos necessários para sua concretização.

No segundo capítulo buscamos explicitar através de recursos da história oral o acesso dos mutuários as suas novas moradias e as contradições entre o discurso político e os relatos dos moradores sobre o tema analisando, principalmente a seleção do perfil dos mesmos, os problemas estruturais das edificações e a dificuldade encontrada pelos cadeirantes no quesito acessibilidade.

No último capítulo, analisamos os problemas e obstáculos do cotidiano dos moradores, estritamente ligados aos serviços e equipamentos urbanos e sociais, de forma a evidenciar a segregação e o exílio social ali presente. Ainda neste capítulo, discutimos algumas formas de resistência desenvolvidas pelos moradores frente ao descaso do poder público em atender as suas demandas.

1. O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO E SUA ATUAÇÃO EM UBERLÂNDIA

Reza a Emenda Constitucional nº64/2010 que "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". (5)

Desde a constituição de 1988, o poder público, seja em qualquer esfera de sua abrangência, desde o Município até a União, procurou colocar em prática através de suas várias administrações democraticamente eleitas, políticas públicas que atendessem às necessidades e direitos constitucionais da população, direitos esses que até então foram em sua maioria escamoteados pelos militares por mais de vinte anos.

Especificamente sobre o direito à moradia, temos como referência histórica que o mesmo é definitivamente reconhecido enquanto um direito social constituído em lei, a partir de 1988. Porém, em 1964, após o golpe militar no Brasil, foi criada a lei ordinária n° 4.380/64 que instituiu: a) a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social; b) o sistema financeiro para aquisição da casa própria; c) criou o Banco Nacional da Habitação (BNH); d) as Sociedades de Crédito Imobiliário; e) as Letras Imobiliárias; f) o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo; além de outras providências (6).

A partir de então, o Estado se fez presente na questão habitacional brasileira:

> Com base no sistema montado, constituiu-se no Brasil um dinâmico mercado de acesso à casa própria, assentado sobre um sistema especializado no crédito habitacional. O mercado da casa própria, contudo, foi segmentado em dois grandes subsetores, operados por agentes distintos e dirigidos a públicos diferentes. Um dirigido aos setores de renda média e alta... Um segundo mercado, voltado para os setores de baixa renda.(7)

Muito se discutiu sobre o BNH desde sua extinção em 1986, discussões que nos mostram uma determinada lógica vigente no sistema de produção capitalista, seja ela na produção de um parafuso ou até mesmo na produção de uma habitação popular.

Analisando como essa lógica se institucionalizou no Brasil, Soares informa que o BNH criou uma política habitacional orientada por uma lógica empresarial, representada pelo "retorno" dos investimentos em obras sociais, em forma de lucro:

> [...] criado para atender objetivos sociais, utilizou mecanismos empresariais, articulando os setores público e privado. A criação do BNH estabeleceu um momento institucional muito peculiar no encaminhamento da política habitacional brasileira, pois mesmo em se tratando de um banco com objetivos sociais, operava com normas do sistema capitalista em termos de retorno de investimentos. (8)

O projeto habitacional do BNH indiscutivelmente mudou as características do modo de produzir/construir habitações em âmbito nacional, algo corroborado pela "explosão imobiliária" que se deu a partir da segunda metade da década de sessenta com a implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Porém, o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à moradia por meio da instituição da função social da propriedade. No dizer de Maricato, a atividade produtiva imobiliária não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. O mercado não se abriu para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades. Ele deu absoluta prioridade às classes médias e altas (9). Segundo Soares, o BNH direcionou a produção de um milhão de casas populares, sendo que no mesmo período de 1964 a 1980 construiu 1,8 milhões de casas de mercado médio ou de luxo (10).

Nesse sentido, a especulação imobiliária se fazia presente nessa lógica empresarial citada anteriormente, determinando/delimitando os espaços urbanos de moradia das classes baixas e das classes média e alta, de acordo com os interesses dos promotores e agentes imobiliários, do poder público e das elites ligadas à construção civil. Ermínia Maricato afirma que:

> Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura (11).

Uberlândia, por sua vez, no período de 1968 a 1986, não se diferenciou dos demais modelos de habitações edificadas pelo BNH em todo o país. Foram cerca de dez mil casas financiadas através da INOCOOP, SBPE E COHAB. Segundo Beatriz Soares:

> [...] essas construções são representadas pelos conjuntos habitacionais: Industrial, com 300 casas; Luizote de Freitas, com 4.032 casas; Segismundo Pereira, com 1.055 e Santa Luzia, com 799. Com relação ao mercado econômico, as cooperativas habitacionais - Cruzeiro do Sul, Carajás, Bandeirantes construíram casas/apartamentos em diversos bairros tais como Mona Lisa (no bairro Roosevelt); Higino Guerra (no bairro Martins); Cruzeiro do Sul (bairro Marta Helena). Através do mercado médio foram implantados vários conjuntos, tanto para trabalhadores de

> renda de 3 a 5 salários mínimos (Alvorada, Satélite) como para rendas maiores (Umuarama), com grande diversidade na produção de moradias, quanto à qualidade da construção, instalação de equipamentos públicos e infraestrutura. (12).

O que se observa nestes exemplos citados é justamente a distinção entre os conjuntos no que se refere a localização dos mesmos, ao custo das moradias, aos materiais utilizados na construção das casas e, principalmente, sobre o perfil dos moradores, onde é nítida a separação dos indivíduos através da sua realidade financeira ou situação econômica.

Em seu trabalho intitulado "A DINÂMICA COMERCIAL NO BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS: AVENIDA JOSÉ FONSECA E SILVA", Marcus Paulo Isidoro observa que:

> Os conjuntos habitacionais construídos com o apoio do BNH e direcionados a classe trabalhadora assalariada, possuíam características próprias e geralmente encontravam-se a grandes distâncias do centro da cidade. Em sua maioria apresentavam casas padronizadas e construídas com material de baixa qualidade... Na sua maioria, esses conjuntos foram localizados observando a distância permitida pelo BNH, que era de 7 quilômetros do espaço geográfico central. A implantação destes conjuntos deixou imensos espaços vazios entre eles e a "cidade"... Os conjuntos construídos pela COHAB serviram para os interesses políticos econômicos com o objetivo de angariar votos e também serviu para promover a segregação urbana – espacial e social na cidade de Uberlândia (13).

1.1 O bairro Jardim Célia

Após a "era BNH", o poder público de Uberlândia manteve estagnada a política de construção de habitações populares no município, sendo que pouco ou quase nada foi criado para atender o direito à moradia, apesar do mesmo ter sido assegurado desde a constituição de 1988. Não por acaso, os movimentos populares passaram a ocupar áreas nos arredores do espaço urbano de forma cada vez mais frequente.

Conforme o entendimento de Rosângela Maria Silva Petuba, a troca dos gestores municipais em nada alterou esse quadro, posto que, nenhuma mudança efetiva acontecia para se resolver a situação de moradia da população carente e excluída socialmente. Exemplifica isso, a constituição do atual Bairro D. Almir, fruto de dois processos de ocupação de trabalhadores sem teto, nos anos de 1990-1991 (14).

Objetivando minimizar os desgastes oriundos desse problema envolvendo o direito à moradia dos cidadãos uberlandenses e procurando evitar que novas ocupações "ilegais"

continuassem ocorrendo, a administração de Odelmo Leão Carneiro, gestão 2005/2012, criou o projeto municipal denominado "Tchau Aluguel", através da lei nº 9080/2005, que teve como proposta:

> Facilitar a obtenção pelo povo de melhores condições habitacionais, tendo por público-alvo grupos familiares, assim compreendidos aqueles definidos nos termos do art. 226 e parágrafos da Constituição Federal, promovendo:
> I - aquisição de áreas e promoção de loteamentos populares;
> II - oferta, em prestações compatíveis com a renda dos interessados, mediante enquadramento em Programas Habitacionais do Governo Federal e do Município, de:
> a) lotes beneficiados e urbanizados;
> b) materiais de construção. (15)

Esse plano Municipal de Habitação é caracterizado por três programas que diferem em relação à renda dos possíveis mutuários. São eles: o programa "Minha Casa" que atende famílias com renda inferior a três salários mínimos; O "More Bem" destinado a famílias com renda de 03 a 06 salários mínimos e por último, o "Kit Kasa" atendendo famílias na faixa de renda de 01 a 03 salários mínimos destinando aos mesmos materiais de construção para construir suas residências. (16)

De acordo com Azevedo, o bairro Jardim Célia fez parte desse projeto habitacional que tinha como objetivo atender a um total de 3.414 famílias em oito anos de gestão. Deste número, 1.136 unidades habitacionais seriam destinadas especificamente a esse bairro (17). Ainda, segundo Azevedo:

> A princípio, a área onde foi construído o Residencial Jardim Célia era particular. O Município fez um acordo de desapropriação de uma gleba de Saint Clair para construção do conjunto habitacional. As duas partes assinaram um termo de desapropriação onde Saint Clair abria mão da aprovação para que o município adequasse a área para a construção do conjunto de interesse social... Essa negociação é conhecida como consórcio imobiliário, instrumento previsto no Estatuto das Cidades. O loteamento iniciou-se em 2000. Em 09 de Abril de 2002, o Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Arquiteto José Antônio Assis de Godoy, e a empresa Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda., reuniram-se para discutir a aprovação do loteamento. Dessa reunião, ficou aprovado o Projeto Urbanístico com 1.136 lotes, sendo que 57,34% da área seriam destinadas aos lotes, 24,5% para arruamento, 10,12% para áreas institucionais e os 8,04% restantes para área verde. A estimativa era de beneficiar aproximadamente 4.554 pessoas. (18)

Em entrevista feita com o atual Secretário de Habitação, Delfino Rodrigues, cedida em 05/07/2013, ele afirma o seguinte:

> Na realidade o que aconteceu, você tinha uma área que era uma gleba, uma porção de terra bruta que não tinha sido fracionada, loteada, dividida em lotes, correspondente a 1360 lotes, desses 1360 lotes, a prefeitura fez um negócio com o dono dessa gleba da seguinte forma: 'olha, eu faço a infraestrutura, da infraestrutura que eu fizer você me dá 1136 lotes, e eu te dou em torno de 230 lotes', foi isso que aconteceu, na realidade foi uma negociação onde não envolveu uma compra direta, o que a prefeitura entrou de participação, foi o valor da infraestrutura da área. (Apêndice A, p.79)

Através da coleta dos autos do Processo Administrativo n° 18831/2009 (Anexo A, p.96) na Secretaria Municipal de Administração - Diretoria de Patrimônio/ Núcleo de Patrimônio Imobiliário, confirma-se então no Diário Oficial do Município n° 2438, através do Decreto n° 10.276 de 23 de maio de 2006, a desapropriação do imóvel de propriedade de Saint Clair Empreendimentos LTDA:

> art.1° fica declarado de interesse social, para efeito de desapropriação o loteamento denominado JARDIM CÉLIA, situado no perímetro urbano da cidade, composto de 1368(mil trezentos e sessenta e oito) lotes, conforme Projeto aprovado em 09/04/2002 sob o n°10.151/2000, com as características descritas na Matrícula n° 102.866 do 1° registro de Imóveis desta Comarca, de Propriedade de Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Anexo A, p.98)

Dentre os documentos fornecidos pela prefeitura desde a administração anterior até a atual, este Processo Administrativo citado anteriormente contendo 204 páginas nos mostra de forma clara como se deu a negociação entre a Prefeitura e o senhor Saint Clair Neto, diretor da empresa imobiliária que leva o seu nome, desde a desapropriação da área total de 647.802,64m², através da Lei n° 9.382 de 15 de Dezembro de 2006 (19), de autoria do então prefeito Odelmo Leão, até o processo específico da permuta de mais 24 terrenos entre as partes citadas no contrato denominado "TERMO DE ACORDO EM DESPROPRIAÇÃO"(Anexo A, p.98) em seus três Aditamentos. Constam no primeiro Termo Aditivo os lotes que caberão em pagamento ao "desapropriado", sendo 68 lotes na primeira etapa e 164 lotes na segunda e terceira etapas somadas, além de parte de o pagamento ser feito em dinheiro, no valor de quarenta mil reais "a serem pagos no prazo de 20 (vinte dias) após a aprovação legislativa deste acordo;" (Anexo A, p.99)

Sobre esse pagamento da Prefeitura ao então ex-proprietário da gleba, citado anteriormente na entrevista do Secretário Delfino Rodrigues, o contrato apresenta os números descritos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Preço por lote sem benfeitoria e o custo das benfeitorias

Preço por lote sem benfeitoria	
232x R$ 1.152,00	R$ 267.342,88
Custos das Benfeitorias	
Terraplenagem	R$ 91.671,10
Água potável	R$ 55.211,00
Esgotamento sanitário	R$ 221.886,00
Drenagem	R$ 185.217,30
Pavimentação	R$ 295.431,00
Energia/Iluminação	R$ 192.300,72
SUB-TOTAL	R$ 1.041.717,12
Parte em dinheiro	R$ 40.000,00
TOTAL GERAL	R$ 1.349.060,00

Fonte: Anexo A, p.100

No segundo Aditamento inserido no Termo de Acordo de Desapropriação, definiu-se a troca de oito lotes como pagamento de dívidas referentes à IPTU do senhor Saint Clair para com o Município, o que diminuiu o número de lotes a serem devolvidos pela Administração Municipal ao "Expropriado":

> 2) Considerando o TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE IPTU DE LOTEAMENTO JARDIM CÉLIA, assinado pelas partes em 23.04.2008, onde o Município de Uberlândia aceitou receber os lotes 01, 02, 03, 04, 58, 59, 60 e 61 da Quadra 26 do Loteamento Jardim Célia, como Dação em Pagamento para liquidar as dívidas n°20.149.053 e 20.083.882 relativas ao IPTU de 2005 e 5/12 avos do IPTU de 2006 do mencionado loteamento Jardim Célia; (Anexo A, p.100)
>
> Desta forma, quitou-se uma dívida de R$ 42.214,88 relativa aos IPTUs dos lotes do ano de 2005, e R$ 17.655,18 relativa à 5/12 avos do ano de 2006, totalizando R$ 59.870,06. (Anexo A. p.101-102).

O último Termo Aditivo inserido no contrato original de desapropriação refere-se ao fato de a Saint Clair Empreendimentos Ltda, disponibilizar 24 lotes de 250m² cada, totalizando 6.000m², em troca de 15 lotes de medidas diferentes entre si com área total de 5.876m²:

> "Tal permuta importará na disponibilização para o município de 09 lotes a mais, os quais serão destinados a construção de unidades habitacionais. Afinal, conforme demonstrado, nos croquis, fls. 16 e 17, os lotes de propriedade pública a serem permutados são de esquina e com medidas que excedem o necessário para a construção de uma unidade habitacional, mas que é insuficiente para

> desmembramento em duas outras UH, já aqueles que deverão ser recebidos prestam-se a tal desiderato por suas dimensões mais adequadas às edificações a serem neles concretizadas." (Anexo A, p.103)

Essencialmente este Processo Administrativo, por intermédio do Termo de Acordo em Desapropriação revela que a Administração Municipal respaldada pela negociação denominada Consórcio Imobiliário, desapropriou em 2006 de Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda., representado por seu Diretor Saint Clair Neto, uma gleba com área de 647.802,64m² e como forma de pagamento, a Prefeitura ofereceu inicialmente 232 lotes urbanizados no valor total de R$1.309.060,00 além de quarenta mil em dinheiro. Porém, durante o período de vigência do contrato, o então desapropriado ofereceu uma permuta de mais oito lotes para pagar uma dívida referente ao IPTU de 2005 e 2006 de quase sessenta mil reais, o que diminuiu o número de lotes a ser recebido pelo mesmo. Ainda com um terceiro Aditamento, ficou também acordado entre as partes, uma troca de vinte e quatro lotes de 250m² cada por parte do expropriado, por quinze lotes de tamanhos diferenciados, maiores e de esquina pertencentes a prefeitura. A Secretaria de Habitação entendeu como vantajoso a troca, pois com isso se conseguiu mais nove lotes para construção de moradias.

Em suma, desde o contrato inicial até o fim da negociação após os três termos aditivos, a prefeitura conseguiu diminuir o valor inicial sobre os terrenos permutados, e ao invés de pagar por 232 lotes o valor de R$267.342,88 (não somado as benfeitorias), pagou sobre 206 lotes o valor de R$246.961,04 (também não somado o valor das benfeitorias) conforme demonstrado no Anexo A (p.104-106) que trata sobre o terceiro aditamento no contrato. Porém, não se encontra no mesmo documento, o comprovante de pagamento no valor referente a quarenta mil que seriam pagos inicialmente ao expropriado. Mas afinal, de onde se originou os recursos necessários para a implementação e desenvolvimento deste projeto de habitação social?

1.2 Origem dos recursos: Federal ou Municipal?

Esclarecer de onde surgem os recursos para qualquer projeto governamental não é algo simples, principalmente quando se envolve projetos de tamanha abrangência, seja através do número de pessoas beneficiadas ou, tendo em vista a grande complexidade que envolve o mesmo. Identificar com precisão a quantidade exata de dinheiro público gasto com esse tipo

de empreendimento torna-se quase impossível, sobretudo, quando envolve interesses políticos, algo que não depende somente dos esforços de quem investiga. Porém, pode-se confrontar os números que se tornam acessíveis durante a pesquisa e consegue-se, no mínimo, uma problematização sobre os dados.

Segundo noticiado no dia 25/08/2009 pela Agência de Noticias, um canal eletrônico de notícias do site oficial da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e que serve de fonte para outros meios de comunicações oficiais, tanto eletrônicas quanto mídia impressa da cidade, informou que "para viabilizar a criação do Jardim Célia, a prefeitura fez um empréstimo de R$ 31,8 milhões, pelo programa Pró- Moradia, do Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal (CEF). Além disso, vai investir com recursos próprios mais de R$5 milhões [...]."(20)

Em 14 de janeiro de 2010, a prefeitura informa sobre a segunda etapa de entrega de moradias no bairro Jardim Célia e novamente descreve os valores em seu site, algo reforçado pelo discurso do próprio prefeito Odelmo Leão na cerimônia de entrega das chaves:

> Para construir o bairro Jardim Célia, a Prefeitura de Uberlândia fez um financiamento de mais de R$ 30 milhões de reais junto a Caixa Econômica Federal. Assumimos esse financiamento e investimos mais cerca de R$ 15 milhões de reais na compra do terreno e em obras de infraestrutura [...].(21)

Ao ser questionado sobre a fonte dos recursos para a realização do projeto e sobre a fala do ex-prefeito Odelmo Leão, citado anteriormente, em entrevista cedida em 05/07/2013, pelo atual Secretário de Habitação Delfino Rodrigues, foi esclarecido:

> "[...] o município entrou de fato com a contrapartida da infraestrutura, infraestrutura na realidade dos 227 lotes, se você for analisar, porque a infraestrutura dos lotes que foram financiados, esse a caixa incluiu no financiamento, então foi um excelente negócio pra prefeitura na época porque de fato o que ela teve de despesa que ela não teve reembolso "fôra" a infraestrutura em cerca de 220 terrenos, porque nos outros que receberam a moradia, o governo federal bancou a infraestrutura também através do financiamento, então se for analisar despende mesmo da prefeitura seria a infraestrutura pra 227 lotes, então teríamos que pegar os contratos, eu não tenho esses dados aqui agora, e na contrapartida do governo federal houve um financiamento de 31 milhões, e quem tá pagando esse financiamento? Os próprios moradores. Então a prefeitura não entrou, é... esse financiamento de 31 milhões, afinal quem tá pagando e vai pagar não vai ser nem o Governo Federal nem o Governo Municipal, vão ser os próprios moradores que tão pagando as suas prestações lá que vão custear esse financiamento. (Apêndice A, p.79)

O que se percebe nestas duas fontes sobre a origem dos recursos para a concretização do projeto de moradias é que, definitivamente o dinheiro origina-se do Governo Federal, porém, como explica Azevedo:

> [...]o bairro foi idealizado com recursos do programa Pró-Moradia do Ministério das Cidades e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS. O programa Pró-Moradia utiliza recursos do FGTS, através de um financiamento que ocorre entre a Caixa Econômica Federal e as unidades da federação visando atender, em primeiro plano, famílias com renda limitada a três salários mínimos. (22)

Nesse sentido, a liberação dos recursos federais se deu através da Portaria n° 379 de 15/08/2007 (Anexo B, p.107) que divulgou o resultado do primeiro processo de seleção de propostas de operação de crédito do Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público - PRÓ-MORADIA, operado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, exercício 2007, e na modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais, contemplou Uberlândia com R$ 30.217.600,00 para beneficiar 1.136 famílias (empréstimo este, confirmado pela Caixa Econômica Federal em seu site oficial, através do contrato de número 221969-70 assinado entre a Prefeitura de Uberlândia e a instituição financeira no dia 27/12/2007). (ANEXO B, p.107-108).

Apesar do que disse o Secretário Delfino Rodrigues sobre ser os próprios moradores quem realmente estão custeando este empréstimo, o ex-prefeito Odelmo alegou ter investido cerca de 15 milhões de reais neste projeto. Entretanto, de acordo com o Estudo de Caso de Azevedo:

> [...]a Prefeitura enquanto tomador, interveniente anuente e agente promotor, entrou com uma contrapartida no valor de 5%, por meio de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), da quantia de R$31.808.000,00 investidos com recursos do FGTS pela agente financeira Caixa Econômica Federal. Esse valor declarado por Odelmo Leão é quase dez vezes maior que a contrapartida definida pelo contrato de financiamento entre as partes. Em nenhum documento fornecido pela Prefeitura ou coletado nas mídias oficiais, esse valor se confirma. (23)

Por meio do documento denominado Projeto de Trabalho Técnico Social Tchau Aluguel – Etapa Pró-Moradia (Anexo C, p.109) da então Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho do ano de 2008, fornecido pela assistente social da Secretaria de Habitação no ano de 2010 – que participou da pesquisa de pós-ocupação para verificar se os beneficiados realmente residiam nas casas já adquiridas – Aucipriene Mariana Dias, observa-se que o mesmo trata prioritariamente de um projeto de intervenção social do Poder Executivo Municipal para efetuar o empreendimento. Segundo Azevedo:

> *Todo programa de interesse social financiado pela Caixa Econômica Federal tem que manter um trabalho técnico social com as famílias participantes. Para isso, a CEF criou um Caderno de Orientação Técnico Social – COTS para que as equipes técnicas (assistentes e monitoras sociais) dos Municípios, Estados, Distrito Federal e outras instituições trabalhem de acordo com o que foi estruturado.*(24)

Esta intervenção foi dividida em três etapas: a primeira se refere ao planejamento, mobilização e organização dos selecionados para desenvolvimento do projeto social; a segunda etapa busca a implementação e conscientização dos direitos e deveres advindos da contratação; a última etapa pretendia a conclusão, monitoramento, avaliação e pós-ocupação.

Esta terceira etapa buscou, entre um dos objetivos, a implantação do NAICA, um projeto social do poder executivo municipal que visou:

> [...] atender duzentas crianças e adolescentes de seis a quinze anos e onze meses, em dois turnos, no período extraescolar. Os atendidos serão divididos em turmas e passarão pelas seguintes atividades: artísticas, culturais, esportivas, recreativas e de inclusão digital, tais como: crochê, capoeira, dança, futebol, inclusão digital e etc. (Anexo C, p.110).

Mesmo com todo um projeto de grande abrangência, levando em conta a quantidade de profissionais envolvidos, principalmente assistentes sociais, material de consumo, custo com atividades/eventos, alimentação, implantação do NAICA, implantação do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social, vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho) o custo total do trabalho técnico social foi de R$ 461.444,50 declarados pela própria prefeitura (Anexo C, p.109).

Esses valores apresentados anteriormente estão longe de representar a cifra citada pelo ex-prefeito Odelmo, pois, mesmo se analisarmos novamente o Termo de Acordo em Desapropriação (após o terceiro aditamento no contrato original) que trata sobre a permuta feita entre a Prefeitura e a Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda, e a afirmação do Secretário Delfino de que a Prefeitura entrou de fato, somente com a contrapartida da infraestrutura dos terrenos permutados, veremos que, aproximadamente, R$ 1.041.717,12 foram gastos em benfeitorias sobre 232 terrenos que seriam permutados inicialmente, porém oficialmente foram 206 (e não 227, citado pelo Secretário anteriormente) lotes (reduzindo esse custo sobre a infraestrutura) ao custo de R$ 1.198,84 cada e R$246.961,04 somados sem benfeitorias. Somam-se então estes dois valores, da infraestrutura e dos terrenos permutados oficialmente e teremos a cifra de R$ 1.288.678,16, aproximadamente, além dos quarenta mil que seriam pagos ao senhor Saint Clair e, assim que o projeto habitacional fosse aprovado pelo Legislativo mais R$ 461.444,50. Esses foram os valores que, a partir das informações

estudadas, a Prefeitura oficialmente gastou com o conjunto habitacional Jardim Célia, não confirmando assim os quinze milhões de reais citados pelo então prefeito Odelmo Leão.

2 O ACESSO À CASA PRÓPRIA: SONHO CONCRETIZADO OU COMEÇO DE NOVAS DIFICULDADES?

As duas afirmações a seguir, formuladas por políticos tradicionais de Uberlândia, parecem concretizar um sonho acalentado por muitos moradores pobres da cidade, como o informativo abaixo citado e intitulado de "prestação de contas do vereador Felipe Attiê", em Setembro de 2013:

> Como secretário de habitação, tive uma excelente equipe, capaz de promover a melhoria de vida e a felicidade do ser humano. Conseguimos dar dignidade às famílias através da casa própria.[...]Pelas mãos de Felipe Attiê e Odelmo Leão, dona Salvina, filha de escravos, conseguiu realizar o seu sonho da casa própria aos 102 anos de idade. (Anexo D, p.111-112)

De acordo com um dicionário virtual, a palavra *sonho* representa entre outros conceitos "a idéia com a qual nos orgulhamos; idéia que alimentamos; pensamento dominante que seguimos com interesse ou paixão." (25)

Representando essa lógica, *ser o sonho Dourado* se denomina por "ser a mais doce ambição, a maior aspiração" do sujeito ou de um grupo (26). No entanto, que sonho é esse tão almejado pelos indivíduos que os possibilitam a acreditar no fim de seus problemas pessoais e sociais após a realização do mesmo? Seria a casa própria a representação suprema deste Sonho Dourado, da felicidade, da ambição e do maior bem material conquistado pelo sujeito?

O loteamento Jardim Célia se localiza na região Sudoeste da cidade de Uberlândia, à margem da Rodovia BR-497, entre os bairros Jardim Europa, Canaã, Chácaras Panorama e Morada Nova. A distância do centro do bairro ao centro da cidade pode variar entre 9,2km a 14,6km de um ponto ao outro de acordo com o trajeto escolhido, seja através de uma viagem a pé, de ônibus ou de carro. (27)

Este residencial com todas as suas características de projeto habitacional popular, citadas no capítulo anterior, representa uma das formas que o Poder Público, na sua relação com os setores empresariais, utiliza para garantir o direito à moradia, constitucionalmente garantido, para a classe trabalhadora de baixa renda, da forma mais conveniente aos planos e projetos de setores dominantes da sociedade uberlandense. Nesse sentido, sem entrar diretamente na discussão sobre a questão da especulação imobiliária, que não é alvo prioritário deste trabalho, desenvolvi uma análise sobre alguns pontos que durante a pesquisa foram se tornando de suma importância para me fazer questionar sobre qual a realidade dos

moradores do loteamento Jardim Célia após a entrega das chaves de seu imóvel "tão sonhado". O que significa para o morador uma casa própria em um novo loteamento periférico em Uberlândia?

2.1 A seleção dos moradores e a entrega das residências

A entrega das 1136 casas do loteamento Jardim Célia se deu em cinco etapas em diferentes datas: A primeira entrega ocorreu em 31 de Agosto de 2009, a segunda em 14 de Janeiro, a terceira em 24 de maio, a quarta entrega no dia 24 de Agosto e a quinta e última etapa em 09 de Dezembro, todas no mesmo ano de 2010. São casas com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço externa – na realidade era somente um tanque para lavar roupas, instalado na parede lateral da casa e sem cobertura – equipada com sistema de aquecimento solar alternativo e forro de PVC. Os terrenos têm 250m² e a casa possui 36,63 m² sem os muros dividindo os terrenos. Segundo Azevedo:

> Por se tratar de uma unidade habitacional de interesse social, no contrato consta cláusula de proibição de venda, transferência, cessão, locação ou qualquer outra forma de destinação por prazo indeterminado. Ao final de 20 anos o município emite uma guia de doação do imóvel aos mutuários. Aquele que tiver fornecido dados falsos perderá o direito ao imóvel a qualquer tempo.(28)

Em entrevista com o Secretário de Habitação da atual gestão municipal Delfino Rodrigues, questionou-se sobre os critérios de avaliação dos moradores do Jardim Célia, se responderam ou se enquadraram para serem selecionados para obter acesso à moradia popular daquele projeto e dos projetos posteriores. Segundo ele:

> [...] o cidadão vem aqui na prefeitura, traz os seus documentos pessoais, preenchemos a ficha com os dados sociais (socioeconômicos) do cidadão ou da cidadã e no momento em que nós vamos fazer uma seleção de família existe uma normatização, existe uma legislação que estabelece os critérios de prioridade e dentro dos critérios de prioridade são selecionadas as famílias que vão fazer parte do empreendimento. (Apêndice A, p.79)

Ainda de acordo com o Secretário, "Para esse empreendimento do Jardim Célia houve inclusive até publicação de um decreto estabelecendo a renda de zero a três salários

mínimos, essa era a definição inclusive legal para a contratação de famílias na época" (Apêndice A, p.80).

Atualmente, em qualquer projeto de habitação popular em Uberlândia, alguns critérios são estabelecidos para se enquadrar e obter acesso à habitação através do Programa Minha Casa Minha Vida ou outro Projeto de Habitação de Interesse Social na cidade: os critérios do poder público local devem se enquadrar nos critérios exigidos pelo Governo Federal.

Especificamente sobre o caso Jardim Célia, por ser um programa municipal (Tchau-aluguel) que utilizou de recursos federais, o então prefeito Odelmo Leão determinou os critérios de seleção dos inscritos através do Decreto n° 11.149 de 29 de abril de 2008, que estabelecia entre outras exigências, que o possível mutuário não poderia possuir imóvel ou terreno em zona urbana ou rural; não possuir imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação em qualquer parte do país; residir no Município de Uberlândia e ter domicílio eleitoral há, pelo menos, três anos consecutivos; possuir renda familiar de até seis salários mínimos podendo o fundo subsidiar aquelas com renda de até três salários mínimos, e principalmente, no processo de seleção terão prioridade as famílias com menor renda, idosos, portadores de necessidades especiais e mulheres chefes de família.(29)

Porém, Azevedo apresenta uma leitura objetiva e menos superficial ao analisar o perfil dos moradores do loteamento Jardim Célia, enumerando as seguintes características: Distribuição por sexo – 78,06% são mulheres enquanto 21,94% são homens; Naturalidade – 52,85% são de outros municípios de Minas Gerais, 27,38% são de Uberlândia e 19,76% são de outros estados; Idade – 41,16% representam a maioria dos inscritos entre 30 e 39 anos, enquanto a minoria 16,77% é representada pelos grupos de 50 a 59 anos e acima de 60 anos; Escolaridade – Os três maiores grupos são representados respectivamente por 42,79% de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, 26,74% de pessoas com o ensino médio completo e 21,03% de selecionados com o ensino fundamental completo. Há também os selecionados que não concluíram o ensino médio (5,08%), o grupo de analfabetos (2,36%), outros com curso superior incompleto (0,72%), graduados representando 0,12% e, ao que parece, um morador selecionado que possui pós-graduação (0,10%). (30)

De acordo com Azevedo, sobre as profissões executadas pelos selecionados ressalta:

> [...] o gráfico da distribuição de profissões mostrou que a maioria dos titulares desenvolve atividades domésticas ou similares (diaristas, camareiras, passadeira, auxiliar de lavanderia), são aposentados e/ou pensionistas, do lar, ou agente de serviços gerais e afins (varredor, catador, agente de higiene ambiental, reciclador). (31)

Apesar do empreendimento ser voltado para as famílias com menor renda, idosos, portadores de necessidades especiais, famílias em vulnerabilidade social e mulheres chefes de família, Azevedo em seu trabalho de campo com os moradores afirma o seguinte:

> Muito se fala em mãe chefe de família, mas, a verdade, é que qualquer pessoa que mantiver a guarde de menores e for responsável pelo seu sustento tem prioridade de atendimento... Também muito se fala em pessoa com deficiência, mas, na verdade, uma pessoa que possui uma doença grave ou tem saúde debilitada (incluídos dependentes químicos) também tem prioridade de atendimento... O caso de famílias em vulnerabilidade social é um quesito pouco abordado, mas também se enquadra com um critério para atendimento. Consideram-se famílias nessa situação, por exemplo, onde um membro esteja preso ou as famílias sem-teto... O mesmo fato que aconteceu com relação à renda familiar, aconteceu com o perfil das famílias. De acordo com o levantamento, dez famílias não se enquadravam em nenhum perfil. Normalmente são casais sem filhos ou solteiros. A princípio, o quesito "arrimo de família" dizia respeito a dependentes menores de idade, mas em alguns casos houve casais e mães solteiras com filhos maiores de 18 anos que foram contempladas alegando que eles ainda eram dependentes.(32)

Além dos critérios sobre perfil familiar, houve uma dificuldade metodológica em relação à escolha dos possíveis mutuários determinada pela renda, pois, segundo a autora:

> Mais de 90% das famílias ganham até dois salários mínimos e algumas poucas até três salários. Isso se dá ao fato da grande maioria ser de mães solteiras, que ganham um salário ou um casal que ganha dois salários no total. O que não se esperava era encontrar famílias que ganhassem mais de 1.530 reais, valor máximo estipulado para o projeto, mas contrariando os critérios, 0,54% das famílias tinham uma renda superior. Sabe-se que, muitas vezes, o mutuário trabalha de maneira informal e declara uma renda inferior à realidade. Porém em alguns casos os mesmos não tiveram nem a preocupação de omitir essa renda e ainda foram aprovados no DSF com renda superior. (AZEVEDO, 2010, p.58).

Tal afirmação pode significar uma falta de critério quando o poder público está justamente determinando o que viabiliza ou o que barra o acesso à moradia entre pessoas de perfis sociais e econômicos tão parecidos, mas também tão diferentes em relação aos valores de rendimentos apresentados na inscrição do programa de moradia. As próprias informações divulgadas pelos administradores do empreendimento através da Secretaria de Comunicação (SECOM) durante as entregas das moradias divergem sobre o perfil dos novos moradores contemplados.

Segundo informações nos sites de notícias visitados, na primeira entrega das casas o então Secretário Felipe Attiê afirma que "os contemplados foram selecionados por meio de triagem social. Cerca de 70% das famílias são chefiadas por mulheres que trabalham e sustentam a casa sozinhas". (33)

O que também não foi corroborado pelo estudo de Azevedo, onde é afirmado que 60,20% dos selecionados são representados por pessoas que se declararam arrimo de família, nesse sentido, a autora afirma que "dentro do critério **Pessoa arrimo de família** é possível encontrar também pais solteiros, vós e tias que criam netos e sobrinhos menores" **(grifo do autor).**(34)

A partir de entrevistas gravadas com alguns moradores, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014, foram tratadas algumas questões através dos diferentes olhares e discursos desses moradores que estão vivenciando ativamente à sombra dessa atual realidade de morar em um bairro com características tão similares àquelas vivenciadas por milhares de residentes selecionados em projetos de habitação popular em todo o país. Em vista disso, informações foram buscadas sobre o perfil familiar dos mesmos e sobre o tempo de espera até que fossem contemplados.

Sobre isto, realizei a minha primeira entrevista com Karla Fernandes, que informou que fez sua inscrição na prefeitura e declarou naquele momento ser mãe solteira, foi contemplada após cinco anos de espera. No momento da entrevista, Karla se declarou casada, com três filhos e "do lar", a mesma não trabalha em um emprego formal, pois está dedicando boa parte do seu tempo aos cuidados do lar e de sua filha mais nova, sendo que, surgindo a oportunidade de um "bico", a esposa ajuda o marido nas despesas, pois o mesmo também tem sua renda vinculada ao serviço informal.(Apêndice B, p.83)

O segundo entrevistado, conhecido pelos vizinhos como senhor Itamar Aparecido Marson, é comerciante, cadeirante e casado com Geane Pereira Silva, a contemplada com a residência onde o casal mora. Geane também é comerciante e cadeirante, ela esperou segundo seu marido, mais de dez anos para ter acesso à casa própria, após duas inscrições na Secretaria de Habitação. (Apêndice B, p.85)

O terceiro entrevistado foi o comerciante Gilberto Cordeiro Farias, responsável por uma mercearia numa importante avenida do bairro, também casado e comerciante, afirma que a casa está "no nome da esposa" Lilian Freitas Alcides, ela foi contemplada na segunda etapa de entregas após esperar por quatro anos a partir da inscrição na Prefeitura. Da mesma forma que o segundo entrevistado, onde o mesmo se dispôs a participar da entrevista no lugar da esposa, os mesmos tem como fonte de renda o lucro obtido pelas vendas dos produtos de seus comércios construídos no terreno da própria residência. (Apêndice B, p.87)

Uma quarta entrevista e também um quarto exemplo do perfil de alguns moradores deste bairro, foi feita com a moradora Joana Darc de Jesus Pereira, atualmente "do lar", foi contemplada na terceira etapa de entrega das residências, após também ter feito inscrição na

prefeitura e ter aguardado por três anos, ela reside com seu marido, com o filho e um neto. (Apêndice B, p.88)

Sob esta análise, algumas questões são relevantes ao levar em consideração os critérios de seleção de possíveis mutuários nos oito anos de gestão de Odelmo Leão que governou a cidade de 2005 a 2012 e a atual realidade destes moradores do Jardim Célia. A Moradora Karla, quando fez a inscrição já possuía sua primeira filha, não trabalhava em um emprego fixo e se declarou mãe solteira, e ainda assim esperou por cinco anos para ser beneficiada com a casa própria. O segundo entrevistado afirma que sua esposa, que sempre foi cadeirante e que não possuía fonte de renda formal, já teria feito duas inscrições para conseguir sua casa própria, esperando por dez anos até ser contemplada em 2009. Em contrapartida, o terceiro entrevistado afirma que sua esposa, esperou por quatro anos a entrega das chaves de sua casa própria, apesar de se enquadrar nos mesmos critérios de seleção da primeira entrevistada com a diferença de que a segunda possuía emprego fixo. E por último, o caso da Dona Joana Darc que é casada, fez sua inscrição com idade superior a quarenta e cinco anos de idade e foi beneficiada em apenas três anos de espera após sua inscrição.

É até possível dizer que durante os últimos dez anos muitas mudanças ocorreram em diferentes modalidades de programas habitacionais voltados para a classe trabalhadora de baixa renda nos níveis Federal, Estadual e Municipal, que os critérios são diferentes para determinados projetos. Em uma avaliação feita pelo próprio ex-prefeito Odelmo Leão, externada em 24 de maio de 2010 durante a terceira etapa de entrega de habitações foi pronunciado:

> Estamos trabalhando para fazer o melhor para o povo de nossa cidade, investindo muito na área social, dando dignidade para as famílias que mais precisam. Já entregamos aproximadamente 3 mil casas nos últimos cinco anos e até o final do governo esperamos entregar mais 12 mil casas, dando mais dignidade para os moradores da nossa cidade.(35)

É importante perceber que em maio de 2010 a gestão de Odelmo Leão se encontrava na meta de seu sexto ano consecutivo, e até então teriam sido entregues três mil casas, ainda sim, o ex-prefeito afirmou que pretendia entregar mais doze mil casas restando um ano e meio para terminar o seu governo. Tratando-se ou não de uma estratégia adotada pelo ex-prefeito e sua Secretaria de Habitação, o fato é que, ao que tudo indica tal promessa não foi cumprida.

Ao ser questionado sobre a quantidade de imóveis entregues pela administração anterior, o atual Secretário de Habitação, Delfino, afirma:

> Pelo nosso levantamento aqui nós identificamos em torno de sete mil unidades, sem contar as contratações do "Cidade Verde" porque quando ele saiu, elas ainda não estavam nenhum, não tinha nenhum apartamento ainda concluído, então concluído durante a administração dele em torno de sete mil unidades. (Apêndice A, p.80)

Dentre estes discursos de diferentes gestões municipais, resta analisar que, se os dados afirmados pelo ex-prefeito estiverem corretos em relação a quantidade de habitações entregues até o empreendimento Jardim Célia, é inadmissível para estes moradores citados anteriormente, e iguais a eles, para os outros 1132 beneficiados no loteamento Jardim Célia, que entre três mil casas adquiridas pela população de Uberlândia em seis anos e meio, nem mesmo uma moradia poderia ter sido entregue para algum destes candidatos ao levar em consideração a realidade social e financeira de todos eles. Resta saber, que critérios foram exigidos anteriormente onde nenhum mutuário do Jardim Célia pode ser selecionado. Nesse sentido, Azevedo conclui que:

> [...] a seleção dos mutuários é outro ponto que deve ser rigorosamente feito para que não sejam selecionadas famílias que não tenham a real necessidade naquele momento... Somado a isso, deve ser ressaltada a existência de famílias que usam de má fé para sensibilizar quem detém o poder de escolha e decisão, mas também existem muitas outras que vivem em situação complicada e que talvez não possam ser beneficiadas por pendências de documentação. Isso é uma questão delicada que deve ser muito bem pensada e levar em consideração sempre o bom senso.(36)

2.2 Dos discursos oficiais aos fatos: problemas estruturais e dificuldades de acessibilidade

Logo após a primeira etapa de entrega das casas do bairro Jardim Célia, no dia 31 de agosto de 2009, o primeiro contato dos moradores com sua "tão sonhada" e "tão aguardada" casa própria, não foi o que eles provavelmente imaginaram, ao menos para a maioria dos trezentos e oitenta beneficiados inicialmente. Apesar de depositarem todas as suas esperanças e anseios de uma vida nova e tranqüila a partir da conquista de seu novo domicílio, doze dias foram suficientes para que os problemas viessem à tona, tal como noticiado na época pela imprensa:

> O encanamento de água da rua estava entupido. As paredes da casa estão com trincas. O aquecedor solar não funciona. Na janela da cozinha faltam vidros. As falhas encontradas no imóvel foram identificadas pelo pedreiro Sebastião Marco de Souza, de 32 anos, um dos novos moradores do bairro Jardim Célia, região Oeste de Uberlândia.(37)

Na mesma reportagem, Viviane Silva Santos que é esposa de Sebastião afirma que o aquecedor solar não funciona e que por isso estão "gastando energia" para tomar banho. Em outro relato, Maria Aldemora, residente em outra casa afirma que devido a falta de hidrômetro, buscou como solução "fazer uma gambiarra no registro para encher a caixa d'água. Além disso, a descarga não funciona. Só usando balde para ter higiene no banheiro"(38). No primeiro relato, o morador citado, que é pedreiro, revela o que muitos moradores acreditavam antes de receber as chaves de sua casa e também uma solução que atualmente é realidade entre os moradores do bairro: "Eu imaginava que eles iriam me entregar uma obra 100% pronta, mas estou tendo que resolver muitos problemas da construção"(39)

Desde o advento das primeiras imobiliárias e construtoras em Uberlândia, ligadas diretamente ao poder público municipal, a cidade promoveu projetos habitacionais bastante conhecidos por características que remetem a especulação imobiliária e aos vazios urbanos. Tais características não poderiam deixar de lado a questão da falta de qualidade nas suas construções, esse fato é visível já na fase de construção das habitações com o péssimo material fornecido pelas construtoras que participam de licitações públicas objetivando um "menor custo". Ocorre que essa economia por parte das construtoras não se reflete no valor cobrado pelas mesmas para a execução das obras, onerando assim os cofres públicos para oferecer serviços e produtos não condizentes com o custo.

Segundo Soares e Vasconcelos:

> [...] através do mercado médio foram implantados vários conjuntos, tanto para trabalhadores de renda de 3 a 5 salários mínimos (Alvorada, Satélite) como para rendas maiores (Umuarama), com grande diversidade na produção de moradias, quanto a qualidade da construção, instalação de equipamentos públicos e infra-estrutura.(40)

Os autores se referem aos projetos financiados em Uberlândia pelo extinto BNH, entre os anos de 1968 e 1986, neste caso citado, os mesmos afirmam que já naquele momento se notava a diferença na qualidade da construção das habitações entre grupos que tinham rendas acima de três salários mínimos, considerados grupos de classe média e por outro lado, grupos mais abastados da sociedade.

Logo, seguindo essa lógica empresarial, ao investir em projetos sociais visando somente o lucro, tais como o do Jardim Célia ou outros empreendimentos anteriores ligados ao BNH, os empreendimentos deixam a desejar em relação a péssima qualidade nas

construções de habitações destinadas a classe trabalhadora pobre, ou destinada a grupos de pessoas que comprovaram renda bruta de até três salários mínimos.

Tal realidade se confirmou em reportagens da imprensa local em relação a outro empreendimento na cidade, o então novo bairro Shopping Park, localizado na zona sul da cidade e entregue aos seus moradores após o término das entregas das casas do bairro Jardim Célia. Financiado também pelo Governo Federal, através do programa Minha Casa Minha Vida, esse projeto apresentou sérios problemas estruturais, inclusive, até absurdos como casas que foram incendiadas pela própria fiação elétrica, ocorrendo até a morte de uma idosa em um destes episódios. (41)

Em entrevistas com os moradores do bairro Jardim Célia, alguns problemas também foram relatados nessa mesma direção. Muitos relataram que ao receberem os imóveis, os mesmos encontraram problemas na estrutura das casas. É o caso da moradora Karla Stephane:

> [...] quando eu mudei aqui pra casa eles disseram que o piso, seria um piso queimado, eles me entregaram a casa com o piso de qualquer jeito, a porta até hoje continua solta embaixo não vieram arrumar, isso vai fazer três anos, não vieram arrumar, o piso não é queimado, eles entregaram o piso de qualquer jeito e as janelas, estão, eram amassadas, algumas delas veio com defeito na hora de trancar... procurei a construtora, a construtora até arrumou a casa aqui da vizinha, o piso, mas a minha casa eles disseram que não iam arrumar porque 'não era liberado pra poder arrumar o piso então que ficaria do jeito que tava, não tinha condições deles vim fazer o que precisava fazer no piso, que o piso ia continuar do jeito que tava.(Apêndice B, p.83)

Em outro relato, o Senhor Itamar relata problemas comuns à maioria das construções do bairro:

> "Olha, essa casa até chove dentro, não tem goteira, cai água ai dentro, não goteira, chove de bica, entendeu? O aquecedor também ele pinga muita água fora, fica tim, tim, tim, tim, tim, tim, tim, tim, ele esquenta (a água) mas é muito difícil, o aquecedor você tem que esperar o chuveiro umas duas horas, não é bão do jeito que aquele cara faz propaganda não *(ele se referia ao ex Secretário de Habitação Felipe Attiê)* [...] fomos atrás da prefeitura e disse que vinha arrumar, mas até ontem *(o entrevistado ironiza o fato da prefeitura não "aparecer")*, vinham quebrar um galho mas nunca resolveram o problema, porque disse que porque eu fiz o meu bar aí, minha casa acabou a garantia". *grifo nosso* – (Apêndice B, p.85)

Um último relato corrobora com a realidade do pedreiro Sebastião, citado anteriormente na reportagem do jornal local, onde o morador entrevistado Gilberto Cordeiro Farias, preferiu resolver o problema sem esperar reposta do poder público ou das construtoras responsáveis pela obra:

> [...]problema foi de elétrico, encanação, caixa d'água, rachaduras essas coisas até que não aconteceu não, mais foi encanação mesmo... a gente procurou a construtora e a construtora jogou pra cima da outra, que foi duas construtora que fez e acabou que nóis não quis mexer mais não,mexeu particular mesmo, por conta própria.(Apêndice B, p.87)

As construtoras citadas por Gilberto venceram a licitação do tipo "menor preço" para a implantação do empreendimento Jardim Célia, são elas: Castroviejo Construtora LTDA e PDCA Engenharia LTDA, sendo a primeira também, uma das quatro construtoras responsáveis pelo empreendimento Shopping Park. Segundo Azevedo, durante o seu trabalho de campo, foram encontrados problemas relacionados à estrutura das casas:

> [...]no que tange à construção das casas são registrados diversos problemas. Entrevistando Francisco, pedreiro de uma das construtoras, falta máquina para a construção do "radie", base de concreto que dá sustentação da casa. Dessa maneira, a construção é feita manualmente (...), há necessidade de cavar o solo (...), segundo o pedreiro Francisco é muito duro e difícil trabalhar... Outra dificuldade, diz respeito à quantidade de mão de obra disponibilizada pela empreiteira. Faltam trabalhadores e, além disso, há funcionários afastados por problemas de saúde, como por exemplo, um dos referidos com fortes dores na coluna cervical e possível hérnia de disco contraída nas condições de trabalho geradas pela necessidade de construir as caixas de gordura e estrutura de esgotamento sanitário. Como tais equipamentos estão localizados a partir de "cavas" efetuadas no solo, o profissional deve ficar abaixado, durante muitas horas e exercitar força, para remover material do solo, bem como para implantar as caixas em cimento e concreto.(42)

Em contraste com essa realidade, a construtora PDCA Engenharia tem seus lucros destacado pela imprensa local:

> O crescimento de 780% registrado entre 2009 e 2013 e uma previsão de aumento de 58% no faturamento da empresa explicam o sucesso da PDCA Engenharia (...). A empresa tinha inicialmente quatro funcionários e hoje conta com mil colaboradores, dos quais 600 são contratados e 400 terceirizados. A empresa também realiza ações sociais e trabalha de maneira sustentável. Segundo Wagner Oliveira, todas as obras da construtora são "limpas": "Nós trabalhamos com a tecnologia de blocos industrializados. Assim, não temos aquela bagunça de cimento misturado no chão, reboco, tijolos quebrados. Não é economia. É não desperdício." Com os funcionários, a preocupação é também social: "No [bairro] Jardim Célia, por exemplo, nós fazemos um trabalho de alfabetização e formação dos nossos profissionais. No bairro Sucupira, demos oportunidades de trabalho para ex-detentos para reintegração social. Em Ituiutaba, também vamos implantar a alfabetização nos canteiros de obras. A engenharia não é totalmente fria, a gente tem que dar cor naquilo que gostamos e acreditamos", disse a sócia-fundadora, Cássia Regina Martins. (43)

Em entrevista a Delfino Rodrigues, o mesmo foi alertado de que foram encontrados diversos problemas na estrutura física dos imóveis durante a entrega dos mesmos, inclusive houve relatos de que alguns foram ocupados por terceiros e depredados. Também foi

questionado se havia ainda reclamações nesse sentido sobre as casas do Jardim Célia e se houve algum tipo de processo judicial contra as construtoras ou contra o poder público sobre a qualidade dos materiais utilizados ou sobre a estrutura física comprometida das casas entregues, assim como, se houve fiscalização por parte da Caixa Econômica Federal, a responsável por liberar os recursos do empreendimento de acordo com o andamento das obras. Segundo o secretário:

> [...]na realidade esse financiamento do Jardim Célia é o único financiamento de Uberlândia maior nos últimos anos que realmente é do poder público municipal, então foi um financiamento feito da prefeitura junto ao governo federal e nesse caso, como foi uma contratação direta da prefeitura com as construtoras a fiscalização também é responsabilidade da prefeitura, então a responsabilidade da qualidade dessa construção deveria ter sido acompanhada pela administração municipal da época, gestão que estava à frente da prefeitura na época e esperamos que tenha acompanhado, não temos conhecimento de nenhuma ação movida contra a construtora ou contra o poder público em relação a esse investimento ou contra esse empreendimento do jardim Célia. (Apêndice A, p.80)

Como se nota, a maneira com que o poder público lida com questões dessa importância sobre projetos habitacionais voltados para a classe trabalhadora e principalmente para habitações de interesse social demonstra um verdadeiro descaso com a população que busca em sua casa própria a realização desse sonho. Apesar de anunciados com muita publicidade os diferentes projetos de financiamento visando o acesso à moradia, os procedimentos adotados pelos poderes instituídos convergem para resultados negativos para grande parte dos mutuários, situação essa que se repetem há anos.

Historicamente houve centenas de exemplos que poderiam ser avaliados para que problemas tão atuais e relativos como os ocorridos ao bairro Jardim Célia não se repetissem. Muda as formas de obter o acesso a moradia, mas, "a fórmula" para se concretizar tais empreendimentos são sempre as mesmas.

Os governos, em qualquer esfera do poder, demonstram uma extrema complacência com empresas que se dizem preocupadas com a qualidade dos serviços e dos produtos, ou, com questões trabalhistas e sociais, sobretudo quando são notícias em reportagens de mídias ligadas ao poder local, mas que no canteiro de obras demonstram outras preocupações e outra realidade. É preciso avaliar o quanto a população está disposta a pagar por estes erros que historicamente não são corrigidos.

Não bastasse os problemas estruturais relacionados ao bem estar dos moradores do bairro Jardim Célia, ainda há aqueles que apesar do histórico de lutas e vitórias pessoais

padecem de problemas que prejudicam diretamente nos seus afazeres diários, principalmente quando se trata de mobilidade e acessibilidade.

Durante a terceira etapa de entrega de 211 moradias no dia 24 de Maio de 2010, a Secretaria de Comunicação divulgou na página oficial da Prefeitura o evento e informou que 10% destas residências seriam adaptadas para pessoas com deficiência, e reportou a declaração de uma beneficiária destas casas:

> A dona de casa Eunice Rosa Ferreira Procópio, que é cadeirante, foi a primeira a receber as chaves da casa. "As portas são mais largas e facilitam a entrada da cadeira de rodas, e o banheiro é amplo. A minha vida será muito mais fácil aqui nesta casa, é um sonho que estou realizando. Faltam palavras para agradecer tudo que a Prefeitura fez por mim e pelos meus filhos", contou. (44)

Em reportagem de 10 de Dezembro de 2010, um dia após a última etapa de entrega das casas, outro portal de notícias afirmava:

> Mais de 70 residências do bairro são acessíveis para pessoas com deficiência física. "A cada entrega não podemos deixar de atender as pessoas com deficiência e por isso entregamos casas adaptadas para atender essas pessoas que tanto precisam. São casas com portas mais largas, corrimões nos banheiros, pias mais baixas e espaços sem degraus. Nós olhamos por toda a nossa sociedade", disse o prefeito Odelmo Leão.(45)

Segundo o Secretário Delfino Rodrigues "foram entregues 1136 casas, dessas, cento e dez são adaptadas, então essa quantidade de cento e dez inclusive é até um numero superior ao que a legislação atual estabelece que é de 3%". (Apêndice A, p.80)

Apesar de a prefeitura ter oferecido esta quantidade de casas adaptadas aos moradores com deficiência, nem todos tiveram a mesma sorte ou *"vida fácil"* como apresentou a senhora Eunice, citada pelo portal da prefeitura. No caso do senhor Itamar e sua esposa Geane, os problemas que começaram em casa se estenderam para as ruas. Antes de me concederem a entrevista, o Senhor Itamar já havia criticado o sistema de transporte público através de reportagem feita pela mídia local em 25 de Maio de 2011, onde o mesmo reclamava da dificuldade que enfrentava pelo fato do ônibus carregar apenas um cadeirante, e com isso, tanto ele quanto sua esposa que também é cadeirante, e vários outros que se encontram na mesma situação no bairro devem esperar por outros ônibus para que sejam embarcados. (46)

Além destas reclamações, o jornal também indicou que o "ponto de ônibus não tem estrutura para passageiros nem acesso a cadeirantes", e mostrou a resposta do poder público frente a esse problema: "O secretário de Habitação, Felipe Attiê, informou, em nota, que a

maioria das calçadas do bairro já possui rampas e que um estudo foi feito para diagnosticar quais ainda não têm para iniciar a construção." Cabe salientar que o então Secretário de Habitação pretendia iniciar a construção de rampas de acesso para cadeirantes seis meses após a entrega das últimas chaves aos mutuários do bairro, mesmo afirmando em todas as cinco etapas aos meios de comunicação locais que o bairro oferecia infraestrutura completa aos seus futuros moradores.(47)

Em entrevista concedida em janeiro de 2014, o senhor Itamar relata os mesmos problemas citados anteriormente sobre acessibilidade e também sobre os problemas estruturais de sua casa que dificultam a vida de sua esposa, no que diz respeito a mobilidade:

> *[...](a casa)* É adaptada, mas as portas são estreitas, a cadeira da Geane, não passa na porta não, inclusive a vizinha rancou as portas, que a cadeira da Geane não passa nas portas, a casa tá sem porta(...). Olha, só de não ter escada já me atende *(sobre a casa ser adaptada)*, mas eu sempre precisei de uma pessoa pra me dar banho, então, pode ter adaptação do que tiver que eu sempre vou precisar de uma pessoa. Agora, eu vou te falar uma verdade, minhas necessidades atende, mas, as necessidades da Geane não, 'os cano é muito baixo' pra ela pegar pra segurar, eu acho que eles deviam tirar as medidas dos moradores que forem deficientes pra saber a altura que eles coloca os canos porque ela tem uma enorme dificuldade". *-grifo nosso-* (Apêndice B, p.85)



Foto 01: Entrada do quarto do Senhor Itamar e da Senhora Geane com a porta retirada e com marcas das rodas da cadeira.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., 5,08cm x 6,78cm.



Foto 02: Outro quarto também com a porta retirada na mesma residência.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 5,08cm x 6,78cm.



Foto 03: Banheiro adaptado entregue ao Sr. Itamar e a Senhora Geane com três corrimões de apoio nas paredes.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 5,08cm x 6,78cm.

A respeito das rampas de acesso às calçadas, sobre o próprio calçamento e também sobre a estrutura dos abrigos (ponto de ônibus) e o acesso ao transporte público do bairro, o Senhor Itamar demonstrou-se muito decepcionado. Ao encontrá-lo para gravarmos a entrevista, antes que eu iniciasse as questões que havia preparado, ele imediatamente me convidou para que fossemos até ao ponto de ônibus mais próximo de sua casa a duas quadras de distância. Em sua cadeira de rodas tentou demonstrar a dificuldade enfrentada por ele para embarcar em um ônibus, e nesse momento, a bateria que é do modelo utilizado em carros comuns, caiu do suporte que é próprio para segurá-la. Ao se chocar com a rampa que deveria ser justamente adaptada para cadeiras de rodas, Itamar não conteve a sua insatisfação:

Uma cadeira dessa aqui custa sete mil reais, eu só não vou tentar subir porque você viu que não dá, essa rampa não é adaptada, e o Felipe Attiê faz propaganda disso aqui, que ele fez tudo, é uma vergonha, é uma vergonha, eu não gosto de falar mal dos outros, não tô falando mal de ninguém, mas o Felipe só vem aqui no bairro em tempo de política pra querer voto, é isso, se você tiver como por essa entrevista numa televisão, eu quero que ele ouça e deixa de ser cara de pau (...). O Felipe faz aquelas propaganda maravilhosa, ele fala que o Jardim Célia é um céu, que foi ele que construiu, ele não faz nadinha, nunca ouvi falar que Vereador, Secretário sem o mandado do Prefeito constrói alguma coisa, é uma vergonha o que o Felipe faz. Não quero falar mal dos outros, ele que me desculpe mas, ele tinha era que pensar antes de falar. (Apêndice B, p.85)



Foto 04: Rebaixamento (rampa) de acesso ao ponto de ônibus que o Senhor Itamar tentou utilizar.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 5,08cm x 6,78cm.



Foto 05: O mesmo rebaixamento, a calçada e o ponto de ônibus próximos a casa do Senhor Itamar.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 6,78cm x 5,08cm.

Apesar da indignação do Senhor Itamar com o ex-secretário de habitação e atual Vereador Felipe Attiê, devido a péssima qualidade e a não adaptação da rampa para a utilização de sua cadeira de rodas, há ainda um agravante de que a rampa que se encontra próxima ao ponto de ônibus que ele costuma utilizar está localizada irregularmente na via pública. Segundo as normas técnicas da NBR 9050/2004,"as calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo, e sempre que houver foco de pedestres." (48)

Segundo uma lei complementar municipal de 2004, os "novos loteamentos, nas calçadas de todos os cruzamentos deverá ser executada a rampa de acesso para deficientes físicos conforme critérios da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas." (49)

O empreendimento Jardim Célia inicialmente possibilita crer que o poder público cumpriu a risca esta lei e que realmente se preocupou com a qualidade da acessibilidade para todos (é importante ressaltar que a acessibilidade e a mobilidade devem ser direitos garantidos de todos que necessitam das mesmas, além do cadeirante, exemplo das mães, pais ou responsáveis que também utilizam as rampas e os calçamentos com seus "carrinhos de bebês"), através de algumas rampas localizadas em esquinas e através de discursos inflamados de políticos que se orgulham do feito. O fato é que nem todas as esquinas do conjunto possuem rampas acessíveis, e outro fato lamentável é que nenhuma das rampas que ainda restam nas vias públicas obedecem as normas técnicas da ABNT.



Foto 06: Rebaixamento localizado na Avenida dos Lírios Amarelos.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 5,08cm x 6,78cm.



Foto 07: Rebaixamento localizado na esquina da Rua das Paineiras com a Rua dos Sininhos.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 5,08cm x 6,78cm.

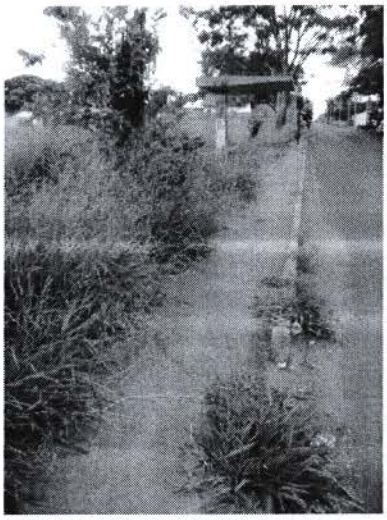


Foto 08: Rebaixamento coberto pelo mato localizado na esquina da Rua das paineiras com a Rua das Caliandras.

Fonte: MACEDO, 2014, il.color., tamanho original 6,78cm x 5,08cm.

Em uma conversa com o senhor Idari Alves da Silva, Coordenador do Núcleo de Acessibilidade da Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia e funcionário efetivo da Prefeitura há mais de quinze anos, no dia 06 de fevereiro de 2014, ele afirmou que o problema da acessibilidade no Jardim Célia pode ser facilmente resolvido se houver vontade política, pois quando os governantes querem, os mesmos não perguntam se está de acordo com leis, se está dentro do orçamento ou se está beneficiando a todos, iniciam qualquer projeto que se

dedicaram a cumprir, e citou exemplos como, a construção do viaduto entre as Avenidas João Naves de Ávila e Governador Rondon Pacheco e também a obra de alargamento desta última, que beneficiou principalmente a mobilidade de veículos de transporte particular (carros). (Ressalta-se que esta obra apresentou bastantes questionamentos, porém sempre foram abafados e escamoteados pelo poder público em páginas na internet de políticos ligados a esta obra, mas foi um empreendimento muito comemorado pela gestão Odelmo Leão ao fim de seu mandato e ainda é utilizada como exemplo de competência administrativa por alguns políticos que conseguiram se reeleger em 2012 nas eleições municipais.)

Idari concluiu que de toda essa dificuldade encontrada pelos moradores cadeirantes do bairro Jardim Célia há ainda outro problema grave que remete aos próprios moradores do bairro, e que é comum em toda a cidade: a falta de consciência e colaboração dos moradores e da sociedade em geral no que diz respeito ao cuidado com a calçada, quando os mesmos criam obstáculos (muretas entre a própria calçada e a do vizinho, lixeiras mal posicionadas, árvores, portões com extensões para que o veículo caiba na garagem, entulhos, etc.) e não mantém a mesma livre para os pedestres circularem, desrespeitando o código municipal de posturas e impedindo a mobilidade dos cadeirantes que deveriam entrar no seu quarteirão pelas rampas devidamente construídas nas esquinas e seguir na calçada até sua residência sem ter que descer para as vias de rolamento (ruas).

Porém, é comum o fato do cidadão não aceitar ter que cuidar da calçada com a clareza de que ela é pública. Geralmente, parte-se da compreensão de que a calçada é particular podendo fazer dela o que bem entender, ignorando a necessidade de mantê-la em condições ideais para a circulação de pedestres, ou, o que é pior, simplesmente não arcando com os custos da manutenção.

3 PERCALÇOS DO COTIDIANO: A DURA REALIDADE DOS MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO.

Para quem leu o noticiário da imprensa local sobre a instalação do Jardim Célia, a impressão que fica é a de que os habitantes daquele bairro tinham muito que comemorar ao serem contemplados com uma moradia no local:

> [...] com concepção diferenciada, o Jardim Célia já nasceu pronto para a população. Água encanada, luz, esgoto tratado, asfalto e equipamentos sociais garantem melhor qualidade de vida para quem foi contemplado com uma das mais de mil unidades habitacionais do programa Tchau aluguel, no bairro. (50)

A notícia citada acima foi veiculada após a última etapa de entregas de moradias para os mutuários do bairro Jardim Célia. Apesar de parecer transmitir somente o fato, neutro de opiniões, vale ressaltar que a notícia não poderia apresentar algo que para a atual realidade de projetos habitacionais é tão óbvio, afinal, como aceitar o fato de ser contemplado com uma moradia popular, em uma área totalmente afastada do centro urbano sem a edificação da infraestrutura necessária para a melhoria da qualidade de vida e da manutenção do cotidiano dos moradores? Apesar de parecer evidente que o poder público deve fornecer tal infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, essa notícia representa também uma novidade quando se pensa em acesso à moradia na história de Uberlândia, principalmente, se pensarmos no histórico de outros projetos implantados que promoveram a autoconstrução pelos moradores. (51)

Cabe salientar as ocupações na cidade em áreas públicas e particulares ociosas – ações que enfurecem até hoje governantes conservadores ligados a grandes construtoras e imobiliárias da cidade e também à imprensa mantenedora do discurso progressista instaurado na cidade desde os anos cinqüenta. (52)

3.1 Serviços e equipamentos urbanos

Em contraste com as notícias veiculadas pela imprensa local sobre as benfeitorias que os habitantes do Jardim Célia encontraram à sua disposição, desde a instalação inicial do

bairro, entrevistas realizadas com os moradores e com os atuais representantes do poder público de Uberlândia revelaram uma realidade bem diferente para a população daquele bairro.

Durante a quarta etapa de entrega de moradias no bairro Jardim Célia em 24 de Agosto de 2010, a imprensa local divulgava uma reportagem da Secretaria de Comunicação da Prefeitura feita na data da inauguração dos equipamentos de intervenção social no bairro, quando salientou o prefeito Odelmo Leão:

> [...] Estamos investindo em benefícios para o Jardim Célia, porque além das moradias aqui entregues, queremos garantir mais qualidade de vida ao nosso povo. Este bairro nasce com infraestrutura e com equipamentos sociais, como o Bem Social Naica e Bem Social Casa da Família, que refletem a preocupação da prefeitura com o bem-estar dos cidadãos, ressaltou o prefeito Odelmo Leão, que conheceu as instalações e elogiou o trabalho feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (Sedest). (53)

O Plano Municipal "Bem Social" foi um projeto de intervenção social instituído durante a gestão de Odelmo Leão através da lei nº 10335 de 25 de novembro de 2009 e destinado a unificar as ações referentes à política de assistência social destinada a população que se encontrava em vulnerabilidade social através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

Este programa integrava vários projetos assistenciais destinados a grupos de pessoas diferentes, por exemplo, o Programa Bolsa Família, PRÓ-PÃO, Atendimento ao Migrante, Atendimento ao Mendicante/População de Rua, entre outros. Especificamente relacionados aos moradores do Jardim Célia, o NAICA (Núcleo de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente) tinha por objetivo o "atendimento governamental em caráter preventivo de crianças e adolescentes com idade de 06 a 15 anos e 11 meses, no período extra escolar, através de atividades sócio-educativas, recreativas, esportivas e culturais, evitando a situação de risco pessoal e social". (54)

Outro projeto oferecido ao bairro tinha como denominação "Casa da Família / Centro de Referência de Assistência Social – CRAS", um atendimento governamental que tinha por objetivo:

> [...] prevenir a ocorrência de vulnerabilidade e risco social da família, buscando fortalecer os laços familiares e comunitários e a ampliação de acesso aos direitos de cidadania por meio do atendimento em sua própria comunidade, através de orientação, acompanhamento e encaminhamento para a rede de serviços sócio-assistenciais(...).(55)

Este projeto funcionava como uma extensão do espaço e dos serviços oferecidos pela prefeitura só que no próprio bairro, possibilitando que o morador não necessitasse ir até a prefeitura para ser atendido.

Sobre estes projetos, os moradores entrevistados – e alguns visivelmente necessitados dos serviços assistenciais do poder público – ou alegavam não utilizar nenhum destes serviços ou nem conheciam os projetos ali presentes. Houve também um caso de uma família que, segundo relatado, teria acesso a serviços assistenciais e ao se cadastrar novamente neste período que estão no bairro perdeu o direito de obtenção a cesta básica que recebia de ajuda.

Segundo o site da Prefeitura Municipal, o NAICA Jardim Célia oferecia as crianças e aos adolescentes de 06 a 16 anos algumas oficinas como: Corpo em Movimento, desenvolvendo a prática de dança e expressão corporal; Recreando, oferecia atividades esportivas; Nutrir com prazer, ensinava hábitos saudáveis de nutrição e higiene; Falando em Família, projeto que era oferecido principalmente para os adultos e buscava estimular a integração das famílias do bairro; Saber Online, ensino de informática; Criar e Inventar, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da criatividade através do artesanato. Por último, a oficina Arte viva que tinha o objetivo de: "Ensinar a prática esportiva da capoeira, as quais visam a liberdade de criação, preservação das tradições, disciplina, respeito às autoridades e companheiros, trabalho de parceria, relaxamento e autoconfiança."(56)

A dona de casa Karla diz que em sua família ninguém utiliza o NAICA, explicando o motivo, e fala também sobre os cursos que são oferecidos até então:

> [...]primeiro porque não tem vaga suficiente no bairro pro tanto de criança que tem, e aí precisa duma lista, e aí você fica esperando, esperando e não sai a vaga (...), eles oferece balé, capoeira aula de reforço (escolar) e algumas outras atividades(...), aqui no bairro não tem nenhuma ação voltada pra trabalhador, desde o surgimento do bairro. (Apêndice B, p.83)

A presença dos equipamentos sociais instalados e o processo de execução das intervenções assistenciais no bairro Jardim Célia poderia representar somente o que era declarado nas mídias oficiais historicamente ligadas aos governantes conservadores de Uberlândia (57). A preocupação do Prefeito Odelmo Leão e de sua equipe de Secretários e Vereadores aliados é demonstrar que "através do trabalho de assistência social, realizamos nossa maior obra: dar uma melhor condição de vida a quem mais precisa". (58)

Porém, o objetivo disfarçado sob os olhares menos atentos e os discursos peculiares, tinham como uma das principais finalidades garantir uma resposta positiva nas urnas em

2012, e a resposta não veio exatamente do jeito que os administradores esperavam pois, o resultado nas eleições municipais daquele ano proporcionou o que o jornalista Luiz Fernando Quirino afirmou na sua coluna "A vida é mesmo assim", reiterando o que já havia escrito em 1982 no jornal Correio de Uberlândia sobre a vitória de Zaire Rezende contra seu então adversário, o falecido ex-prefeito Virgilio Galassi – uma *"Cacetada"*. O candidato da oposição Gilmar Machado (PT) obteve 68,72% dos votos contra o candidato aliado Luiz Humberto Carneiro (PSDB) que somou apenas 28,08% das urnas e ainda não conseguiu – assim como o primeiro candidato – os outros 3,20% restantes dos eleitores que votaram em Gilberto Cunha do PSTU. (59)

Uberlândia em 2012 apresentou traços de discursos políticos que já são comuns nas capitais brasileiras, principalmente em São Paulo, marcados por ataques inflamados entre Petistas e Psdbistas. A Situação, neste caso o grupo político dominante na cidade até então – incluindo o Partido Progressista de Odelmo Leão Carneiro – estava esperançosa em continuar no poder por mais de dois mandatos citando através da imprensa local todo o legado de obras e projetos concluídos que Odelmo Leão havia "concedido". Por outro lado, a Oposição, basicamente Petista, deixava escapar a certeza de que ganharia as eleições caso o candidato Gilmar Machado confirmasse sua pretensão ao cargo máximo do poder executivo municipal, e diferente do que a imprensa de 1982 demonstrou, o resultado das urnas trinta anos depois não surpreendeu ninguém.

Tendo a eleição confirmado a vitória da pequena oposição que agora se tornara a "grande" situação dentro do Poder Executivo e principalmente do Poder Legislativo através de alianças partidárias, seria óbvio que muitos projetos da antiga gestão passariam por reformulações ou acabariam sendo extintos. O projeto de Assistência Social foi um deles. Segundo reportagem do Jornal Correio em 24 de maio de 2013:

> O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou inquérito civil na última terça-feira para apurar o caso de reestruturação dos Núcleos de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (Naicas) em três bairros da cidade – Mansour, na zona oeste de Uberlândia, Marta Helena, zona norte e Tubalina, na zona sul. Por decisão da prefeitura, as três unidades se tornarão escolas de educação básica a partir do próximo semestre para suprir o déficit de vagas no ensino infantil. (60)

Em uma conversa com a diretora da Rede Crescer, Letícia Alves Carvalho, em 05 de fevereiro de 2014, ela afirmou não ter conhecimento específico sobre as intervenções do atualmente extinto Bem Social NAICA, pois ocupou o cargo a partir da posse da nova Administração Municipal, após a mudança prevista dos Secretários da Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Social e Trabalho. Letícia esclareceu sobre o novo programa de intervenção social instituído pela nova gestão a Rede Crescer. O município de Uberlândia por meio da SEDEST oferecerá estrutura para o desenvolvimento dos serviços da Rede, alimentação, vale transporte e materiais necessários para a execução das atividades oferecidas à população. Basicamente desenvolverá o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos direcionados as áreas das crianças, do adolescente, da família, da pessoa com deficiência, da formação profissional e da geração de emprego e renda, por meio de atividades culturais, esportivas, de lazer e de formação para a cidadania.

No caso do Jardim Célia será instituído a partir de Abril o Crescer Estação Cidadania, atuando com oficinas de teatro, capoeira, musicalização, balé, dança de rua, Recreação e Artes, também jovens e adultos participarão de cursos de qualificação ofertados pelo PRONATEC e PRO-TRABALHO/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho.

Em entrevista ao jornal Correio, o atual Secretário da SEDEST Murilo Ferreira confirmava: "o objetivo da Rede Crescer é prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas da violência e das drogas. Estamos promovendo a cidadania e para isto, percebemos a necessidade de transformar os Naicas, que não correspondiam mais com a necessidade atual da cidade." (61)

A discussão sobre os projetos de intervenção social na cidade de Uberlândia e em todo o país deve obrigatoriamente ser desvinculada de jargões do tipo "qual projeto é melhor" ou "beneficia mais eleitores". Deve-se questionar por qual motivos projetos de administrações diferentes duram tão pouco ou são esquecidos durante a administração seguinte, por que projetos e programas já estabelecidos que de acordo com a maioria da sociedade estão funcionando não continuem a exercer sua função estabelecida em lei. Não quero dizer que o programa Bem Social é melhor que a atual Rede Crescer, creio que o atual programa exibe projetos até mais interessantes que o anterior (62), o que não quer dizer que será posto efetivamente em prática, mas para isso houve um preço a se pagar, e como acontece historicamente, quem paga por isso é o trabalhador que depende dos serviços públicos, são mães que trabalham para complementar a renda em casa e não sabem onde vão deixar os filhos depois da escola, pais que faltam ao trabalho para ir até a prefeitura em busca de soluções que interferirão em sua rotina, soluções a longo prazo que exigem mudanças no cotidiano do mesmo.(63)

Apesar de acreditar ser um pedido utópico, este tipo de situação deve ser prevista e evitada por qualquer administrador público.

No que diz respeito à escolaridade formal, a análise sobre o papel que a Escola desempenha no bairro Jardim Célia demonstrou que a presença desta no bairro tem significado e função semelhante às das escolas de outros bairros periféricos da cidade, desempenhando principalmente o papel de estadia temporária de crianças e adolescentes que estudam no ensino infantil e fundamental enquanto os pais – que estão empregados ou trabalhando informalmente – estão fora de casa. Um exemplo da contradição entre o discurso político e a realidade dos moradores é destacado quando se analisa a oferta e demanda de vagas já para crianças de zero a seis anos. Em solenidade no dia 21 de março de 2011 o Jornal Correio de Uberlândia destacava além da inauguração da obra, a homenagem do prefeito ao jornalista que avaliou a derrota de Virgilio Galassi do então PDS (partido de sustentação da ditadura militar) em 1982 como um acidente de percurso:

> Foi inaugurada nesta segunda-feira (21) em Uberlândia a Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Jornalista Luiz Fernando Quirino, no bairro Jardim Célia (...), de 2005 para cá, houve ampliação em 333% de vagas para crianças de 0 a 3 anos e 280% de 0 a 5 anos. Hoje são mais de três mil inscritos na lista de espera por uma vaga na educação infantil. No ano passado, foram oferecidas 4.744 vagas para a faixa etária e que, neste ano 5.078 vagas. Com a Emei Jardim Célia, serão criadas mais 650 vagas. O prefeito disse que a homenagem a Luiz Fernando Quirino é mais do que justa. "Como jornalista, sempre fez cobranças coerentes, principalmente na classe política", disse. (64)

Por outro lado, reportagens televisivas solicitadas por moradoras do bairro, mostraram a insatisfação de mães que informaram não haver vagas para todas as crianças e não conseguiam aceitar os critérios de seleção da prefeitura para preencherem as vagas oferecidas. Segundo algumas mães, elas se mudaram para o bairro na primeira etapa de entrega das casas em 31 de Agosto de 2009, porém, crianças que se mudaram para o bairro a partir da segunda etapa em janeiro do ano seguinte foram priorizadas por zoneamento, ou seja, por residirem mais próximas da edificação da escola, o que revoltou algumas mães que estavam "esperando por essas vagas a mais de um ano e meio". (65)

Gilberto Cordeiro, comerciante no bairro, ao ser questionado se o bairro oferece uma escola de qualidade e se ele acredita ser necessário algum tipo de melhoria na mesma, responde:

> Não, porque pelo convívio que eu tenho com essas pessoas tem muita reclamação, então, até meu filho nunca estudou nessa escola ai porque não tem idade, mas o que eu convivo com os meus clientes eles reclamam demais da escola(...). Com certeza, na qualidade da educação, nas creches até crianças de cinco anos atende bem, mas falta vagas, do bairro mesmo não consegue vagas(...), já a juventude estuda no Canaã. (Apêndice B, p.88)

O senhor Itamar que também é comerciante relata o que escuta dos vizinhos: "Tá faltando muita vaga, precisava ter mais vagas, porque muitas crianças do bairro tá indo estudar lá no Canaã" (Apêndice B, p.86)

Além do problema de vagas no ensino fundamental, há também conflitos entre o discurso político e a realidade vivida sobre a educação fundamental, visto que no bairro não há ensino de jovens e adultos que estão com os estudos atrasados em horário noturno.

Em matéria realizada pelo Correio de Uberlândia, na inauguração atrasada em um ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental no Jardim Célia em 25 de setembro de 2012, ocorreu devido a problemas burocráticos, e que "Uma empresa que havia vencido a licitação para a construção da unidade não pôde executar o projeto e o processo licitatório teve de ser refeito" (66). Porém, a doze dias antes das eleições, a Secretaria de Comunicação da Prefeitura informava:

> [...] A região conta agora com escolas fundamental e infantil, concretizando ainda mais os benefícios garantidos pela Prefeitura, apontou Odelmo Leão. Com investimentos de mais de R$ 2 milhões, a Escola já tem data para iniciar as atividades: 27 de setembro. Tem capacidade para atender (nos turnos matutino e vespertino) 18 turmas do 1º ao 9º ano e é a segunda unidade educacional construída pela Prefeitura no Jardim Célia (...). (67)

Segundo Karla Fernandes, sobre esta escola ela apresenta certa satisfação, porém relata outro problema relacionado a falta de escola de ensino médio no bairro e outro problema ligado a escola de ensino infantil que a obrigou a mudar sua rotina de vida:

> [...]O ensino até em si é bom, a minha menina fez seis anos, ela fez a primeira série e ela saiu lendo e escrevendo, mas é porque eles não dão continuidade daquilo, eu acho que seria viável se eles ampliassem a escola, 'désse' uma continuidade ao trabalho escolar, porque sair daqui pra ir pro Canaã, ou pro Luizote ou pra qualquer outro lugar nem todos os pais aqui tem condição pra tá mantendo ou tá levando o filho pra poder dar continuidade no estudo fora do bairro, minha filha faz a segunda série mas tirei ela daqui e coloquei numa Escola Estadual porque pretendo trabalhar esse ano e como eu não consegui vaga pra berçário, não teve como arrumar vaga pra nenezinha e ela ficou na lista de espera em oitava, então não tinha como, então eu transferi ela *(a filha estudante)* pra outro bairro pra poder ficar mais fácil de eu conseguir alguma coisa num bairro fora, lá no Pampulha, porque aqui no bairro não tem vaga. *Grifo nosso.(*Apêndice B, p.83)

O problema da falta de uma Escola de ensino médio no bairro está sendo discutido pelo poder público de uma forma bastante comum entre os discursos propagados por políticos que pretendem "mostrar serviço" ou angariar votos para a manutenção de suas carreiras políticas. Segundo reportagem veiculada no dia 25 de abril de 2013 da nova Secretaria de Comunicação da Prefeitura, o atual Prefeito Gilmar Machado (PT) fez uma parceria com o

Governo de Minas (PSDB) para a construção de uma Escola Estadual no bairro Jardim Célia. Segundo o Prefeito:

> Já no mês de maio enviaremos um Projeto de Lei para apreciação da Câmara de Vereadores, com o objetivo de aprovar a cessão de uma área para que o Estado possa começar o quanto antes a construção desta escola. Ainda segundo o prefeito, o edital para construção da escola estadual de ensino médio deve ser lançado ainda no primeiro semestre deste ano. A previsão é que as obras se iniciem no segundo semestre com previsão de conclusão em até um ano. A unidade deve abrigar cerca de 15 salas de aula. (68)

Porém, em 04 de agosto do mesmo ano, o atual Vereador da Oposição e ex-secretário de habitação Felipe Attiê deu uma entrevista na Rádio Educadora Jovem Pan e foi questionado pelo apresentador Lourival Santos se era verdade que ele havia se encontrado com o governador e teria feito três pedidos a ele; Felipe trouxe notícias sobre seu almoço de duas horas com o atual Governador de Minas Gerais Anastasia e com o ex-governador Rondon Pacheco na residência do ex-prefeito Odelmo Leão. Entre outras conquistas e demonstrações de empenho citadas pelo Vereador – algo comum em suas entrevistas – ele afirmou:

> [...] Nós conversamos bastante eu e ele, eu pedi algumas coisas sim, eu solicitei a ele, reforcei alguns pedidos, eu estou preocupado com uma escola de segundo grau lá para o Jardim Célia, eu estou lutando. O Jardim Célia é um bairro que eu construí né, eu já tinha conseguido a do Jardim das Palmeiras Dois, ele tinha atendido né, essa construção dessa escola vai sair junto com a do Shopping Park né, o Shopping Park eu comecei a pedir a escola do Shopping Park lá em 2009 quando o bairro era um projeto na minha cabeça (...). Mas eu solicitei a ele uma escola no Jardim Célia também (...). A certeza da escola do Jardim Célia já me dá uma tranqüilidade, até porque quando o Estado fala que vai fazer algo o Estado é muito grande, muito lento e essa construção já foi autorizada desde 2011(...).Nós conseguimos fazer esse trabalho, vamos aguardar, eu tenho absoluta certeza que a escola do Jardim Célia vai sair, vai ficar programado, vai ficar organizado, nos temos que por ela em licitação ao máximo no ano que vem porque essa escola não vai ficar pronta no ano que vem, pela minha experiência eu acredito que ela ficará pronta em 2015 pra ser inaugurada, infelizmente a lentidão do serviço público brasileiro é muito grande e isso impede de fazer as coisas mais rápido. (69)

É interessante observar que há uma necessidade dos políticos apresentarem pretensas soluções para resolver os problemas referentes à falta de estrutura nos bairros periféricos, porém tanta informação sobre papéis assinados e acordos selados em almoços particulares não resolvem os problemas sociais enfrentados pelos cidadãos, por exemplo, a dificuldade enfrentada pela dona de casa Karla Fernandes apresentado anteriormente. Na primeira reportagem de 25 de abril de 2013 o atual Prefeito afirmou que no próximo semestre as obras já seriam iniciadas, o que não foi confirmado pela segunda reportagem de 04 de Agosto do

mesmo ano, quando o Vereador Felipe Attiê disse que esperava ainda para 2014 a licitação para iniciação da obra. Por outro lado, em nenhuma das reportagens que vangloriavam o bairro Jardim Célia por ser um bairro de "concepção diferenciada" e "pronto para a população" o ex-secretário de Habitação citou a morosidade do Governo Estadual, ou utilizou termos como "lentidão do serviço público brasileiro" para omitir, em outras palavras, a falta de empenho e vontade política do Governo do Estado com a educação de Minas Gerais.

Outra questão igualmente importante para os moradores dos bairros periféricos de Uberlândia diz respeito ao atendimento à saúde. Em 28 de Dezembro de 2012, três anos após a entrega das primeiras residências no bairro Jardim Célia, o então Prefeito Odelmo Leão inaugurou a última obra de seu Governo no bairro, a Unidade de Atendimento Primário à Saúde da Família (UAPSF). Segundo informações do site da Prefeitura:

> Foram investidos mais de R$ 1,1 milhão na obra, que atenderá a um público aproximado de 5200 pessoas da área de abrangência. A estrutura é composta por sala de espera, sala de vacinação, sala de cuidados básicos, sala de curativos, sala de atendimento multiprofissional, sala de coleta, sala de assistência social, farmácia, sanitários, consultórios ginecológicos e consultório odontológico com sala de espera e escovário. (70)

A dona de casa Karla Fernandes diz que:

> "[...]o bairro possui um posto de saúde com duas médicas e um dentista, até então o posto é bom, o atendimento é bom, mas necessita de mais médicos, não é o suficiente pra poder tá atendendo (...). São clínicos gerais que atendem em todas as áreas, são duas médicas da área de clinica geral, que atende ginecologia e pediatra. No serviço de odontologia tem a urgência que é das dez da manhã e depois uma hora da tarde.*(na área odontológica)* Em caso de urgência eles fazem uma triagem como se fosse no UAI e se aqui não tem a estrutura pra atender, eles chamam a ambulância para levar pro UAI, na unidade de saúde mais próxima. Quando é consulta agendada no ambulatório e não tem o especialista aqui eles agendam para outra unidade de saúde, pois na maioria das vezes é sempre as duas médicas clínico geral que atende"-*grifo nosso.*(Apêndice B, p.83-84)

O discurso da moradora representa o sistema de atendimento do posto de saúde no Jardim Célia que reproduz a mesma função de outros postos situados nos bairros periféricos da cidade. O atendimento primário parece ter como principal característica, evitar o acesso dos pacientes dessas regiões aos postos de atendimentos melhores equipados e mais próximos ao centro da cidade. Nesse sentido, ser mais bem equipado na atual realidade da saúde pública de Uberlândia quer dizer, oferecer uma melhor resposta aos casos de urgência, já que ali se encontram as ambulâncias e equipamentos essenciais para utilização em casos mais extremos.

Sobre o acesso ao lazer e entretenimento por parte da população do Jardim Célia, a entrevista concedida pelo atual Secretário de Habitação Delfino Rodrigues, é bastante reveladora:

> "nós constatamos que há uma deficiência de equipamentos em relação aos equipamentos em geral, saúde, educação, de lazer, nesse sentido nós já estamos com a ampliação da Escola de Educação Infantil, a Escola de Educação Fundamental e também em estudo a construção de equipamentos de lazer, de praças de esportes para os próximos anos ali (...). Para dar também a condição de lazer que nós também identificamos como as opções culturais (...), na nossa avaliação são insuficientes" (Apêndice A, p.81)

De acordo com tal relato, infelizmente o Secretário está certo sobre a insuficiência dos equipamentos urbanos ali presentes, na verdade sobre a estrutura de lazer no bairro Jardim Célia não se trata apenas de insuficiência, mas, de ausência total de espaço ou ações de lazer oferecidos pelo Poder Público. Nesse sentido, o bairro representa para as crianças a realidade de milhares de outras crianças residentes de periferias na cidade de Uberlândia: a Rua – na descrição mais objetiva do termo – enquanto espaço de lazer.

Em relatos de moradores, as respostas sobre a questão de haver alguma área de lazer para crianças e adultos no bairro convergiam até na rapidez com que os moradores respondiam. Dessa forma, Karla Fernandes responde: "Não, aqui no bairro não tem nenhum parque, nada que as crianças possam se divertir, eu acho que uma praça seria o ideal para que a família né? Que a família pudesse se reunir no final de tarde ou até mesmo no sábado e domingo que é o que o bairro não tem". (Apêndice B, p.84).Outro entrevistado, Itamar Aparecido Marson afirma: "Não, nenhuma, não tem nada, você vê que não tem nenhuma praça, um poliesportivo, eu acho que nos temos que falar com o prefeito e pedir pra ele criar." (Apêndice B, p.86). Em consonância com o dito anteriormente, o entrevistado Gilberto Cordeiro Farias disse que "Também não tem, deveria ter uma praça, deveria ter praça com brinquedo, principalmente pra atender as crianças carentes que não tem condição de pagar um parquinho, pra sair, então deveria ter". (Apêndice B, p.88).

Os relatos dos moradores demonstram uma resposta em forma de pedido, porque apesar de alguns equipamentos urbanos citados pelo Secretário Delfino serem insuficientes para atender as necessidades dos moradores, eles ainda estão presentes no local, porém a área de lazer é inexistente nessa região, não há um espaço de recreação aberto para a utilização de crianças e adultos para que os mesmos interajam entre si, pratiquem a socialização e experimentem momentos de alegria e diversão fora de suas casas com seus vizinhos e parentes.

Outro quesito que aparece com muita frequência entre os moradores do Jardim Célia está relacionado aos serviços de manutenção da estrutura construída naquele bairro. Os serviços prestados pela prefeitura são basicamente serviços da Secretaria de Serviços Urbanos, sendo os mais comuns e com uma intensidade maior, os Serviços de Limpeza (Coleta, Capina, Limpeza, Varrição e Coleta Especial), Serviços do Centro de Controle de Zoonoses com o Programa de Controle de dengue e Programa de Controle da Raiva Animal, Serviços da SETTRAN com o Reforço da Sinalização Horizontal de Trânsito e Também Serviços da Secretaria Municipal de Obras (Recomposição Asfáltica, Operação Tapa Buracos e Asfaltamento).

Apesar de todos os serviços disponíveis citados anteriormente serem serviços que devem ser empregados constantemente nos bairros através da própria iniciativa da Prefeitura, já que cada Secretaria tem seus funcionários responsáveis por monitorar e direcionar as atividades de acordo com a demanda, os moradores do Jardim Célia descobriram que para os serviços públicos serem postos em prática, somente esperar não é suficiente.

A moradora Karla Fernandes afirma que "Pra poder vir limpar um terreno aqui se o mato tiver muito alto você tem que ligar várias vezes para eles poderem vir porque senão eles não vem". (Apêndice B, p.84)

Dilema parecido foi descrito também por Gilberto Cordeiro quando expõe sobre a sua situação:

> Não vou falar que tá dos piores não, mas teria como melhorar também, principalmente a parte de roçagem, dos lotes vagos que tem muito, essa aí é a pior porque aqui no Jardim Célia tem muito rato, muitos animais peçonhentos, então por causa dessas grandes granjas ao redor, muitos lotes vagos cheios de mato, então isso ai prejudica demais a população, a maior reclamação que tem é de cobras, ratos, escorpiões, insetos, muito insetos, principalmente ratos. (Apêndice B, p.88)

Tentar entender os motivos da dificuldade da classe trabalhadora pobre em ter acesso a serviços públicos de qualidade se torna mais complicado quando se entende que um projeto de habitação popular como o Jardim Célia, instituído pelo poder público, está sendo tratado de forma semelhante com que governantes passados lidaram com os projetos habitacionais conquistados pelos trabalhadores através da luta social, onde pessoas ocuparam terras sem esperar o apoio dos mesmos: com descaso.

Porém, cabe analisar se o poder público busca fornecer Equipamentos e serviços Urbanos para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Jardim Célia ou para a

valorização dos terrenos voltados para a especulação imobiliária no bairro e nas adjacências do mesmo.

O transporte público em Uberlândia é sinônimo de problema, em qualquer parte da cidade principalmente nas regiões periféricas, o serviço tem tamanha importância que chega a ser discutido entre os usuários do serviço da mesma forma que se discute a questão da saúde e da segurança pública, as necessidades de melhorias são imensas. Como diagnosticado na reportagem abaixo:

> A cidade não pode mais continuar a crescer priorizando os donos das terras do entorno, principalmente os que loteiam primeiro a área mais distante, deixando a mais próxima para um segundo momento e obrigando o Poder Público a gastar infraestrutura e a população, ao custo de mantê-la. E paga mais quem compra seu imóvel nessas áreas distantes – fica com o custo do deslocamento, que leva parte significativa do seu ganho e do seu precioso tempo. Isso antes não era percebido pela maioria, mas hoje é do conhecimento de todos. O que era apenas da esquerda, hoje, de forma clara, é um problema da comunidade. (71)

Em conversa com o Técnico de Transporte Urbano da SETTRAN, José Eustáquio Borges, discorri sobre algumas questões sobre o serviço de transporte público oferecido no bairro Jardim Célia. Sobre esses problemas, foram-lhe apresentadas algumas reclamações de moradores do bairro como, por exemplo, as da dona de casa Karla Fernandes que relata que "(...)em horário de pico você não anda de ônibus, você não entra, você não senta e vai em pé porque não dá, porque o ônibus é muito cheio, e desde o início do bairro a prefeitura só prometeu e não teve aumento de ônibus ainda". (Apêndice B, p.84). Ao responder a essas indagações José Eustáquio foi bastante técnico, apesar do caráter informal da conversa. Ele afirmou que a área populacional do bairro Jardim Célia é atendida por três linhas do transporte coletivo, sendo elas: a linha A402 que faz o trajeto Terminal Planalto/Jardim Célia e que opera com dois carros nos dias úteis com intervalo de saída do Bairro Planalto de vinte minutos, a linha A403 Terminal Planalto/Jardim Europa, com a mesma quantidade de veículos e intervalos, porém essa linha atende durante o trajeto o bairro Jardim Europa antes de chegar ao Jardim Célia, e por último, a linha A435 Terminal Planalto/Chácaras Douradinho que faz o mesmo trajeto da linha A403, porém seu percurso vai além do bairro Jardim Célia, seu tempo de intervalo de saída do Terminal Planalto é de uma hora e só fornece um veículo. Quanto aos veículos trafegarem muito cheios, ele esclarece que nas faixas de horário consideradas de pico, tanto pela manhã quanto a tarde, universalmente não há como oferecer conforto aos passageiros pelo fato dos mesmos não aguardarem o próximo veículo e que a inserção de mais veículos é imprudente em virtude do aumento do custo mensal do carro contratado para realizar apenas uma ou duas viagens nesses horários. Por ser

uma linha que atende um bairro distante do centro é considerada Linha Alimentadora, que conduz passageiros de bairros distantes do centro para os terminais periféricos para que os mesmos nestes locais façam o transbordo utilizando outras linhas que o levarão ao centro ou a outros terminais periféricos.

O fato de os moradores do Jardim Célia terem como única opção linhas de ônibus sem acesso direto ao Terminal Central é bastante questionada pelos mesmos. Em reportagem o jornal Correio de Uberlândia no dia 25 de maio de 2011 divulgava:

> A presidente da Associação de Moradores, Patrícia Cavalcante de Lima, disse que uma das reclamações constantes é a falta de uma linha que vá direto ao Terminal Central. "Para ir trabalhar, tenho que pegar quatro ônibus, porque os daqui passam primeiro no Terminal Planalto", afirmou. (72)

Questionado sobre a possibilidade de fornecimento de linhas diretas ou "expressas" para o Terminal Central, no centro da cidade, Jose Eustáquio rebate que algumas condições inviabilizam a atuação desse atendimento na região no momento. Alega que existe uma falta de estrutura operacional, dito de outra forma, para haver esta linha expressa deveria primeiro haver uma demanda bem maior de passageiros e também outras linhas atuando no decorrer do mesmo trajeto. Citou o caso das linhas que atendem o bairro Morumbi e Canaã, sendo este segundo localizado ao lado do Bairro Jardim Célia e mais próximo do Centro se comparados os dois. Ele também alegou que a prefeitura tem o objetivo de descaracterizar a área central e o bairro Fundinho – bairro residencial de alguns políticos conservadores de Uberlândia – como corredor estrutural de transporte coletivo, com redução do tráfego dos ônibus nessas áreas.

Uma última questão levantada infelizmente não foi respondida pelo senhor José Eustáquio: trata-se da relação dos funcionários do transporte público com os usuários. Sobre isso, como dito anteriormente, o senhor Itamar relatou que enfrenta problemas relacionados a estrutura de acessibilidade nos pontos de ônibus e ainda tem que contar com a boa vontade dos motoristas e cobradores dos ônibus, quando há. Por isso, quando questionado sobre a avaliação que faz sobre o transporte público, Itamar Aparecido Marson foi categórico: "Péssimo, motorista de ônibus não para, você é deficiente eles não gostam de te ajudar, eles acham que tem que ficar sentados na poltrona, os cobradores muitas vezes também não gostam, quando vai te ajudar é uma cobradora mulher, aí ela não dá conta". Nesse sentido, ao ser indagado se houve anteriormente algum problema com funcionários do transporte, Itamar Aparecido Marson afirmou: "Vários, só de um motorista eu entreguei ele três vezes e a

SETTRAN não fez nada, disse que o motorista estava certo e eu estava errado porque no ônibus o elevador não poderia descer até no chão e que o motorista não é obrigado a me ajudar, o próprio fiscal da SETTRAN me falou isso". (Apêndice B, p.86).

Apesar desse quadro, José Eustáquio se limitou a responder às questões relativas a "qualidade" dos veículos adaptados e disse que fiscais da prefeitura monitoram esse tipo de comportamento dos motoristas e cobradores, não entrando no mérito dos problemas relatados pelos usuários.

Historicamente, o transporte público tem colaborado diretamente para a segregação humana. A periferia se torna um exílio quando se leva em consideração a dificuldade de acesso ao transporte público de qualidade. No caso uberlandense, alguns fatores relativos a esse problema são facilmente identificáveis: tempo de espera que parece interminável em paradas de ônibus desprovidas de abrigo; horários de viagens desregulados e nada pontuais; viagens demoradas devido a corredores e linhas de tráfego intermináveis; preços de tarifas abusivos, sobretudo, quando se leva em consideração a baixa média salarial dos usuários e a qualidade do serviço prestado. Aliás, essas tarifas são definidas de forma nada transparente, baseada em planilhas de custos e nos lucros que nunca são divulgados pelas empresas, além de omitirem as diminuições no número de veículos e de viagens. Todos esses fatores contribuem para que o cidadão se desestimule em sair do bairro para realizar seus afazeres cotidianos.

Entre os equipamentos e serviços urbanos estudados no bairro Jardim Célia, a garantia e manutenção da segurança pública apresentou algo semelhante aos espaços de lazer no local: ou seja, a ausência absoluta.

O Bairro Jardim Célia desde sua inauguração tem sido palco de crimes variados. Se levarmos em consideração o contexto histórico-social e a realidade dos moradores desse bairro, com destaque para a desigualdade e exclusão social, nos aproximamos das análises desenvolvidas por Marcos Drummond Júnior que, em uma pesquisa do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade do Município de São Paulo (PRO-AIM) chegou à conclusão de que "as condições econômicas geradoras das desigualdades sociais, do desemprego e da miséria têm relação íntima com a violência, assim como as condições sociais de vida cotidiana da população e a ausência de políticas públicas.(73)

Desde a entrega das primeiras casas do bairro Jardim Célia a mídia uberlandense tem noticiado matérias sobre a constante violência que ocorre no local, evidenciando que tais atos criminosos ocorreram em um tempo bastante curto. Os próprios títulos das matérias jornalistas são auto-explicativos: "Comerciante é assassinado com três tiros no Jardim Célia"

(74); "Criança é apreendida com 60 pedras de crack no Jardim Célia"(75); "Jovem é morto com quatro tiros na cabeça"(76); "Uma pessoa é presa e 122 pedras de crack são apreendidas no Jardim Célia"(77); "Policia Militar encontra ossada e corpo em possível cemitério clandestino"(78); "homens brigam com facas e acabam sendo presos". (79)

Os moradores também responderam sobre a presença de equipamentos e serviços de segurança pública no bairro e relataram o que pensam sobre a violência urbana no local. Segundo o entrevistado Gilberto Cordeiro Farias:

> "Não, isso aí é a maior reclamação do povo, é nessa parte aí mesmo, na área de segurança no modo geral, não tem posto policial (...). *(receoso)* É, ele não é um bairro dos piores, mas também nem dos melhores, mas em termos da violência acontece muito, o pessoal vê o Jardim Célia como o terror na área de violência então eu 'como' comerciante, todo mundo fala 'Nossa você é doido ter comércio no Jardim Célia, lá mata comerciante, lá faz aquilo.' Então já melhorou muito mas poderia até melhorar mais."' - *grifo nosso*.(Apêndice B, p.88)

Quando questionado se havia equipamentos urbanos de segurança pública no bairro, Itamar Marson respondeu:

> Não, polícia vem aqui no bairro de vez em quando, quando acontece um crime, inclusive aqui é um bairro cheio de crime, de vez em quando você vê: – 'sicrano matou fulano', 'beltrano morreu', 'fulano levou cinco tiros(...). Aqui também o tráfico corre solto, eles vendem droga aqui como se fosse na feira(...). Aqui é um bairro muito violento, é que nem eu já te disse, eles matam um de manhã e amarra outro pra de tarde(...).Aqui esse ano já começou fechar comércio e eu acredito que é por causa dessa violência, já fechou um supermercado muito grande o Empório Jardim Célia, fecharam o Supermercado Moura, maior do que aquele, então os comerciante tá todo mundo ficando com medo e os comércio estão só fechando, eu sou cadeirante mas, não quero fechar as portas não, mas pra isso temos que tomar alguma providência. (Apêndice B, p.86)

Questionada sobre a segurança no bairro, a moradora Karla Fernandes externa a sua preocupação:

> É raro a gente ver, mas a patrulha escolar a gente vê no bairro em alguns horários 'de mais pico' do bairro a gente sempre vê uma patrulha, mas não é sempre não(...), de vez em quando eles montam uma estrutura móvel, aí eles passam ali umas duas, três horas depois desmonta e vai embora, precisa de melhoria porque certos horários do bairro criança não pode andar na rua, porque você vê mesmo o que você não quer, é muito adolescente que fuma droga à vontade na frente do seu filho e você tem que passar pra dentro pra não ver o que você não quer(...).Aqui no bairro já teve muito caso de violência, mas o bairro de uns quatro meses pra cá essa realidade tem mudado, a violência continua mas não com a frequência que era antes, a violência diminuiu bastante, não aquilo que deveria, é que nem eu te falei, as vezes a policia monta uma estrutura móvel e fica ali um certo período, ajuda, mas se fosse mais tempo mudaria mais ainda a realidade do bairro. (Apêndice B, p.84)

Nota-se que a questão da violência divide opiniões entre os entrevistados em relação ao grau da violência no bairro, porém os discursos convergem sempre para a denúncia da ausência do Estado, que deveria garantir a ordem e a segurança no bairro. Por outro lado, quando essa situação se inverte e o Estado se faz presente através da patrulha escolar ou através de base comunitária móvel no bairro, segundo Karla Fernandes a criminalidade diminui bastante. O que a moradora talvez não soubesse é que, o que pareceu ser a solução para conter a violência no bairro a "estrutura móvel" da polícia, não era especificamente para a contenção ou prevenção de crimes no bairro.

Através de um questionário enviado para o Trigésimo Segundo Batalhão de Polícia Militar, solicitei à Assessoria de Comunicação alguns dados estatísticos sobre a criminalidade no bairro Jardim Célia e questionei sobre quais as informações que a Polícia Militar tem a respeito do serviço de segurança pública fornecido ao loteamento Jardim Célia desde a entrega das primeiras casas em 2009. Prontamente recebi a seguinte resposta:

> Viaturas de atendimento de ocorrência são escaladas diuturnamente no setor que compreende o bairro Jardim Célia; Moto patrulha de prevenção ativa (MPPA) são escalas em horários e dias específicos conforme os índices estatísticos para atuação; Patrulha de Prevenção Ativa (PPA) são escalas em horários e dias específicos conforme os índices estatísticos para atuação; Base Comunitária Móvel foi instalada no bairro no período da invasão da Granja Planalto, também assistindo os moradores locais; Quando exigem intervenções específicas, apoios são solicitados às companhias de recobrimento: 9ª Cia Mesp, 200ª Cia TM, Canil, Corpaer; Projetos em andamento: Vizinhança Solidária, Proerd, Patrulha Escolar. (Apêndice C, p.90)

Dentre todas as ações que a Polícia Militar afirmou realizar no "setor que compreende o bairro Jardim Célia", para a frustração de Karla e, consequentemente, dos moradores do loteamento, justamente a ação que apresentou resultados foi algo temporário, utilizado para defender o patrimônio de uma granja local de "invasores".

Em uma segunda pergunta questionei também qual é a situação do bairro em relação à violência urbana, quais as ocorrências de crimes mais comuns neste loteamento e se havia crime organizado naquela área. A resposta obtida revela dados interessantes:

> A violência não só no bairro jardim Célia, mas em toda cidade, cresce conforme desenvolve a cidade, aspectos que se destacam para que isso aconteça, são comércio e consumo desenfreado de drogas, impunidade, desestrutura familiar e envolvimento de menores nos delitos; O crime organizado não é uma realidade no bairro Jardim Célia e os crimes mais incidentes seguem nos gráficos abaixo: (Apêndice C, p.90)

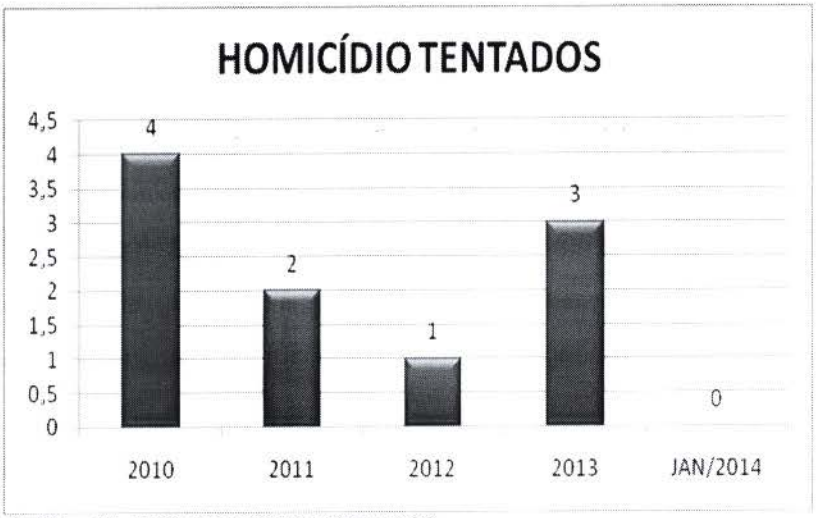


Gráfico 01: HOMICIDIOS TENTADOS

Fonte: 32°BPM

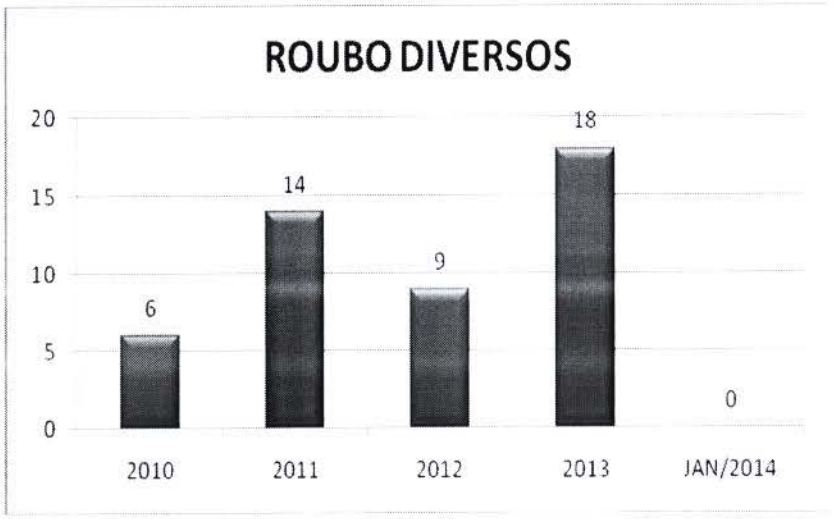


Gráfico 02: ROUBOS DIVERSOS

Fonte: 32°BPM

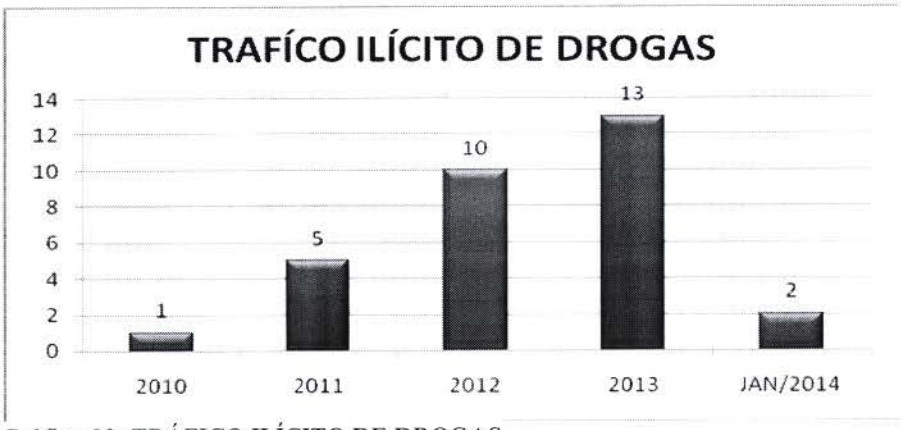


Gráfico 03: TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

Fonte: 32°BPM

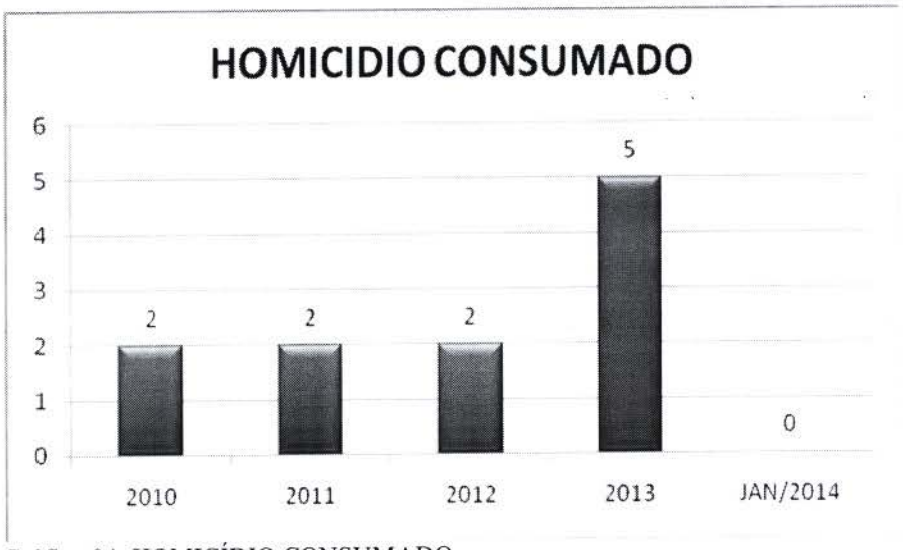


Gráfico 04: HOMICÍDIO CONSUMADO

Fonte: 32°BPM

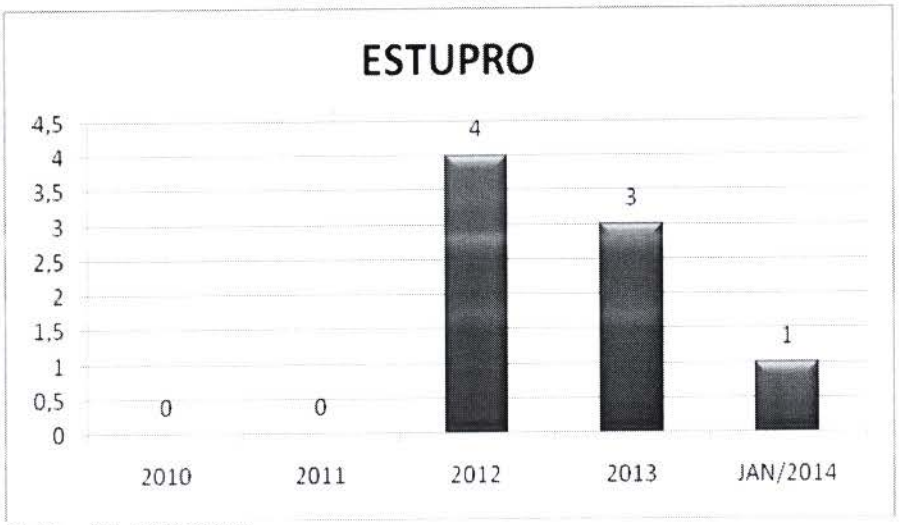


Gráfico 05: ESTUPRO

Fonte: 32°BPM

Os dados apresentados pela Polícia Militar trazem consigo um paradoxo frente aos discursos dos moradores e até mesmo diante das matérias jornalísticas veiculadas na imprensa de Uberlândia, pois, enquanto estes apresentam que os crimes mais comuns no bairro são homicídio tentado ou consumado e o tráfico de entorpecentes, os dados apresentados pelos militares mostram que entre os seis crimes mais comuns no loteamento a venda de drogas está em terceiro lugar, enquanto que homicídio e tentativa de assassinato são o quarto e quinto respectivamente.

Além do contrassenso entre os dados da Polícia Militar e principalmente o discurso dos entrevistados, surge também uma inquietação ao entender que dados oficiais da Polícia Militar são em quase toda sua totalidade extraídos de boletins de ocorrência. Isso permite indagar até que ponto os moradores optam pela omissão de informações por medo de represálias de criminosos. É notório que alguns até mudam o tom de voz quando questionados sobre a violência no bairro, outros, por vezes preferiram não participar de entrevistas que abordem o tema, preferindo não falar sobre o problema, o que evidencia assim um ambiente de medo.

Inquietações pessoais à parte, deve-se problematizar sobre como buscar soluções para a questão da segurança pública em um bairro tão vulnerável, como o Jardim Célia, sob os olhares atentos de criminosos que se beneficiam principalmente da carência de recursos dos moradores. Evidente que não se pode fazer uma associação direta entre criminalidade e pobreza, mas, não há como deixar de reconhecer que a desigualdade de oportunidades e o desemprego contribuem para agravar essa situação. O que os poderes instituídos têm feito para que um bairro como o Jardim Célia, em seu quinto ano de formação, não seja estigmatizado pejorativamente, como outros bairros periféricos de Uberlândia, notados pela violência e a prática corriqueira de crimes?

Um último ponto levantado sobre a estrutura de equipamentos urbanos e serviços públicos oferecidos ao bairro jardim Célia não se refere diretamente as obrigações do poder público, diz respeito ao setor comercial presente no bairro sobre quais produtos e serviços comerciais são oferecidos no bairro.

Em fevereiro de 2010 foi inaugurada na Rua das Durantas a feira livre no bairro Jardim Célia, às sextas-feiras, das 15h às 22h. A partir de então, os moradores do bairro passaram a ter um local onde poderiam ter acesso a produtos de consumo variados, próprios desse tipo de comércio. Apesar da variedade, a feira não era um comércio fixo, logo outros estabelecimentos comerciais foram surgindo no bairro, sendo a maioria deles construídos nos terrenos das próprias casas dos comerciantes.

Porém, com o passar dos anos e a crescente violência que se tornou parte do bairro, casos de crimes contra comerciantes foram sendo mais comuns: assassinatos, roubos e furtos contra os mesmos fizeram com que continuassem abertos apenas os estabelecimentos que puderam ser equipados com câmeras e grades nas portas durante vinte e quatro horas. Por exemplo, o Empório Cordeiro, do comerciante Gilberto Cordeiro, um comércio localizado na esquina da Avenida das Mussaendras com a Rua das Caliandras – uma construção possível de ser visualizada a longa distância devido a quantidade de terrenos ociosos em suas

proximidades, já em processo de especulação – que visualmente se parece com uma fortaleza de grades e arames farpados.

Ao falar sobre o setor comercial e sobre essa forma adotada pelos comerciantes, utilizando recursos de segurança privada, a dona de casa Karla Fernandes apresenta uma opinião abrangente sobre o que para ela parece ser uma fórmula para resolver a situação:

> [...]tudo que tem no bairro é muito caro, às vezes pra você poder comprar cinco pães e um litro de leite você gasta cinco reais, então assim, oferecer setor comercial oferece, mas nem sempre é a condição que a gente tem, se tiver condição de ir buscar em outro lugar, vai buscar em outro lugar porque aqui é muito caro, compensa sair do bairro pra comprar qualquer outra coisa porque no bairro não compensa (...), aqui tem farmácia, tem casa de ração, tem mercado, tem padaria, material de construção não tem, casa de ferragista também não (...), poderia melhorar o que tem aqui, aqui o comércio é mais de tranca do que aberto, as vezes você chega no comércio pra poder ser atendida e você não entra, você tem que ser atendido da porta pra fora, então assim, o que dificulta muito aqui no bairro é isso, é a questão da violência né, a maioria dos comércios aqui do bairro são com grades, então dificulta muito o acesso aquilo que você quer comprar, as vezes é uma coisa levando a outra, se melhorasse (diminuir) a violência, se tivesse um mercado maior mais próximo que fosse mais em conta, as vezes nos outros mercados também seria mais em conta. (Apêndice B, p.84)

Já o Sr. Itamar Aparecido Marson que também é comerciante confirma algo que está diretamente ligado a empreendimentos habitacionais entregues sem os devidos equipamentos e serviços necessários a manutenção do cotidiano dos novos moradores – a sobrecarga nos serviços públicos e comerciais dos bairros vizinhos:

> No Jardim Célia, tem muito a desejar, tem dois sacolão aqui, mas vive fechado, tem muita coisa aqui, mas vive fechado, não tem uma loteria pra gente pagar as contas, se você quiser pagar conta aqui você tem que ir lá no Canaã, aqui é um bairro muito dependente do Canaã, eu te diria até que esse bairro não deveria se chamar Jardim Célia, na minha concepção aqui seria o Canaã 2. (Apêndice B, p.86)

3.2 Segregação espacial: o longo percurso entre o bairro e o centro comercial da cidade

Em janeiro de 2010, o então prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, destacava, assim, os seus grandes feitos pelo bairro Jardim Célia:

> [...] Estamos trabalhando para fazer o melhor para o povo de nossa cidade, investindo muito na área social, dando dignidade para as famílias que mais precisam. O Jardim Célia, um bairro que foi construído do zero, no meio do cerrado, é mais uma prova disso, destacou o Prefeito Odelmo Leão. (80)

Apesar dessa fala otimista do ex-prefeito, segundo Hermílon Miranda Mota, desde 1941 quando Uberlândia se torna ponto de referência para a logística no país, surge na cidade um importante "ator no cenário uberlandense: A empresa imobiliária, elegendo áreas específicas para valorização e especulação".(81)

Décadas depois, no surgimento do empreendimento Jardim Célia a situação não foi diferente. Como abordado no capítulo anterior, o loteamento proposto pela imobiliária Saint Clair lhe rendeu mais de duzentos lotes todos com infraestrutura urbana completa, e após três anos, equipamentos urbanos como escolas, transporte público e posto de saúde estão cercados por lotes vazios que, segundo relatos de moradores do bairro, estão sendo vendidos por mais de cinquenta mil reais cada.

Enquanto o processo de negociação dos terrenos voltados para especulação ocorre entre os interessados, outros sujeitos estão convivendo com a realidade de morar em uma área tão distante do centro urbano, e as consequências não estão sendo positivas. Questionados sobre a distância do bairro do centro ser ou não um problema e o que pensam de morar naquela região, os entrevistados relataram o que nenhuma reportagem feita nas solenidades de entrega de chaves para os moradores do Jardim Célia divulgou, a seguir nos dizeres de Gilberto Cordeiro Farias:"(...) todo mundo comenta, até o vendedor pra vir aqui, ele exclui (o bairro da rota de clientes) por ser mais longe, o pessoal, os clientes reclamam porque aqui faltam as coisas por ser um bairro longe, então influencia muito sim, a distância influencia". (Apêndice B, p.88).

Gilberto Cordeiro é comerciante, após dezoito meses de inaugurado seu estabelecimento, ele afirmou ter passado por sua maior decepção no bairro quando foi um dos comerciantes assaltados violentamente à mão armada. Após ter se recuperado do trauma de que poderia ter perdido a vida assim como, outros comerciantes do bairro, ele continuou a trabalhar com o seu Empório, investiu em vigilância e meios para manter a sua segurança e de sua esposa que trabalha e mora no mesmo terreno onde montou o seu comércio. Instalou câmeras de vigilância, grades com portão eletrônico, e até arames farpados, que rodeiam o alto do muro de seu estabelecimento. Apesar de todo esse investimento, ele agora convive com o fato de alguns vendedores e representantes de produtos excluírem o bairro jardim Célia da rota de serviços devido a localização do mesmo, deixando assim seu estabelecimento sem mercadorias, forçando-o a sair do bairro e percorrer longas distâncias até os centros atacadistas para repor seu estoque.

Há outro depoimento que também confirma o quão dura pode ser a vida do trabalhador pobre da periferia de Uberlândia, principalmente se ele for cadeirante, como é o

caso do Sr. Itamar Aparecido Marson. Questionado se a localização do bairro o prejudica de alguma forma ele afirma:

> "Sim, eu acho que sim, porque se fosse mais perto do centro eu animaria até estudar, fazer um bom curso de inglês, mas a distância, eu não animo sair do bairro, eu animava vender minhas balas lá no terminal central se o bairro fosse mais perto, mas não tem jeito, o bairro aqui é longe demais, muito, muito longe". (Apêndice B, p.86)

Dando sequência ao seu relato sobre esse tipo de dificuldade, interrogado se o que o atrapalha mais é a distância propriamente dita, ou o fato do transporte público não atender às suas necessidades, já que ele havia relatado problemas com o mesmo, ele continua:

> [...] Eu acho que é as duas coisas, às vezes você chega atrasado na escola porque eles não levam duas cadeiras, talvez o ônibus passa e já tá com uma cadeira, eu gosto demais de estudar, mas por causa disso eu desanimo, acaba impedindo que eu arranje um emprego, acaba impedindo que eu continue meus estudos, por exemplo, eu sou autorizado a vender bala na rodoviária e lá eu vendo oitenta, cem conto por dia uma vez por semana só, mas eu tô desanimado de ir lá uma vez por semana, porque pra sair dessa distância, aguentar o tanto de humilhação pra ganhar só oitenta conto eu acho muito pouco (...), na verdade eu não posso ficar morando aqui nesse bairro, eu já não estou tão novinho assim pra andar essa distância não, e pela minha deficiência cansa muito, eu queria era morar no centro mesmo que aí eu ia fazer um montão de coisa. (Apêndice B, p.86-87)

A realidade descrita pelos moradores reforçam as características do crescimento desordenado, mal planejado, próprios dos Vazios Urbanos – Especulação Imobiliária – como a Segregação e o Exílio Social. Todos os problemas citados nos relatos desses moradores neste capítulo e de outros que preferiram não gravar entrevistas, reforçam o quão difícil é a vida do trabalhador pobre em Uberlândia, desmistificando o discurso da mídia oficial de políticas desenvolvimentistas geradoras do progresso e da ordem na "Cidade-Jardim". Ao contrário, corroborando as palavras de Maricato:

> [...] a concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais: essa é a fórmula das bombas socioecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.(82)

3.3 Câmeras e microfones: alternativas de resistência frente ao descaso do poder público

Durante os trabalhos desenvolvidos no Jardim Célia, ao concluir uma entrevista ou tirar fotografias, eu me dirigia para a Rua do Amor Agarradinho para entrevistar a Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Célia (AMBAJAC), Patrícia Cavalcante de Lima, que instalou a Associação em sua própria residência. (Apêndice D, p.94)

Apesar de ter sido confirmado a entrevista por ela ao telefone, e eu ter enviado as perguntas a pedido da mesma por email), não fui atendido no dia marcado e daí em diante, apesar de todas as tentativas, "senti na pele" o significado do relato da dona de casa Joana Darc sobre a ausência da representante da associação.

Quando questionada se no bairro havia Associação de Moradores ou qualquer tipo de manifestação social de resistência que representassem os mesmos frente ao poder público, dona Joana Darc de Jesus Pereira, assim se manifestou:

> Não, aqui não tem nada disso, aqui a gente tem que chamar reportagem e mostrar, porque se tem presidente do bairro, aqui ela não vem. A gente não vê a cara dela, eu vi a cara dela na época da eleição, até hoje nunca mais eu vi, então não tem com quem a gente reclamar, a minha casa tá com uma rachadura, se eu quiser eu vou ter que chamar a reportagem ou ir lá na prefeitura, eu mesmo, porque se for pra procurar ela você não encontra! (Apêndice B, p.88)

O Sr. Itamar Aparecido Marson, ao ser questionado também sobre o mesmo assunto, afirmou:

> [...]olha, quando alguém quer reivindicar alguma coisa, eles tem que juntar e ir na prefeitura porque aqui não tem representação(...), a presidente foi eleita até sem votação, elegeram uma presidente simplesmente sem votação, ela mesmo se auto elegeu, ela só quer usar o nome do bairro pra se promover. Quando os moradores querem reivindicar alguma coisa tem que reunir a vizinhança e reivindicar através da vizinhança porque a associação de bairro que eles falam que existe, não existe, não teve reunião com os moradores, no dia lá não divulgaram nada, reuniram lá umas dez pessoas e falaram assim, nós somos a associação e pronto, foi completamente irregular, a presidente se autoelegeu, até a Vice Presidente, que era Vice Presidente na época renunciou porque ela não tava agradando nem a vice presidente que é a concunhada dela, por aí você vê que associação boa que existe. (Apêndice B, p.87)

O fato de nos dois relatos constar que a suposta representante de bairro só apareceu em época de campanha política e que a mesma tem a intenção de se autopromover, deve-se ao fato de que Patrícia foi candidata a vereadora em 2012 pelo partido PSDC, partido do atual Presidente da Câmara de Vereadores de Uberlândia o Vereador Márcio Nobre. Não por acaso, esse vereador, que é apoiado por Patrícia no bairro, é autor da Lei n° 11.331, de 27 de março

de 2013, que declara entidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Célia – AMBAJAC.

Apesar da dificuldade dos moradores do bairro Jardim Célia qualificar o trabalho da AMBAJAC como um trabalho útil para o bairro, Patrícia já está há cinco anos no cargo e sequer anunciou eleições para que outras chapas possam ser formadas. A suposta representante continua a aparecer em fotos com políticos nas redes sociais em reuniões dos mesmos com os moradores do Jardim Célia. A função que ela supostamente exerce para o bem coletivo não é reconhecida pelos moradores do bairro, tornando-se, na verdade, um exemplo negativo de resistência ou luta Social.

Por outro lado, os moradores estão buscando como forma de luta a mídia televisiva para a solução de seus problemas. São várias as reportagens televisivas solicitadas pelos moradores que acreditam e buscam uma resposta rápida do poder público através da mídia televisiva. Embora não foi possível neste trabalho avaliar os resultados alcançados com essa estratégia adotada pelos moradores, não deixa de ser revelador o fato de os mesmos depositarem mais credibilidade na mídia do que na entidade que teoricamente deveria representá-los. Mas, esse é um assunto para ser aprofundado em outro momento.

CONCLUSÃO

Este trabalho, de maneira geral, buscou propor algumas reflexões sobre o fenômeno da segregação social, que obriga a população pobre a habitar as periferias urbanas. Ao propor a discussão sobre temas ligados ao direito à moradia popular no Brasil, buscou-se evidenciar como na proposta do BNH estava embutida uma lógica empresarial, com construções de habitações voltadas principalmente para os mercados das classes médias e altas, fenômeno esse que se fez presente, também, em Uberlândia. Com isso,os trabalhadores pobres foram direcionados para áreas periféricas do centro urbano, com uma péssima infraestrutura e carentes de equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Para avaliar de forma mais aprofundada o significado das propostas oficiais sobre a questão habitacional, tomou-se como estudo de caso o Plano Municipal de Habitação "Tchau Aluguel", focando exclusivamente no Loteamento Jardim Célia, projeto de habitação destinado às famílias de renda entre zero a três salários mínimos. Essa opção possibilitou analisar como se deu a negociação entre a Prefeitura e a Imobiliária Saint Clair Empreendimentos LTDA para a desapropriação, emissão de posse e permuta entre as partes, apresentando valores e recursos que financiaram a obra de acordo com a documentação encontrada e a parceria entre o Município e o Governo Federal para a implementação do projeto.

Porém, o mais gratificante da pesquisa foi a rica experiência de ir à campo, observando, conversando e entrevistando os moradores do Jardim Célia. Igualmente importante, foram as entrevistas com políticos e funcionários públicos, que sempre foram atenciosos e dedicados a responder os questionamentos, mesmo que isso, em alguns casos, os incomodasse ou os obrigasse a fornecer as respostas por escrito de forma técnica e fria.

Foi interessante notar que, dependendo da forma como o assunto é abordado incomoda aos políticos ligados aos projetos de moradias populares, sobretudo, quando questionados de forma diferente daquela que estão acostumados ao serem abordados por jornalistas de veículos locais ligados ao poder conservador da cidade. As "saídas pela tangente", ou, a desqualificação do trabalho, levando a desperdício de tempo foram algumas dificuldades enfrentadas. Isso, além de revelar falta de respeito para com o outro, evidencia, também, certo receio em ver demonstrado os erros que até então ninguém ousou vasculhar. Foi o caso, por exemplo, das constantes negativas da presidente da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Célia que demonstrou total falta de compromisso: primeiro por não nos

receber, algo marcado por ela mesma, e, depois por não responder aos insistentes e-mails e mensagens de texto no celular, enviados com perguntas da entrevista, acatando o que ela mesma havia solicitado. Não bastasse isso passou a desligar as ligações telefônicas assim que percebia que era sobre o projeto. Sobre isso, pode se esperar que uma nova geração de péssimos políticos esteja por vir, já que a mesma se elegeu presidente de associação de bairro sem eleições e inaugurou a mesma em sua residência há mais de quatro anos sem sequer falar de novas eleições, porém, já se candidatou uma vez a vereadora e ao que parece acredita em seguir na política através de aparições em eventos de políticos de carreira.

Apesar do trabalho árduo e cansativo de obter acesso às narrações orais e de documentos oficiais nas instituições públicas, o trabalho conseguiu apresentar diferentes representações do que foi o discurso e do que acontece na prática. Com isso, foi possível demonstrar: o descaso do poder público frente às reivindicações dos moradores; A péssima qualidade de vida da maioria dos (as) trabalhadores (as) com uma educação (formal) defasada, sendo que muitos sequer concluíram o ensino fundamental, sendo obrigatoriamente direcionados para subempregos que não garantem ao menos uma boa alimentação; A realidade de jovens sem escola secundária, sem vagas em projetos sociais e também sem uma legislação que os auxiliem na continuidade dos estudos ou que os permitam serem empregados no período extracurricular ainda na menoridade, dispersos e ociosos dentro de suas casas de 36m² sem muros, ou nas ruas com áreas de lazer inexistentes; A ausência de um transporte público de qualidade para que possam realizar atividades em outros bairros sem utilizarem até quatro ônibus por dia e perderem por volta de duas horas e meia de seu tempo diário "apertados" em pé entre passageiros de outros bairros dentro dos veículos; a situação dos comerciantes, expostos aos perigos da violência, com assaltos e até mesmo assassinatos, forçados a investirem em segurança, e arcando com o ônus de não receberem suas mercadorias para vendê-las devido à desistência dos representantes de produtos em geral motivados pela distância.

Enfim, encontramos entre a população que habita o bairro Jardim Célia o espelho de uma realidade que reforça as características do crescimento urbano desordenado, mal planejado, responsável pela criação dos Vazios Urbanos que promovem a Segregação e o Exílio Social.

REFERÊNCIAS

1.BRASIL. Lei nº11.977, de 07 de Julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

2.DADOS ABERTOS GOVERNO FEDERAL. **Obras do PAC – Programa de aceleração do crescimento.** Disponível em: < http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 14 nov. 2013.

3.BRASIL. Lei n° 12.424, de 16 de Junho de 2011. **Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

4.PORTELLI, Alessandro. "O que faz a História oral diferente". **Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de História,** Uberlândia, p.26, fev/97.

5.BRASIL. Emenda Constitucional nº64, de 04 de Fevereiro de 2010. **Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 04 maio 2012.

6._____. Lei nº4.380, de 21 de Agosto de 1964. **Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm >. Acesso em: 08 Julho de 2012.

7.ARRETCHE, Marta. "Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional." ***Espaço e debates*** **31**, p: 21-36, (1990).

8.SOARES, B. R.; VASCONCELOS, L. F. A moradia em Uberlândia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 7, n.13, p. 91-98, 1995.

9.MARICATO. Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva, São Paulo fundação SEADE**, v.14, n.4, p.23; 2000.

10.SOARES, B. R.; VASCONCELOS, L. F. A moradia em Uberlândia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 7, n.13, p. 93, 1995.

11.MARICATO, 2000 apud MARICATO, 1987, p.23.

12.SOARES, B. R.; VASCONCELOS, L. F. A moradia em Uberlândia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 7, n.13, p. 04, 1995. Disponível em: < http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia urbana/608.pdf>.Acesso em: 01 março, 2014.

13.ISIDORO. M. P. **A dinâmica comercial no bairro Luizote de Freitas:** Avenida José Fonseca e Silva. 2006. 14-16 fls. Tese de monografia- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

14.PETUBA, R. M. S. **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do Bairro Dom Almir,** Uberlândia (1990-2000).

15.BRASIL. Lei nº9.080, de 25 de Outubro de 2005. **Dispõe sobre o plano municipal de habitação "Tchau Aluguel" e dá outras providências. Art.1º.** Disponível em: < http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/837702/lei-9080-05>. Acesso em: 20 de Jun.2012.

16._____. nº9.080, de 25 de Outubro de 2005. **Dispõe sobre o plano municipal de habitação "Tchau Aluguel" e dá outras providências. Art.2º.** Disponível em: < http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/837702/lei-9080-05>. Acesso em: 20 de Jun.2012.

17.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 31, 2010.

18._____. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 36-37, 2010.

19.BRASIL. Lei nº 9.382 de 15 de Dezembro de 2006. **Aprova o Termo de Acordo em Desapropriação firmado entre o município de Uberlândia e Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>. Acesso em: 27 abril de 2013.

20.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias**: Primeira etapa do Jardim Célia beneficiará 380 famílias. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=3971&old=1> .Acesso em: 04 nov. 2013.

21._____. **Agência de Notícias**: Mais de 500 famílias foram beneficiadas pelo Tchau Aluguel Jardim Célia. Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&old=1&id=4957> .Acesso em: 04 nov. 2013.

22.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 38, 2010.

23._____. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 40, 2010.

24._____. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 41, 2010.

25.DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE. **Definição de Sonho.** Disponível em: < http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/sonho%20_1047565.html>. Acesso em: 19 nov.2013.

26._____. **Definição de Sonhos dourados.** Disponível em: < http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/sonho%20_1047565.html>. Acesso em: 19 nov.2013.

27.GOOGLE MAPS. **Como chegar.** Disponível em: <https://maps.google.com.br/>. Acesso em: 12 de jan.2013.

28.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 40-41, 2010.

29.BRASIL. Decreto n° 11.149 de 29 de abril de 2008. **Estabelece critérios para a seleção dos inscritos no programa Tchau-Aluguel, visando a contratação das unidades habitacionais do residencial "Jardim Célia" a serem construídas com recursos do Ministério das Cidades através do programa "Pró-Moradia" e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).** Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=leisMunicipais>. Acesso em: 15 nov.2013.

30.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 55-56, 2010.

31._____. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 57, 2010.

32._____. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 60, 2010.

33.PMU, Secom. Primeira etapa do Jardim Célia beneficiará 380 famílias. **FarolCom. Rede web de notícias e serviços.** Uberlândia, 29 de Agosto, 2009. Disponível em: <http://www.farolcomunitario.com.br/uberlandia_100_0743.htm>.Acesso em: 27 fev.2014.

34.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 60, 2010.

35.PORTAL PREFEITO ODELMO LEÃO. **Notícias detalhadas:** Mais 211 novas unidades habitacionais são entregues a família de baixa renda no Jardim Célia. Disponível em: <http://www.odelmoleao.com.br/2009/noticia_detalhada.php?q=mais-211-novas-unidades-habitacionais-sao-entregues-a-familia-de-baixa-renda-no-jardim-celia>.Acesso em: 10 out, 2013.

36.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 63, 2010.

37.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Moradores apontam falta de estrutura e danos em casas. Disponível em: < <http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2009/09/11/40040/moradores_apontam_falta_de_estrutura_e_danos_em_casas.html>. Acesso em: 02 Ago.2013.

38._____. **Notícia:** Moradores apontam falta de estrutura e danos em casas. Disponível em: < <http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2009/09/11/40040/moradores_apontam_falta_de_estrutura_e_danos_em_casas.html>. Acesso em: 02 Ago.2013.

39._____. **Notícia:** Moradores apontam falta de estrutura e danos em casas. Disponível em: < <http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2009/09/11/40040/moradores_apontam_falta_de_estrutura_e_danos_em_casas.html>. Acesso em: 02 Ago.2013.

40.SOARES, B. R.; VASCONCELOS, L. F. A moradia em Uberlândia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 7, n.13, p. 04, 1995. Disponível em: < http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia urbana/608.pdf>.Acesso em: 01 março, 2014.

41.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Mais uma casa do "Minha Casa Minha Vida" pega fogo no Shopping Park. Disponível em: <https://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/mais-uma-casa-do-minha-casa-minha-vida-pega-fogo-no-shopping-park/>.Acesso em: 02 março, 2014.

42.AZEVEDO, P. R. **Política Habitacional de Interesse Social:** Um estudo de caso do bairro Jardim Célia. Uberlândia, p. 44-51, 2010.

43.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Empresa muda foco e conquista o mercado em 23 municípios. Reportagem de 17 de Novembro de 2013. Disponível em: <https://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/empresa-muda-foco-e-conquista-o-mercado-em-23-municipios/>.Acesso em: 02 março, 2014.

44.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias**: Mais de 500 famílias foram beneficiadas pelo Tchau Aluguel Jardim Célia. Reportagem de 24 de Maio de 2010. Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&old=1&id=4957> .Acesso em: 02 março, 2014.

45.PORTAL IUPI!. **Notícias:** Jardim Célia oferece infraestrutura completa para mais de mil famílias. Disponível em: <http://uipi.com.br/noticias/geral/2010/12/10/jardim-celia-oferece-infraestrutura-completa-para-mais-de-mil-familias/>.Acesso em: 10 out, 2010.

46.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Acessibilidade ainda é obstáculo no Jardim Célia. Reportagem de 25 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/acessibilidade-ainda-e-obstaculo-no-jardim-celia/>.Acesso em: 02 março, 2014.

47.PORTAL IUPI!. **Notícias:** Jardim Célia oferece infraestrutura completa para mais de mil famílias. Disponível em: <http://uipi.com.br/noticias/geral/2010/12/10/jardim-celia-oferece-infraestrutura-completa-para-mais-de-mil-familias/>.Acesso em: 10 out, 2010.

48.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/1994 :** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de janeiro: ABNT, p. 56, 1994.

49.BRASIL. Lei Complementar nº374, de 27 de Agosto de 2004. **Estabelece o Sistema Viário Básico da cidade de Uberlândia. Art.14, parágrafo único.** Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=63>.Acesso em: 10 ago, 2013.

50.GAZETA DE UBERLÂNDIA. **Jardim Célia recebe mais moradias.** Uberlândia, Ano VII - Nº 312 de 15 a 21 /12/2010. Disponível em: < http://www.adesg.com.br/gazeta/gazeta312.pdf>. Acesso em: 04 março, 2014.

51.SOARES, B. R.; VASCONCELOS, L. F. Sobre o tema ler. In: VI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE GEÓGRAFOS, [s.n.], 1997, Buenos Aires. **Moradia em Uberlândia.** Uberlândia: 1997, p.1-7.

52.CMPC01. **Artigos:** O paradoxo da cidade – jardim. A política desenvolvimentista através da imprensa em Uberlândia/MG das décadas de 50 a 70; O preço do progresso: Uma reflexão em torno do modo de vida do Uberlandense frente a política desenvolvimentista. Disponível em: < http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/cmpc01.htm>. Acesso em: 18 Ago, 2013.

53.SECOM PMU; SORNA, J. Moradores do bairro Jardim Célia serão beneficiados pelos bemSocial Naica e Casa da Família. **FarolCom. Rede web de notícias e serviços.** Uberlândia, 24 de Agosto, 2010. Disponível em: < http://uberlandia-minas.blogspot.com.br/2010/08/moradores-do-bairro-jardim-celia-serao.html>.Acesso em: 03 março.2014.

54.BRASIL. **Lei nº 10.335 de 25 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Plano Municipal "Bem Social" e dá outras providências.** Disponível em: <http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/835046/lei-10335-09>.Acesso em: 03 março,2014.

55. . **Lei nº 10.335 de 25 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Plano Municipal "Bem Social" e dá outras providências.** Disponível em: <http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/835046/lei-10335-09>.Acesso em: 03 março,2014.

56.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Projetos e Ações da Prefeitura de Uberlândia:** Desenvolvimento social e trabalho. Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=-1&pg=822> .Acesso em: 03 março, 2014.

57.REDUCINO, M. de Ol. Alinhavos históricos entre poder e povo: uma análise sobre o olhar da imprensa uberlandense. **Olhares e Trilhas, Uberlândia,** ano VI, n. 6, p. 59-69, 2005. ISSN 1518-2851; PACHECO, F. P. **Mídia e poder: representações simbólicas do autoritarismo na política.** Uberlândia, 2001.

58.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Cartilha informativa do programa Bem Social.** Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1503.pdf >. Acesso em: 03 março, 2014.

59.QUIRINO, L. F. "Que Cacetada!". In: **A vida é assim mesmo.** Correio de Uberlândia, Uberlândia, p.08, 17/11/1982.

60.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Ministério Público estadual instaura inquérito para apurar o fim de três Naicas. Reportagem de 24 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/ministerio-publico-estadual-instaura-inquerito-para-apurar-o-fim-de-tres-naicas/>.Acesso em> 04 março,2013.

61._____. **Notícia:** Antigos Naicas, unidades da rede Crescer oferecerão sete mil vagas. Reportagem de 04 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/antigos-naicas-unidades-da-rede-crescer-oferecerao-sete-mil-vagas/>.Acesso em: 04 março,2014.

62.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias:** Serviços socioassistenciais são redimensionados para ampliar o atendimento. Reportagem de 26 de Dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=6347>.Acesso em: 04 março, 2014.

63.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Crianças são transferidas com o fim de três núcleos de apoio à criança. Reportagem de 17 de Maio de 2013. Disponível em: <https://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/296-criancas-sao-transferidas-com-o-fim-de-tres-nucleos-de-apoio-a-crianca/>. Acesso em: 04 março,2014.

64._____. **Notícia:** Escola ganha nome de jornalista. Reportagem de 21 de Março de 2011. Disponível em: < http://www.correiodeuberlandia.com.br/entretenimento/escola-ganha-nome-de-jornalista/>. Acesso em: 04 março,2014.

65.PROGRAMA LINHA DURA. **Notícia:** Mães reclamam de atendimento para matrículas em creche. Reportagem de 14 de Fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9sDx2enEIC0>.Acesso em: 04 março,2014.

66.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Escola de ensino fundamental é inaugurada no Jardim Célia. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/escola-de-ensino-fundamental-e-inaugurada-no-jardim-celia/>.Acesso em: 04 março,2014.

67.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias:** Prefeitura de Uberlândia inaugura escola no Jardim Célia. Reportagem de 01 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=8>.Acesso em: 04 março,2014.

68._____. **Agência de Notícias**: Primeira etapa do Jardim Célia beneficiará 380 famílias. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=3971&old=1> .Acesso em: 04 nov. 2013.

69.EDUCADORA JOVEM PAN 780 AM. **Vereador fala sobre projetos:** Felipe Attiê fala sobre projetos que ele tem para a cidade. Dentre eles duas escolas. Entrevista de 04 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://educadorajp.com.br/midia/podcast/dewPlayer/player.php?index=sim&id=611>. Acesso em: 04 março,2014.

70.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias:** Bairro Jardim Célia ganha nova unidade de saúde. Reportagem de 28 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&id=3232>.Acesso em: 04 março,2014.

71.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Vazios urbanos e segregação. Reportagem de 23 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/pontodevista/2012/08/23/vazios-urbanos-e-segregacao/>.Acesso em: 04 março,2014.

72._____. **Notícia:** Acessibilidade ainda é obstáculo no Jardim Célia. Reportagem de 25 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/acessibilidade-ainda-e-obstaculo-no-jardim-celia/>. Acesso em> 02 março,2014.

73.DRUMOND Jr, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. In: IV CONGRESSO PAULISTA DE SAÚDE PÚBLICA, ÁGUAS DE LINDÓIA, 1999, Águas de Lindóia/SP.

74.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Comerciante é assassinado com três tiros no Jardim Célia. Reportagem de 04 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/comerciante-e-assassinado-com-tres-tiros-no-jardim-celia/>.Acesso em: 05 março, 2014.

75._____. **Notícia:** Criança é apreendida com 60 pedras de crack no Jardim Célia. Reportagem de 08 de Março de 2013. Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/crianca-e-apreendida-com-60-pedras-de-crack-no-jardim-celia/último acesso em05/03/14)>.Acesso em: 05 março, 2014.

76.CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Notícia:** Jovem é morto com quatro tiros na cabeça durante a comemoração do Natal. Reportagem de 25 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovem-e-morto-com-quatro-tiros-na-cabeca-durante-a-comemoracao-do-natal/>.Acesso em: 05 março,2014.

77._____. **Notícia:** Uma pessoa é presa e 122 pedras de crack são apreendidas no Jardim Célia. Reportagem de 21 de Setembro de 2012. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uma-pessoa-e-presa-e-122-pedras-de-crack-sao-apreendidas-no-jardim-celia/>.Acesso em: 05 março,2014.

78._____. **Notícia:** Polícia Militar encontra ossada e corpo em possível cemitério clandestino. Reportagem de 10 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/policia-militar-encontra-ossada-e-corpo-em-possivel-cemiterio-clandestino/>.Acesso em: 05 março,2013.

79._____. **Notícia:** Homens brigam com facas e acabam sendo presos. Reportagem de 09 de Junho de 2012. Disponível em: <https://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/homens-brigam-com-facas-e-acabam-sendo-presos/>.Acesso em: 05 março,2014.

80.PORTAL PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Agência de Notícias:** Programa Tchau Aluguel entrega mais 217 casas no Jardim Célia. Reportagem de 11 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agenciaNoticias&old=1&id=4941>.Acesso em: 06 março,2014.

81.MOTA, Hermílon. **Evolução Urbana de Uberlândia:** uma cidade do triângulo mineiro de porte médio e em contínuo crescimento. Dissertação de Mestrado. FAU/PUC, Campinas, 2001.

82.MARICATO. Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva, São Paulo fundação SEADE**, v.14, n.4, p.30; 2000.

APÊNDICES

APÊNCIDE A- entrevista feita com o atual Secretário de Habitação, Delfino Rodrigues, (entrevista cedida em 05/07/2013)

(Paulo) 1° pergunta: Existe algum exemplar de ficha de inscrição, de análise do perfil, para o pretendente/concorrente à moradia do bairro Jardim Célia? Como foi feito o critério de seleção? Ela (ficha de inscrição) foi preenchida em papel ou em arquivo eletrônico? Gostaria se possível, ter acesso a um exemplar, preenchido ou não, para que me sirva de anexo no meu projeto.

(Delfino): *"Sim, você vai ter acesso ao exemplar, nós vamos te passar o modelo, essa ficha é eletrônica, o cidadão vem aqui na prefeitura, traz os seus documentos pessoais, preenchemos a ficha com os dados sociais (sócio econômicos) do cidadão ou da cidadã e no momento em que nós vamos fazer uma seleção de família existe uma normatização, existe uma legislação que estabelece os critérios de prioridade e dentro dos critérios de prioridade são selecionadas as famílias que vão fazer parte do empreendimento".*

(Paulo) 2° pergunta: Sobre os recursos: foi um investimento de qual ou de quais governos? Pelos meus dados foram cerca de 31 milhões financiados pela Caixa Econômica, e o prefeito Odelmo Leão afirma ter investido 15 milhões na compra do lote e urbanização do mesmo! O Ex-prefeito também afirmou que a prefeitura doou a área. Logo, a mesma foi doada pela prefeitura? Ela foi paga pela prefeitura totalmente? Ela foi paga pela prefeitura parcialmente? Ou adquirida em permuta ou de outras formas?

(Delfino): "*Na realidade o que aconteceu, você tinha uma área que era uma gleba, uma porção de terra bruta que não tinha sido fracionada, loteada, dividida em lotes, correspondente a 1360 lotes, desses 1360 lotes, a prefeitura fez um negócio com o dono dessa gleba da seguinte forma: 'olha, eu faço a infraestrutura, da infraestrutura que eu fizer você me dá 1136 lotes, e eu te dou em torno de 230 lotes', foi isso que aconteceu, na realidade foi uma negociação onde não envolveu uma compra direta, o que a prefeitura entrou de participação, foi o valor da infraestrutura da área, no momento agora eu não tenho os dados dos contratos da infraestrutura, teria que pegar os contratos de infraestrutura, as obras de infraestrutura, quanto que custaram pra ver de fato qual foi o valor de contrapartida do município, então, o município entrou de fato com a contrapartida da infraestrutura, infraestrutura na realidade dos 227 lotes, se você for analisar, porque a infraestrutura dos lotes que foram financiados, esse a caixa incluiu no financiamento, então foi um excelente negócio pra prefeitura na época porque de fato o que ela teve de despesa que ela não teve reembolso "fôra" a infraestrutura em cerca de 220 terrenos, porque nos outros que receberam a moradia o governo federal bancou a infraestrutura também através do financiamento, então se for analisar despende mesmo da prefeitura seria a infraestrutura pra 227 lotes, então teríamos que pegar os contratos, eu não tenho esses dados aqui agora, e na contrapartida do governo federal houve um financiamento de 31 milhões , e quem tá pagando esse financiamento? Os próprios moradores. Então a prefeitura não entrou, é... esse financiamento de 31 milhões, afinal quem tá pagando e vai pagar não vai ser nem o governo federal nem o governo municipal, vão ser os próprios moradores que tão pagando as suas prestações lá que vão custear esse financiamento*".

(Paulo) 3° pergunta: Foram encontrados diversos problemas na estrutura física dos imóveis durante a entrega dos mesmos, inclusive alguns foram ocupados por terceiros e depredados. Há ainda reclamações nesse sentido sobre as casas do Jardim Célia? Houve algum tipo de processo judicial contra as construtoras ou contra o poder público sobre a qualidade dos materiais utilizados ou sobre a estrutura física comprometida das casas entregues? Houve fiscalização por parte da Caixa?

(Delfino): "Bom, na realidade esse financiamento do jardim Célia é o único financiamento de Uberlândia maior nos últimos anos que realmente é do poder público municipal, então foi um financiamento feito da prefeitura junto ao governo federal e nesse caso, como foi uma contratação direta da prefeitura com as construtoras a fiscalização também é responsabilidade da prefeitura, então a responsabilidade da qualidade dessa construção deveria ter sido acompanhada pela administração municipal da época, gestão que estava à frente da prefeitura na época e esperamos que tenha acompanhado, não temos conhecimento de nenhuma ação movida contra a construtora ou contra o poder público em relação a esse investimento ou contra esse empreendimento do jardim Célia".

(Paulo) 4° pergunta: Sobre o perfil econômico dos moradores: alguns documentos se contradizem a respeito da renda dos mutuários do bairro Jardim Célia, alguns dizem de 1 a 2 salários mínimos e outros dizem de 0 a 3. Qual é a renda média desses moradores?

(Delfino): "Para esse empreendimento do jardim Célia houve inclusive até publicação de um decreto estabelecendo a renda de zero a três salários mínimos, até três salários mínimos, essa era a definição inclusive legal para a contratação de famílias na época".

(Paulo) 5° pergunta: Em um dos eventos de entrega de casas no bairro, o ex-prefeito Odelmo afirmou que a prefeitura em sua gestão teria entregado três mil casas e até o fim de seu mandato seriam 15 mil. Quantas moradias foram entregues nesse período de oito anos pela administração Odelmo?

(Delfino): "Pelo nosso levantamento aqui nós identificamos em torno de sete mil unidades, sem contar as contratações do "Cidade Verde" porque quando ele saiu, elas ainda não estavam nenhum, não tinha nenhum apartamento ainda concluído, então concluído durante a administração dele em torno de sete mil unidades".

(Paulo) 6° pergunta: Foram entregues quantas casas? Desse número, quantas foram entregues com acessibilidade aos deficientes físicos? Foram entregues na quantidade ideal ou na porcentagem exigida em lei destinada a esse perfil de moradores?

(Delfino) *"na realidade foram entregues 1136 casas, dessas, cento e dez são adaptadas, então essa quantidade de 110 inclusive é até um numero superior ao que a legislação atual estabelece que é de 3%".*

(Paulo) 7° pergunta: Qual a função dos equipamentos sociais ali instalados? Eles exercem a função específica ou ideal para com os moradores do bairro?

(Delfino) *"Bom, os equipamentos instalados, especialmente os de educação, são insuficientes para atender a demanda gerada pelo residencial, e nesse sentido a atual administração está ampliando as escolas de educação infantil e fundamental e fora isso também já está em estudo a construção de uma praça, uma praça lá para dar também a*

condição de lazer que nós também identificamos como as opções culturais, de lazer lá também na nossa avaliação são insuficientes".

(Paulo) 8° pergunta: Há instalado neste bairro equipamentos urbanos que atendam as necessidades de educação, saúde, segurança, lazer e esporte, mobilidade etc. para a utilização dos moradores? Se não, há algum projeto da atual administração para a construção ou viabilização dos mesmos?

(Delfino) *"Bom, eu acabei até, respondi na pergunta anterior, nós constatamos que há uma deficiência de equipamentos em relação aos equipamentos em geral, saúde, educação, de lazer, nesse sentido nós já estamos com a ampliação da escola de educação infantil, a escola de educação fundamental e também em estudo a construção de equipamentos de lazer, de praças de esportes para os próximos anos ali, há intenção de a atual administração tentar minimizar essas falhas".*

(Paulo) 9° pergunta: Sobre a violência: qual é a realidade atual do bairro? Há um aumento ou recuo nos índices de criminalidade no local desde 2009?
(Delfino) "Nós não temos esses dados, esses dados são privativos do Estado através da Polícia Militar, nos não temos essas informações sobre os dados de violência naquela região".

(Paulo) 10° pergunta: O que o secretário tem a dizer, numa síntese, sobre: vazios urbanos, terrenos ociosos, especulação imobiliária, crescimento desordenado, mau planejamento, ocupações periféricas, crescimento horizontal etc.?

(Delfino) *"Há de se fazer uma análise Histórica do processo de expansão urbana de Uberlândia. Uberlândia, ela foi administrada ao longo dos anos por prefeitos e bem como recebeu a influência de políticos em geral, deputados, vereadores, que tinham ligação muito estreita e em alguns casos, em alguns momentos, eram até donos inclusive de empresas do ramo imobiliário, então historicamente Uberlândia não teve um crescimento em que o ponto central fosse o desenvolvimento da qualidade de vida e muito mais nesse sentido, a valorização imobiliária mesmo, e infelizmente nesse processo houve de fato um crescimento do ponto de vista urbanístico mau planejado, temos dados que atualmente há em torno de setenta mil lotes vagos, Uberlândia ainda tem um agravante onde o IPTU aqui de Uberlândia é menor do que todas as cidades brasileiras, pra se ter uma ideia Uberlândia aqui tem o dobro da cidade de Uberaba e arrecada menos do que a cidade de Uberaba, Uberlândia não arrecada nem a metade do que arrecada Ribeirão Preto, então foi uma cidade que teve as suas políticas urbanas voltadas para esse seguimento imobiliário, voltado não pra população que precisa de moradia, pra população de baixa renda, historicamente esse foi o processo de desenvolvimento urbano de nossa cidade, recentemente foi aprovada a lei do IPTU progressivo, mas uma lei muito tímida que traz poucos avanços, na oportunidade inclusive eu era vereador, votei até contra essa lei, nós temos que melhorar essa lei do IPTU progressivo, ao mesmo tempo temos que fazer com a sociedade a discussão do reajuste, nem chega a ser um reajuste, uma revisão do IPTU, porque a cidade precisa dos investimentos, a cidade precisa, o Jardim Célia é um exemplo disso, um bairro cheio de carências e se você olhar a realidade do Jardim Célia não é muito diferente das outras realidades e o IPTU poderia ser uma ferramenta importante para distribuição de riqueza através dos impostos, de se fazer a justiça social, não só o IPTU logicamente, então a gente acredita que há necessidades de uma revisão inclusive do próprio plano diretor de Uberlândia e nós esperamos que o atual governo possa fazer e implementar essas mudanças e já iniciou uma discussão importante,*

que foi a discussão do IPTU e que serviu pra, já fazer uma reflexão na sociedade sobre a questão urbana sobre a questão imobiliária, mas nós acreditamos que temos que ter muitos outros avanços e logicamente são avanços que terão que ser feitos a médio e longo prazo porque Uberlândia historicamente ao longo dos anos sempre teve um desenho voltado justamente para o setor especulativo".

APÊNDICE B- entrevista com os moradores do Jardim Célia

PRIMEIRA ENTREVISTADA: Karla Stephane Maciel Fernandes – realizada no dia 06/01/2014

Karla Stephane Maciel Fernandes cedeu entrevista em sua própria casa no dia 06 de janeiro de 2014, aos 27 anos ela possui três filhos (duas meninas e um menino) de idades entre um e oito anos, é natural de Brasília, não concluiu o ensino fundamental e quando possível trabalha de locutora nas portas de conhecidas lojas de móveis e eletrodomésticos no centro da cidade, também trabalha com algodão doce e pipocas em divulgações ou promoções nestes mesmos estabelecimentos, divulgando produtos e marcas, principalmente de empresas de telefonia. Karla é evangélica e sempre aos finais de semana ao lado de seu marido Lúcio participa da organização dos cultos de sua igreja, localizada no bairro São Gabriel, próximo ao bairro onde residia antes de se mudar para o Jardim Célia, o bairro São Jorge na zona sul da cidade).

Problemas Relatados

a) em relação à casa:
"Sim, quando eu mudei aqui pra casa eles disseram que o piso, seria um piso queimado, eles me entregaram a casa com o piso de qualquer jeito, a porta até hoje continua solta embaixo não vieram arrumar, isso vai fazer três anos, não vieram arrumar, o piso não é queimado, eles entregaram o piso de qualquer jeito e as janelas, estão, eram amassadas, algumas delas veio com defeito na hora de trancar... procurei a construtora, a construtora até arrumou a casa aqui da vizinha, o piso, mas a minha casa eles disseram que não iam arrumar porque 'não era liberado pra poder arrumar o piso então que ficaria do jeito que tava, não tinha condições deles vim fazer o que precisava fazer no piso, que o piso ia continuar do jeito que tava".

b) da não utilização dos cursos oferecidos pelo NAICA:
"(...)primeiro porque não tem vaga suficiente no bairro pro tanto de criança que tem, e aí precisa duma lista, e ai você fica esperando, esperando e não sai a vaga(...), eles oferece balé, capoeira aula de reforço (escolar) e algumas outras atividades(...), aqui no bairro não tem nenhuma ação voltada pra trabalhador, desde o surgimento do bairro".

c) em relação à escola:
"O ensino até em si é bom, a minha menina fez seis anos, ela fez a primeira série e ela saiu lendo e escrevendo, mas é porque eles não dão continuidade daquilo, eu acho que seria viável se eles ampliassem a escola, 'désse' uma continuidade ao trabalho escolar, porque sair daqui pra ir pro Canaã, ou pro Luizote ou pra qualquer outro lugar nem todos os pais aqui tem condição pra tá mantendo ou tá levando o filho pra poder dar continuidade no estudo fora do bairro, minha filha faz a segunda série mas tirei ela daqui e coloquei numa Escola Estadual porque pretendo trabalhar esse ano e como eu não consegui vaga pra berçário, não teve como arrumar vaga pra nenezinha e ela ficou na lista de espera em oitava, então não tinha como, então eu transferi ela *(a filha estudante)* pra outro bairro pra poder ficar mais fácil de eu conseguir alguma coisa num bairro fora, lá no Pampulha, porque aqui no bairro não tem vaga"*(grifo nosso)*

d) sobre o atendimento em posto de saúde:

"[...]o bairro possui um posto de saúde com duas médicas e um dentista, até então o posto é bom, o atendimento é bom, mas necessita de mais médicos, não é o suficiente pra poder tá atendendo(...). São clínicos gerais que atendem em todas as áreas, são duas médicas da área de clinica geral, que atende ginecologia e pediatra. No serviço de odontologia tem a urgência que é das dez da manhã e depois uma hora da tarde.*(na área odontológica)* Em caso de urgência eles fazem uma triagem como se fosse no UAI e se aqui não tem a estrutura pra atender, eles chamam a ambulância para levar pro UAI, na unidade de saúde mais próxima. Quando é consulta agendada no ambulatório e não tem o especialista aqui eles agendam para outra unidade de saúde, pois na maioria das vezes é sempre as duas médicas clínico geral que atende"*(grifo nosso)*

***e)* sobre a questão de haver alguma área de lazer para crianças e adultos no bairro:**
"Não, aqui no bairro não tem nenhum parque, nada que as crianças possam se divertir, eu acho que uma praça seria o ideal para que a família né? Que a família pudesse se reunir no final de tarde ou até mesmo no sábado e domingo que é o que o bairro não tem".

f) em relação a serviços públicos:
"Pra poder vir limpar um terreno aqui se o mato tiver muito alto você tem que ligar várias vezes para eles poderem vir porque senão eles não vem".

g) sobre o transporte coletivo:
"(...)em horário de pico você não anda de ônibus, você não entra, você não senta e vai em pé porque não dá, porque o ônibus é muito cheio, e desde o início do bairro a prefeitura só prometeu e não teve aumento de ônibus ainda".

h) sobre a segurança no bairro:
"É raro a gente ver, mas a patrulha escolar a gente vê no bairro em alguns horários 'de mais pico' do bairro a gente sempre vê uma patrulha, mas não é sempre não(...), de vez em quando eles montam uma estrutura móvel, aí eles passam ali umas duas, três horas depois desmonta e vai embora, precisa de melhoria porque certos horários do bairro criança não pode andar na rua, porque você vê mesmo o que você não quer, é muito adolescente que fuma droga à vontade na frente do seu filho e você tem que passar pra dentro pra não ver o que você não quer(...).Aqui no bairro já teve muito caso de violência, mas o bairro de uns quatro meses pra cá essa realidade tem mudado, a violência continua mas não com a frequência que era antes, a violência diminuiu bastante, não aquilo que deveria, é que nem eu te falei, as vezes a policia monta uma estrutura móvel e fica ali um certo período, ajuda, mas se fosse mais tempo mudaria mais ainda a realidade do bairro".

i)sobre o setor comercial:
[...]tudo que tem no bairro é muito caro, às vezes pra você poder comprar cinco pães e um litro de leite você gasta cinco reais, então assim, oferecer setor comercial oferece, mas nem sempre é a condição que a gente tem, se tiver condição de ir buscar em outro lugar, vai buscar em outro lugar porque aqui é muito caro, compensa sair do bairro pra comprar qualquer outra coisa porque no bairro não compensa (...), aqui tem farmácia, tem casa de ração, tem mercado, tem padaria, material de construção não tem, casa de ferragista também não (...), poderia melhorar o que tem aqui, aqui o comércio é mais de tranca do que aberto, as vezes você chega no comércio pra poder ser atendida e você não entra, você tem que ser atendido da porta pra fora, então assim, o que dificulta muito aqui no bairro é isso, é a questão da violência né, a maioria dos comércios aqui do bairro são com grades, então dificulta muito o acesso aquilo que você quer comprar, as vezes é uma coisa levando a outra, se melhorasse

(diminuir) a violência, se tivesse um mercado maior mais próximo que fosse mais em conta, as vezes nos outros mercados também seria mais em conta".

SEGUNDO ENTREVISTADO – Itamar Aparecido Marson – realizada no dia 07/01/2014

Itamar Aparecido Marson concedeu entrevista no dia 07 de janeiro de 2014, tem 46 anos, é natural de Araguari – MG e é casado há oito anos com Geane Pereira Silva, sem filhos. Pelo fato de os dois serem cadeirantes, o casal enfrenta dificuldade com necessidades básicas, como tomar um banho, por exemplo. Por estarem longe de suas famílias que moram em outros bairros, os mesmos contam com a colaboração dos vizinhos que quando podem ajudam ou mesmo cobram para dar um banho no casal. Apesar desta limitação (entre outras), Itamar tem graduação em Matemática e também em Direito, sobre isso, em uma conversa descontraída ele sorri ao dizer que se formou primeiro para mendigar, depois para roubar e tem o sonho de se formar para ser "assassino", se referindo ao sonho de ter uma terceira graduação, desta vez em Medicina. Mas apesar de sua escolaridade, ele financiou a construção de um comércio em frente sua casa, onde vende principalmente doces e balas, entre bebidas, cigarros, salgadinhos e outros produtos comuns em bares, também tem autorização para vender balas em estabelecimentos públicos na cidade.

Problemas Relatados

a) em relação à casa:
"Olha, essa casa até chove dentro, não tem goteira, cai água ai dentro, não goteira, chove de bica, entendeu? O aquecedor também ele pinga muita água fora, fica tim, tim, tim, tim, tim, tim, tim, tim, ele esquenta (a água) mas é muito difícil, o aquecedor você tem que esperar o chuveiro umas duas horas, não é bão do jeito que aquele cara faz propaganda não *(ele se referia ao ex Secretário de Habitação Felipe Attiê)* [...] fomos atrás da prefeitura e disse que vinha arrumar, mas até ontem *(o entrevistado ironiza o fato da prefeitura não "aparecer")*, vinham quebrar um galho mas nunca resolveram o problema, porque disse que porque eu fiz o meu bar aí, minha casa acabou a garantia".*(grifo nosso)*

"[...] *(a casa)* É adaptada, mas as portas são estreitas, a cadeira da Geane, não passa na porta não, inclusive a vizinha rancou as portas, que a cadeira da Geane não passa nas portas, a casa tá sem porta(...). Olha, só de não ter escada já me atende *(sobre a casa ser adaptada)*, mas eu sempre precisei de uma pessoa pra me dar banho, então, pode ter adaptação do que tiver que eu sempre vou precisar de uma pessoa. Agora, eu vou te falar uma verdade, minhas necessidades atende, mas, as necessidades da Geane não, 'os cano é muito baixo' pra ela pegar pra segurar, eu acho que eles deviam tirar as medidas dos moradores que forem deficientes pra saber a altura que eles coloca os canos porque ela tem uma enorme dificuldade".*(grifo nosso)*

b) em relação à rampa que deveria ser adaptada para cadeiras de rodas:
"Uma cadeira dessa aqui custa sete mil reais, eu só não vou tentar subir porque você viu que não dá, essa rampa não é adaptada, e o Felipe Attiê faz propaganda disso aqui, que ele fez tudo, é uma vergonha, é uma vergonha, eu não gosto de falar mal dos outros, não tô falando mal de ninguém, mas o Felipe só vem aqui no bairro em tempo de política pra querer voto, é isso, se você tiver como por essa entrevista numa televisão, eu quero que ele ouça e deixa de ser cara de pau (...). O Felipe faz aquelas propaganda maravilhosa, ele fala que o Jardim Célia é um céu, que foi ele que construiu, ele não faz nadinha, nunca ouvi falar que Vereador,

Secretário sem o mandado do Prefeito constrói alguma coisa, é uma vergonha o que o Felipe faz. Não quero falar mal dos outros, ele que me desculpe mas, ele tinha era que pensar antes de falar."

c) ao ser questionado se o bairro oferece uma escola de qualidade:
"Tá faltando muita vaga, precisava ter mais vagas, porque muitas crianças do bairro tá indo estudar lá no Canaã."

d) sobre a questão de haver alguma área de lazer para crianças e adultos no bairro:
"Não, nenhuma, não tem nada, você vê que não tem nenhuma praça, um poliesportivo, eu acho que nos temos que falar com o prefeito e pedir pra ele criar."

e) sobre o transporte coletivo:
"Péssimo, motorista de ônibus não para, você é deficiente eles não gostam de te ajudar, eles acham que tem que ficar sentados na poltrona, os cobradores muitas vezes também não gostam, quando vai te ajudar é uma cobradora mulher, aí ela não dá conta".

f) problemas com funcionário do transporte público:
"Vários, só de um motorista eu entreguei ele três vezes e a SETTRAN não fez nada, disse que o motorista estava certo e eu estava errado porque no ônibus o elevador não poderia descer até no chão e que o motorista não é obrigado a me ajudar, o próprio fiscal da SETTRAN me falou isso".

g) questionamento de equipamentos urbanos de segurança pública no bairro:
"Não, polícia vem aqui no bairro de vez em quando, quando acontece um crime, inclusive aqui é um bairro cheio de crime, de vez em quando você vê: – 'sicrano matou fulano', 'beltrano morreu', 'fulano'levou cinco tiros(...). Aqui também o tráfico corre solto, eles vendem droga aqui como se fosse na feira(...). Aqui é um bairro muito violento, é que nem eu já te disse, eles matam um de manhã e amarra outro pra de tarde(...).Aqui esse ano já começou fechar comércio e eu acredito que é por causa dessa violência, já fechou um supermercado muito grande o Empório Jardim Célia, fecharam o Supermercado Moura, maior do que aquele, então os comerciante tá todo mundo ficando com medo e os comércio estão só fechando, eu sou cadeirante mas, não quero fechar as portas não, mas pra isso temos que tomar alguma providência"

h) sobre a sobrecarga nos serviços públicos e comerciais dos bairros vizinhos:
"No Jardim Célia, tem muito a desejar, tem dois sacolão aqui, mas vive fechado, tem muita coisa aqui, mas vive fechado, não tem uma loteria pra gente pagar as contas, se você quiser pagar conta aqui você tem que ir lá no Canaã, aqui é um bairro muito dependente do Canaã, eu te diria até que esse bairro não deveria se chamar Jardim Célia, na minha concepção aqui seria o Canaã 2"

i)Questionado se a localização do bairro o prejudica de alguma forma:
"Sim, eu acho que sim, porque se fosse mais perto do centro eu animaria até estudar, fazer um bom curso de inglês, mas a distância, eu não animo sair do bairro, eu animava vender minhas balas lá no terminal central se o bairro fosse mais perto, mas não tem jeito, o bairro aqui é longe demais, muito, muito longe".

j)Relação entre a localização do bairro e a disponibilidade do transporte público:

"Eu acho que é as duas coisas, às vezes você chega atrasado na escola porque eles não levam duas cadeiras, talvez o ônibus passa e já tá com uma cadeira, eu gosto demais de estudar, mas por causa disso eu desanimo, acaba impedindo que eu arranje um emprego, acaba impedindo que eu continue meus estudos, por exemplo, eu sou autorizado a vender bala na rodoviária e lá eu vendo oitenta, cem conto por dia uma vez por semana só, mas eu tô desanimado de ir lá uma vez por semana, porque pra sair dessa distância, aguentar o tanto de humilhação pra ganhar só oitenta conto eu acho muito pouco (...), na verdade eu não posso ficar morando aqui nesse bairro, eu já não estou tão novinho assim pra andar essa distância não, e pela minha deficiência cansa muito, eu queria era morar no centro mesmo que aí eu ia fazer um montão de coisa."

k) questionado se no bairro havia Associação de Moradores ou qualquer tipo de manifestação social de resistência que representassem os mesmos frente ao poder público:
"[...]olha, quando alguém quer reivindicar alguma coisa, eles tem que juntar e ir na prefeitura porque aqui não tem representação(...), a presidente foi eleita até sem votação, elegeram uma presidente simplesmente sem votação, ela mesmo se auto elegeu, ela só quer usar o nome do bairro pra se promover. Quando os moradores querem reivindicar alguma coisa tem que reunir a vizinhança e reivindicar através da vizinhança porque a associação de bairro que eles falam que existe, não existe, não teve reunião com os moradores, no dia lá não divulgaram nada, reuniram lá umas dez pessoas e falaram assim, nós somos a associação e pronto, foi completamente irregular, a presidente se autoelegeu, até a Vice Presidente, que era Vice Presidente na época renunciou porque ela não tava agradando nem a vice presidente que é a concunhada dela, por aí você vê que associação boa que existe".

TERCEIRO ENTREVISTADO – Gilberto Cordeiro Farias – realizada no dia 02/02/2014

Gilberto Cordeiro Farias concedeu entrevista no dia 02 de fevereiro de 2014,tem 31 anos de idade e é natural de São Romão – MG, desde 2000 em Uberlândia mantém uma união estável com a titular do imóvel onde reside, é comerciante e bastante conhecido no bairro por ser amigo de seus clientes/vizinhos. É um homem jovem e consciente de problemas que assolam seu novo bairro em relação a distância do bairro do centro da cidade e principalmente sobre os problemas relacionados a falta de segurança, inclusive foi assaltado a mão armada em seu estabelecimento e não fechou as portas por acreditar que o bairro terá mudanças positivas, oferecendo muitas oportunidades.

Problemas Relatados:

a)em relação à casa:
"[...]problema foi de elétrico, encanação, caixa d'água, rachaduras essas coisas até que não aconteceu não, mais foi encanação mesmo... a gente procurou a construtora e a construtora jogou pra cima da outra, que foi duas construtora que fez e acabou que nóis não quis mexer mais não,mexeu particular mesmo, por conta própria".

b)ao ser questionado se o bairro oferece uma escola de qualidade:
"Não, porque pelo convívio que eu tenho com essas pessoas tem muita reclamação, então, até meu filho nunca estudou nessa escola ai porque não tem idade, mas o que eu convivo com os meus clientes eles reclamam demais da escola(...). Com certeza, na qualidade da educação,

nas creches até crianças de cinco anos atende bem, mas falta vagas, do bairro mesmo não consegue vagas(...), já a juventude estuda no Canaã"

c) sobre a questão de haver alguma área de lazer para crianças e adultos no bairro:
"Também não tem, deveria ter uma praça, deveria ter praça com brinquedo, principalmente pra atender as crianças carentes que não tem condição de pagar um parquinho, pra sair, então deveria ter".

d) em relação a serviços públicos:
"Não vou falar que tá dos piores não, mas teria como melhorar também, principalmente a parte de roçagem, dos lotes vagos que tem muito, essa aí é a pior porque aqui no Jardim Célia tem muito rato, muitos animais peçonhentos, então por causa dessas grandes granjas ao redor, muitos lotes vagos cheios de mato, então isso ai prejudica demais a população, a maior reclamação que tem é de cobras, ratos, escorpiões, insetos, muito insetos, principalmente ratos."

e) sobre a presença de equipamentos e serviços de segurança pública no bairro e relataram o que pensam sobre a violência urbana no local:
"Não, isso aí é a maior reclamação do povo, é nessa parte aí mesmo, na área de segurança no modo geral, não tem posto policial (...). *(receoso)* É, ele não é um bairro dos piores, mas também nem dos melhores, mas em termos da violência acontece muito, o pessoal vê o Jardim Célia como o terror na área de violência então eu 'como' comerciante, todo mundo fala 'Nossa você é doido ter comércio no Jardim Célia, lá mata comerciante, lá faz aquilo.' Então já melhorou muito mas poderia até melhorar mais."' - *grifo nosso.*

f) sobre a distância do bairro do centro ser ou não um problema e o que pensam de morar naquela região:
"(...) todo mundo comenta, até o vendedor pra vir aqui, ele exclui (o bairro da rota de clientes) por ser mais longe, o pessoal, os clientes reclamam porque aqui faltam as coisas por ser um bairro longe, então influencia muito sim, a distância influencia."

QUARTA ENTREVISTADA- Joana Darc de Jesus Pereira- realizada no dia 15 de fevereiro de 2014

Joana Darc de Jesus Pereira concedeu entrevista no dia 15 de fevereiro de 2014, tem 55 anos e atualmente é dona de casa, uma senhora simpática que cuida do filho e um neto ao lado do marido. É uma mulher bastante ativa quando percebe a necessidade de resistência frente ao poder público e a questões que prejudicam sua família e seus vizinhos. Em uma conversa sobre a realidade atual do bairro, ela demonstra desprendimento em relação a associação de moradores do bairro, afirmando que por conta própria busca melhorias para seu bairro, mesmo com a possibilidade de não ser atendida.

a) questionada se no bairro havia Associação de Moradores ou qualquer tipo de manifestação social de resistência que representassem os mesmos frente ao poder público:
"Não, aqui não tem nada disso, aqui a gente tem que chamar reportagem e mostrar, porque se tem presidente do bairro, aqui ela não vem. A gente não vê a cara dela, eu vi a cara dela na época da eleição, até hoje nunca mais eu vi, então não tem com quem a gente reclamar, a minha casa tá com uma rachadura, se eu quiser eu vou ter que chamar a reportagem ou ir lá na prefeitura, eu mesmo, porque se for pra procurar ela você não encontra!".

APÊNDICE C - dados estatísticos da Polícia Militar sobre a violência no bairro Jardim Célia.

NONA REGIÃO DA POLICIA MILITAR
TRIGÉSIMO SEGUNDO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Ofício nº 69/2014-P/3-32º BPM

Anexo: Questionário de Respostas

Ref.: Ofício UFU/INHIS/COCHI/OFICIO Nº 044/2014

Uberlândia, 20 de fevereiro de 2014.

Senhor Orientador,

Reportando-me ao ofício da referência, que encaminha o pedido do Sr. Paulo César Macêdo, aluno do Curso de Historia da Universidade Federal de Uberlândia, solicitando dados estatísticos sobre segurança no Bairro Jardim Célia, segue anexo o questionário com as respostas sobre as questões interpostas pelos Sr. Paulo César Macêdo referentes à criminalidade no Bairro Jardim Célia, área de responsabilidade do 32º Batalhão de Polícia Militar.

Atenciosamente,

Sandro Heleno Leite, Ten Cel PM
****** Comandante do 32º BPM ******

Ilmo Sr.
Antônio de Almeida
Prof. Dr. da Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia/MG

Anexo Único ao Ofício nº 69/2014-P3/32º BP

Questionário de Respostas

1°) quais as informações que a Polícia Militar tem a respeito do serviço de segurança pública fornecida ao loteamento Jardim Célia desde a entrega das primeiras casas em 2009? **(esta questão pretende abordar o trabalho que vem sendo realizado pela PM nesta área neste período 2009-2014)**

1. Viaturas de atendimento de ocorrência são escalas diuturnamente no setor que compreende o bairro Jardim Célia;
2. Moto patrulha de prevenção ativa (MPPA) são escalas em horários e dias específicos conforme os índices estatísticos para atuação;
3. Patrulha de Prevenção Ativa (PPA) são escalas em horários e dias específicos conforme os índices estatísticos para atuação;
4. Base Comunitária Móvel, foi instalada no bairro no período da invasão da Granja Planalto, também assistindo os moradores locais;
5. Quando exigem intervenções especificas, apoios são solicitados às companhias de recobrimento: 9ª Cia Mesp, 200ª Cia TM, Canil, Corpaer;
6. Projetos em andamento: Vizinhança Solidária, Proerd, Patrulha Escolar.

2°) Em entrevista a alguns moradores do Jardim Célia, algumas questões foram levantadas pelos mesmos devido a alguns crimes que, segundo eles, são comuns no bairro. Nesse sentido, qual é a situação do bairro em relação à:

Violência urbana;

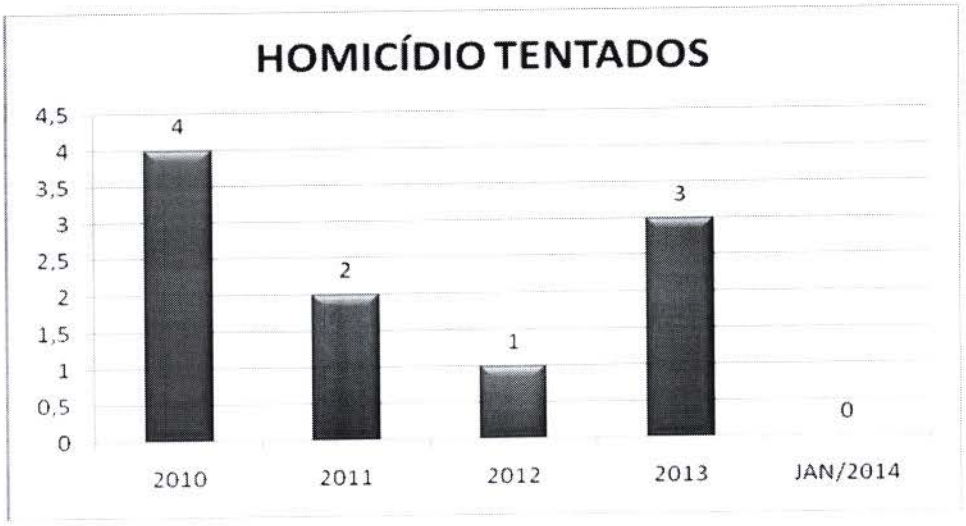
Ocorrências de crimes mais comuns neste loteamento;

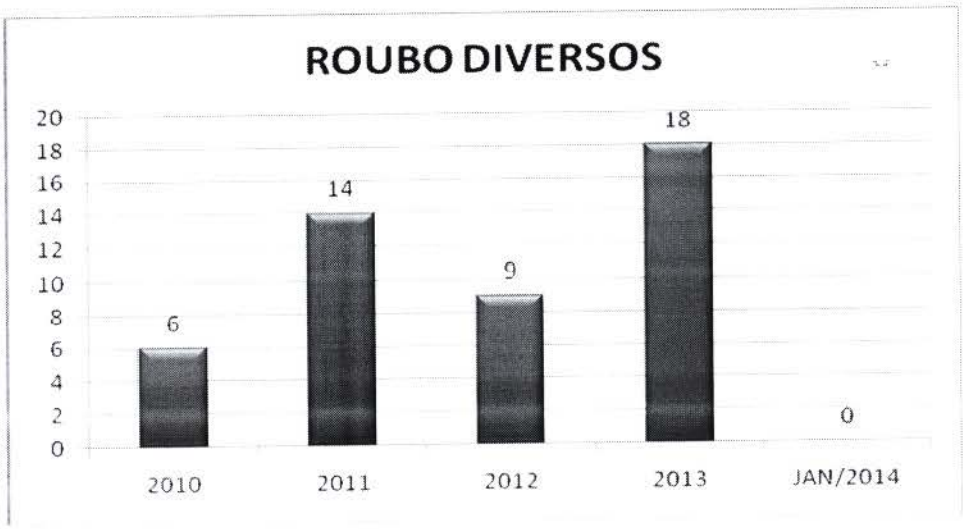
Crime organizado (se for uma realidade nessa área);

(será de importante relevância se algumas informações acompanharem algum tipo de gráfico, ou qualquer outro tipo de documento que possa exemplificar a resposta)

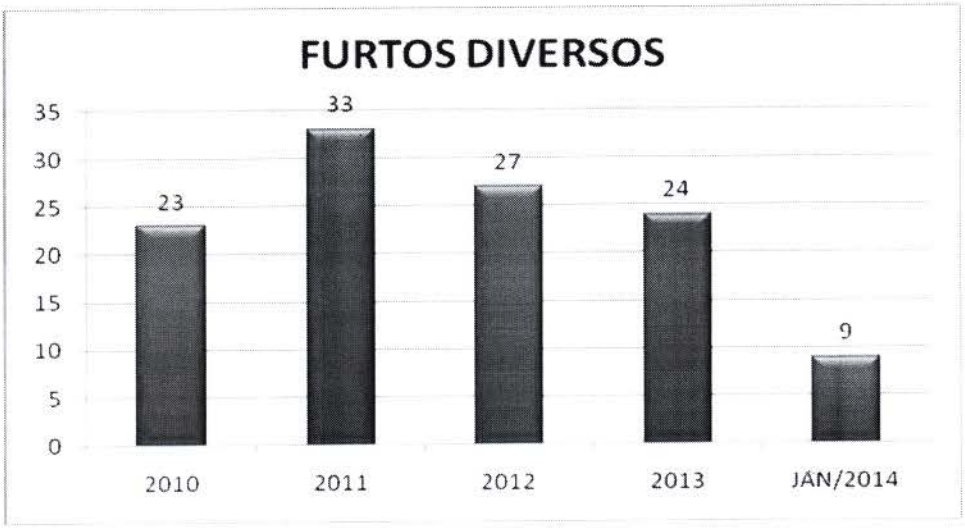
- A violência não só no bairro jardim célia, mas em toda cidade, cresce conforme desenvolve a cidade, aspectos que se destacam para que isso aconteça, são comércio e consumo desenfreado de drogas, impunidade, desestrutura familiar e envolvimento de menores nos delitos.

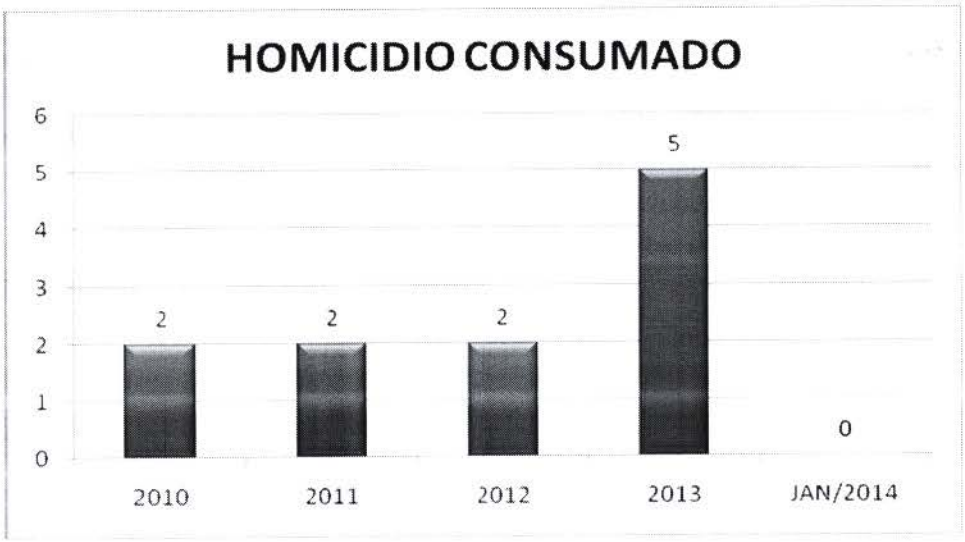
- Os crimes mais incidentes seguem nos gráfico abaixo:

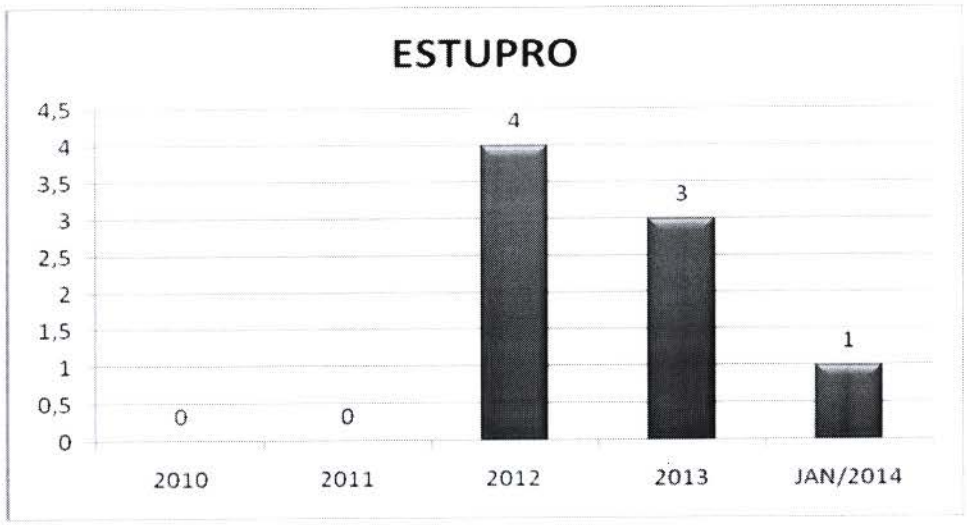

HOMICÍDIO TENTADOS
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
4
2
1
3
0
2010
2011
2012
2013
JAN/2014


ROUBO DIVERSOS
20
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
6
14
9
18
0
2010
2011
2012
2013
JAN/2014


TRAFÍCO ILÍCITO DE DROGAS
14
12
10
8
6
4
2
0
1
5
10
13
2
2010
2011
2012
2013
JAN/2014







- O crime organizado não é uma realidade no bairro Jardim Célia.

3°) Ao analisar as respostas da primeira e segunda questão, a interação MILITAR / MORADORES DO BAIRRO se dá de forma positiva ou há algum tipo de dificuldade encontrada nessa relação? Há algum plano de fortalecimento da presença da PMMG nesta área neste momento ou para o futuro, seja através de rondas policias, ou até mesmo posto policial fixo?

Interação é bastante positiva e a PMMG através do policiamento voltado para solução de problemas só é possível se houver maior envolvimento da população, pois é ela quem esta ali no local 24h e isso é um fator primordial para apontar o problema e junto com a PMMG buscar uma solução mais exeqüível. Em relação ao postos de policiamentos a PMMG dispõe de Base Comunitária Móvel que fica à disposição da comunidade principalmente no desenvolvimento de ações/operações policiais. Já em relação ao posto fixo é uma gestão estratégica e governamental tanto estadual e municipal independente da PMMG.

Sandro Heleno Leite, Ten Cel PM
****** Comandante do 32º BPM ******

Apêndice D: Questionário enviado por e-mail à Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Célia (AMBAJAC), Patrícia Cavalcante de Lima, no dia 01/02/2014.

1º Como surgiu a associação dos moradores do Jardim Célia? (quando, de quem foi a iniciativa, quantas pessoas participam, houve alguma motivação, houve eleição com candidatura de chapas etc.)

2º Que papel a associação desempenha para os moradores do bairro desde que surgiu? (quais reivindicações foram levadas para a prefeitura ou para outra instituição, quais os trabalhos desenvolvidos com a comunidade do bairro, há algum tipo de parceria com alguma instituição, etc.).

3º quais os problemas mais comuns enfrentados pelos moradores do bairro Jardim Célia em relação aos serviços públicos (transporte, patrulhamento policial, atendimento médico etc.) e equipamentos urbanos oferecidos (ou não) ao bairro? Mas também, quais conquistas foram obtidas nesse sentido pelos moradores?

4º Você tem conhecimento sobre algum tipo de problema que os moradores do bairro tiveram desde a 1º entrega das casas em relação à problemas na estrutura ou construção das mesmas?

5º Desde a mudança de gestão do poder executivo municipal, houve alguma mudança nos serviços públicos oferecidos ao bairro? Se sim, quais foram as mudanças, sejam elas positivas ou negativas?

6º Você acredita que há uma alta taxa de violência ou um alto índice de crimes no bairro Jardim Célia que seja superior a outros bairros da cidade? Qual é a atual realidade sobre a Violência no bairro?

7º Gostaria que você finalizasse traçando o que você percebe ou acredita ser o perfil dos moradores do bairro Jardim Célia? (gênero, cor, idade, grupo familiar, renda familiar, etc.)

ANEXOS

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
Trabalhando por uma cidade melhor

Secretaria Municipal de Administração

Núcleo de Protocolo

SMF-5313/10

NOME:
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
PROCESSO Nº: 18831 / 2009 DATA: 26/10/2009
ASSUNTO:
PERMUTA DE AREA

PGM: 8/27/2010

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Protocolo: 2562
Data: 06/07/10

TRANSFERÊNCIA DE PROCESSO
TRANSITÓRIO
CGM 21/07
CGM - 29/07/10

DECRETO Nº 10.276 DE 23 DE MAIO DE 2006.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DE SAINT CLAIR EMPREENDIMENTOS LTDA.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais previstas no art. 45, VII, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações,

considerando a opção do Município de Uberlândia pela política habitacional descrita nos programas aprovados através da Lei nº 9.080 de 25.10.2005 e dos Decretos nºs 10.209 e 10.210, ambos de 22.03.2006, sob as denominações de "TCHAU ALUGUEL", "MORE BEM" E "MINHA CASA";

considerando que o loteamento denominado JARDIM CÉLIA, de propriedade de SAINT CLAIR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA não teve sua infra-estrutura implantada no prazo de dois anos conforme Termo de Compromisso datado de 04 de abril de 2000,

considerando que o Município está investido de poderes bastantes para assumir a efetiva utilização do referido imóvel para atender às necessidades da demanda reprimida local por habitações populares,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para efeito de desapropriação o loteamento denominado JARDIM CÉLIA, situado no perímetro urbano da cidade, composto de 1368 (mil trezentos e sessenta e oito) lotes, conforme Projeto aprovado em 09/04/2002 sob o nº 10.151/2000, com as características descritas na Matrícula nº 102.866 do 1º Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Art. 2º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a promover na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel de que trata este Decreto.

Art. 3º O imóvel destina-se a realização de loteamento popular.

Art. 4º Fica declarada a urgência da medida, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº3.365 de 21 de junho de 1941, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 23 de maio de 2006.

Odelmo Leão
Prefeito

Nelson Cascelli Reis
Secretário Municipal de Administração

OVP/MMAP/PMG Nº 6317/2004.

DECRETOS S/N

DECRETO S/Nº.

EXONERA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE CONTROLE DE ZOONOSES CLASSE ASS-C NÍVEL 1, FELIPE WANDERLEY DE AMORIM.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 48, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerado a pedido, FELIPE WANDERLEY DE AMORIM, matrícula nº 18247-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Controle de Zoonoses Classe ASS-C Nível 1, da Secretaria Municipal de Saúde, retroativo a 03 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

DECRETO S/Nº.

EXONERA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA CLASSE AUX-FE NÍVEL 7, JOAO AUGUSTO DA SILVA.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 48, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerado a pedido, JOAO AUGUSTO DA SILVA, matrícula nº 11419-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe AUX-FE Nível 7, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, retroativo a 03 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

DECRETO S/Nº.

EXONERA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE APOIO OPERACIONAL CLASSE AGE-A NÍVEL 19, JOAO BALTAZAR NUNES.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 48, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerado a pedido, JOAO BALTAZAR NUNES, matrícula nº 1808-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Operacional Classe AGE-A Nível 19, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, retroativo a 04 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

DECRETO S/Nº.

EXONERA DO CARGO DE COORDENADOR DE ARTES E OFICIO CO-CAO-01, MARIA ALVES JUNQUEIRA DE SOUZA.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 49, I, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerada, MARIA ALVES JUNQUEIRA DE SOUZA, matrícula nº 18983-9, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Artes e Ofício CO-CAO-01, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho, retroativo a 19 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

DECRETO S/Nº.

EXONERA A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR DE PRE A 4ª SERIE CLASSE SU-PV NIVEL 9, MONICA DE SOUZA GUSTIM DA CUNHA.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 48, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerada a pedido, MONICA DE SOUZA GUSTIM DA CUNHA, matrícula nº 11901-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de pré a 4ª série Classe SU-PV Nível 9, da Secretaria Municipal de Educação, retroativo a 23 de março de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

NÚCLEO DE PROTOCOLO FL. 04 P.M.U.

DECRETO S/Nº.

EXONERA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PINTOR DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA CLASSE AUX NÍVEL 13, ORANDIO SERAFIM DE OLIVEIRA.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 48, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerado a pedido, ORANDIO SERAFIM DE OLIVEIRA, matrícula nº 1416-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor de Sinalização Viária Classe AUX Nível 13, da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, retroativo a 05 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

NELSON CASCELLI REIS
Secretário Municipal de Administração

/ab

DECRETO S/Nº.

EXONERA DO CARGO DE GUARDIÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE DE UBERLANDIA CO-GUA-02, ORLES MATIAS JUNIOR.

O Prefeito de Uberlândia, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 45, VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 49, I, da Lei Complementar nº 040/92;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica exonerado, ORLES MATIAS JUNIOR, matrícula nº 19157-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Guardião do Centro de Integração Social do Adolescente de Uberlândia CO-GUA-02, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho, retroativo a 27 de abril de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 22 de maio de 2006.

ODELMO LEÃO
Prefeito

TERMO DE ACORDO EM DESAPROPRIAÇÃO

NÚCLEO DE PROTOCOLO FL. 05 P/ M.U.

1 - PARTES

1.1 - MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - doravante denominado simplesmente Município – neste ato representado por seu Prefeito Odelmo Leão, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº 380.333.586-53 e RG nº M-446.038.

1.2 - SAINT CLAIR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., doravante denominado simplesmente DESAPROPRIADO, neste ato representado por seu Diretor Saint Clair Neto, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Olegário Maciel nº 545 – Apto 902, Bairro Centro, portador do CPF nº 007.960.006-97 e RG nºM-445.722 SSP/MG.

2- OBJETO

2.1 - MUNICÍPIO, através do Processo nº 0702.003.3954-8, em curso pela 2ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca, promove a desapropriação por interesse social de uma gleba de propriedade do DESAPROPRIADO, com área de 647.802,64 m², objeto da Matrícula nº 102.560 do 1º Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

3- TERMOS DE ACORDO

3.1 – As partes resolvem celebrar composição amigável para que se efetive a desapropriação já referida, estando o DESAPROPRIADO no propósito de colaborar com a solução do problema habitacional de Uberlândia, dentro das condições orçamentárias e financeiras da Prefeitura Municipal.

3.2- O DESAPROPRIADO desiste da aprovação do loteamento da referida gleba, denominado "JARDIM CELIA", para que o MUNICÍPIO promova as adequações do mesmo a um projeto de habitação popular, mantendo-se obrigatoriamente a área mínima de 250 m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados) para cada lote.

3.2.1 – Para viabilizar as adequações pretendidas, torna-se necessário ampliar a área referida no item 2.1 acima, visando a instalação de uma estação de bombeamento de esgoto, criação de reserva ecológica e complementação do sistema viário; para tais fins, o DESAPROPRIADO concorda em que a desapropriação compreenda também as seguintes partes do imóvel denominado "Gleba B", área esta remanescente da Matrícula nº 95.482 do 1º Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, que se encontra em processo de retificação:

a) uma área destinada à abertura da Avenida dos Lírios Amarelos, com área de 1.250 m² (dois mil duzentos e oitenta metros quadrados) com o seguinte perímetro: inicia-se em um marco cravado na distância de 154,30 metros da Rua das Paineiras com o rumo de 167°25'36", até outro marco que divide com a faixa de domínio da rede elétrica da CEMIG. Desce a direita com 25,00 metros até o ângulo da rede elétrica que está cravado nas divisas da faixa de domínio da CEMIG. Desse marco vira à esquerda com 165,00 metros que é o limite da faixa de domínio da rodovia Uberlândia/Miraporanga;

b) uma área que tem início no marco M-11, seguindo em direção ao marco M-5 em distância de 150,00 metros, daí vira à direita seguindo por uma distância de 85,00 metros até o limite da futura Rua das Camélias, segue acompanhando esta rua na distância de 150,00 metros até o Marco M-12, daí vira à direita, acompanhando a divisa com a Granja Planalto, rumo de 358° 01'51", por uma distância de 66,28 metros até o Marco M-11, fechando a área com metragem de 11.121,00 M.2.

ABRIR SE LACRE Odelmo VISTO

3.2.2 - Para que se efetive o acordo, o DESAPROPRIADO cede ao Município a propriedade das referidas glebas da Matrícula nº 102.866 e partes da Matrícula nº 93.482, transferindo-lhe toda posse, domínio, direito e ação que sobre a mesma gleba e benfeitorias vinha exercendo, obrigando-se a responder pela evicção de direitos quando e se for chamada à autoria.

NÚCLEO DE PROTOCOLO FL. 06 P.M.U.

3.2.3 – As medidas e traçados referidos nesta sub-cláusula poderão ser retificadas ou alteradas em benefício da implantação da Avenida dos Lírios Amarelos e rotatória a ser implantada no cruzamento da Rodovia Uberlândia - Miraporanga.

3.2.4- Acordam as partes em fixar o valor da desapropriação em R$ 1.349.060,00 ficando sem efeito as avaliações constantes dos autos.

3.2.5 – O pagamento do preço será feito sob a seguinte forma:

a - Parte em dinheiro, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a serem pagos no prazo de 20 (vinte) dias após a aprovação legislativa deste acordo;

b - Mediante a transferência de lotes e benfeitorias incorporadas aos mesmos, que serão entregues ao DESAPROPRIADO, em partes diversas no loteamento a ser implantado na gleba objeto deste acordo, lotes estes em número de 232 - 206 (duzentos e trinta e dois), perfazendo a área de 78.678,99 m² (setenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito e noventa e nove metros quadrados). ▷62.350,51 m²

3.2.5.1 Pela transferência dos lotes referidos no item anterior com a respectiva infra-estrutura, o DESAPROPRIADO não será obrigado a nenhum pagamento, inclusive impostos e taxas, emolumentos cartorários referentes a escrituras e registros, ficando liberado para livremente dispor dos lotes como lhe convier.

3.2 – Para todos os efeitos legais, os custos dos 232 lotes e de implantação da infra-estrutura respectiva são especificados pela seguinte forma:

▷206 ▷1198,84 ▷246.961,04

Preço por lote sem benfeitoria		
232	R$ 1.152,34	R$ 267.342,88

CUSTOS DAS BENFEITORIAS

Terraplenagem	R$ 91.671,10
Água potável	R$ 55.211,00
Esgotamento sanitário	R$ 221.866,00
Drenagem	R$ 165.217,30
Pavimentação	R$ 295.481,00
Energia/iluminação	R$ 192.300,72
SUB-TOTAL	R$ 1.041.717,12
Parte em Dinheiro	R$ 40.008,00
TOTAL GERAL	R$ 1.349.060,00

3.4 – Fica entendido que, se por qualquer motivo, não se efetivar a implantação, em sua totalidade, do conjunto residencial que ocupará a gleba, o DESAPROPRIADO receberá de volta, automaticamente, a parte da gleba desapropriada onde a implantação do loteamento não tiver sido executada, mediante a simples constatação em mora do MUNICÍPIO, que se compromete também à restabelecer a aprovação do loteamento do JARDIM CÉLIA, constante do Projeto nº 10.151/2000 pela Secretaria Municipal do

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA VISTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO VISTO

158

2º ADITIVO DO TERMO DE ACORDO DE DESAPROPRIAÇÃO,

realizado entre o Município de Uberlândia e Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda., representados por seus titulares que a esta subscrevem, para efeito de cumprimento de acordo celebrado e da r. Decisão que o homologou, nos autos da desapropriação judicial nº 702.06.313954-8 resolveram definir e esclarecer o seguinte:

1)- Considerando a obrigação constante do item 3.5 do TERMO DE ACORDO EM DESAPROPRIAÇÃO, assinado pelas partes em 08.11.2006 e homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Fazenda Públicas e Autarquias do Município de Uberlândia;

2)- Considerando o TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE IPTU DO LOTEAMENTO JARDIM CÉLIA, assinado pelas partes em 23.04.2008, onde o Município de Uberlândia aceitou receber os lotes 01, 02, 03, 04, 58, 59, 60 e 61 da Quadra 26 do Loteamento Jardim Célia, como Dação em Pagamento para liquidar as dívidas nº 20.149.053 e 20.083.882 relativas ao IPTU de 2005 e 5/12 avos do IPTU de 2006 do mencionado loteamento Jardim Célia;

3) – Considerando que os lotes 01 à 09 da Quadra 03 do Loteamento Jardim Célia mencionados no Termo Aditivo que faz parte do Termo de Acordo em Desapropriação já não eram à época de propriedade da empresa Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda, quando da homologação da desapropriação ocorrida em Juízo, devem ser decotados tais lotes do total de 232 que deveriam originariamente serem repassados pelo Município à empresa Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Ltda;

TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE IPTU DO LOTEAMENTO JARDIM CÉLIA

De um lado, **SAINT CLAIR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.072.141/0001-45, com séde nesta cidade de Uberlândia – MG, neste ato representado por seu sócio proprietário, **Sainte Clair Neto,** brasileiro, professor, casado, residente e domiciliado nest ciade de Uberlândia-MG, na Rua Goiás nº 88, apartamento 902 – Centro, portador do CPF Nº 007.960.006-97 e RG nº M-445.722-SSP-MG, e de outro lado **MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA,** neste ato representado por seu Prefeito, Odelmo Leão, resolvem o seguinte:

Em 24.05.2006, foi editado o Decreto de Desapropriação nº 10.276/2006, que tornou indisponível por interesse público o Loteamento Jardim Célia de propriedade da empresa Saint Clair Empreendimentos Imobiliários Lrda.

Desta feita, foi entabulado um Termo de Acordo de Desapropriação amigável, homologado pelo juízo da 2ª Vara de Fazendas Públicas e Autarquias, nos autos do processo nº 070206313954-8, onde o Município de Uberlândia estaria repassando como forma de pagamento à empresa 232 lotes urbanizados, localizados no Jardim Célia.

A empresa em 30.01.2008, ingressou com o processo nº 1598/2008, solicitando isenção do IPTU dos lotes do Loteamento Jardim Célia, a partir do Decreto de Desapropriação.

Encaminhado o processo à SMF para apurar o valor devido de IPTU, chegou-se às dívidas nº 20.149.053 relativa ao IPTU dos lotes do ano de 2005, no valor de R$42.214,88 e nº

20.083.882 relativa a 5/12 avos do ano de 2006, no importe de R$ 17.655,18, totalizando uma dívida no importe de R$ 59.870,06 (Cinqüenta e nove reais e oitocentos e setenta reais e seis centavos).

Tal valor já está adequado aos termos da Lei Complementar nº 458/2007, cuja vigência se encerra no dia 30.04.2008.

Aquilatada a dívida, a empresa, via de seu representante legal, propôs ao Município o pagamento da dívida de IPTUs na forma de DAÇÃO EM PAGAMENTO em lotes urbanizados que o Município terá que transferir à empresa por força do acordo homologado em Juízo.

Restou mensurar o valor de um lote de 250,00m2 situado no Jardim Célia já com toda a infra-estrutura (água, luz, asfalto, etc).

Instada a se manifestar a Comissão de Avaliação do Município, conforme documento em anexo, informa que o valor do lote urbanizado no loteamento Jardim Célia estará em média na casa dos R$ 7.500,00, levando-se em conta que o Município transferirá os lotes já urbanizados para a empresa até 31.12.2008.

A Avaliação da Comissão do Município foi aceita pela empresa e, desta feita, o Município aceitou receber os lotes nº 01, 02, 03, 04, 58, 59, 60 e 61 da Quadra 26 do Loteamento Jardim Célia, na forma de DAÇÃO EM PAGAMENTO pelas dívidas descritas acima.

Desta forma, estando as partes acordadas, assinam o presente TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO para quitação das dívidas nº 20.**149.053** relativa aos IPTUs dos lotes do ano de 2005, no valor de R$ 42.214,88 e nº **20.083.882**

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | PREFEITURA DE UBERLÂNDIA NOSSA CIDADE CADA VEZ MELHOR

Tal permuta importará na disponibilização para o Município de 09 (nove) lotes a mais, os quais serão destinados a construção de unidades habitacionais.

Afinal, conforme demonstrado nos croquis, fls. 16 e 17, os lotes de propriedade pública a serem permutados são de esquina e com medidas que excedem o necessário para a construção de uma unidade habitacional, mas que é insuficiente para desmembramento em duas outras UH, já aqueles que deverão ser recebidos prestam-se a tal desiderato por suas dimensões mais adequadas às edificações a serem neles concretizadas.

Nesse sentido, visando uma das finalidades precípuas do Município que é o atendimento social, e vislumbrando que o resultado final será a possibilidade de se construir uma maior quantidade de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda é que se justifica a presente proposição legal.

Uberlândia, 28 de abril de 2010.

FELIPE JOSÉ FONSECA ATTIÊ
Secretário Municipal de Habitação

PTR

Prefeitura de Uberlândia

3º ADITAMENTO AO TERMO DE ACORDO EM DESAPROPRIAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E *SAINT CLAIR* EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**, com sede na Avenida Anselmo Alves dos Santos n° 600, no Bairro Santa Mônica, nesta cidade, doravante denominado **DESAPROPRIANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Odelmo Leão, portador da Carteira de Identidade RG n° M46638 – SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° 080.333.586-53, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade e ***SAINT CLAIR* EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, doravante denominado **DESAPROPRIADO**, neste ato representado por seu Diretor Saint Clair Neto, portador da Carteira de Identidade RG n° M-445.722 – SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 007.960.006-97, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Olegário Maciel nº 543 – apto 902, no Bairro Centro, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente Aditamento ao Termo de Acordo em Desapropriação firmado em 8 de novembro de 2006, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

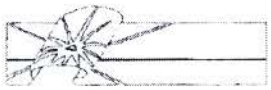
1.1. O presente Aditamento fundamenta-se no subitem 3.7. do item 3 do Termo de Acordo original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste aditamento a alteração do subitem 2.1. do item 2 e dos subitens 3.2.5. e 3.3. do item 3, do Termo de Acordo original, sendo:

"2. OBJETO
2.1. ...

Secretaria Municipal Habitação FLS. 156



Prefeitura de Uberlândia

Os lotes que caberão em pagamento ao DESAPROPRIADO, ao ser restabelecido o registro e aprovação do loteamento denominado Jardim Célia, serão os seguintes:

1ª Etapa:

- Quadra 26	58 lotes =	14.500 m²;
- Quadra 28	01 lote =	403,80 m²;
- Quadra 29	01 lote =	385,58 m²;
TOTAL:		60 lotes

2ª Etapa:

- Quadra 13	47 lotes = 11.992,90 m²;
- Quadra 06	44 lotes = 11.000,00 m²;
- Quadra 08	24 lotes = 6.000,00 m²;
- Quadra 01	14 lotes = 11.028,04 m²;
- Quadra 02	02 lotes = 1.163,63 m²;
- Quadra 10	01 lote = 408,38 m²;
- Quadra 14	03 lotes = 1.102,08 m²;
- Quadra 15	06 lotes = 2.265,06 m²;
- Quadra 17	02 lotes = 781,66 m²;
- Quadra 18	01 lote = 400,35 m²;
- Quadra 19	02 lotes = 918,83 m²;
TOTAL:	146 lotes". (NR)

"3. TERMOS DE ACORDO

...

3.2.5. ...

...

b) mediante a transferência de lotes e benfeitorias a eles incorporadas, que serão entregues ao DESAPROPRIADO, em partes diversas no loteamento a ser implantado na gleba objeto deste Acordo, lotes estes em número de 206 (duzentos e seis), perfazendo a área de 62.350,31 m² (sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta vírgula trinta e um metros quadrados).

Marily V. S. Melazo Secretária Municipal de Administração VISTO S.M.A.
Patrimônio Imobiliário do Rossasco VISTO
Diretoria de Patrimônio Célia Gonçalves dos Reis VISTO PMU
Secretaria Mun. de Finanças VISTO
Assessor Econômico Financeiro Moacir José de Carvalho VISTO
Secretaria Municipal Habitação José Fonseca Andrade VISTO S.M.H.
Procuradoria Geral do Município VISTO

Secretaria Municipal FLS. 157

Prefeitura de Uberlândia

...

3.3. Para todos os efeitos legais, os custos dos 206 (duzentos e seis) lotes e da implantação da respectiva infraestrutura são especificados pela forma a seguir especificada:

Preço por lote sem benfeitoria:
206 x R$ 1.198,84 = R$ 246.961,04
...". (NR)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1.) Ratificam-se em todos os termos e condições as demais cláusulas constantes do termo original, naquilo que não conflitar com este Aditamento, ora a constituir parte integrante e complementar daquele.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam este termo, perante as testemunhas signatárias, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Uberlândia, 04 de agosto de 2010

Odelmo Leão
Prefeito

Saint Clair Neto
Diretor/Desapropriado

Testemunhas:

Nome: Edmar Nunes de Moura Cunha
CPF: 951.358.806-82

Nome: Jailson José Silva.
CPF: 677.245.826-53

AVR/PGMN°827/2010.

3 de 3

Portaria MCid nº 379 de 15/08/2007

Publicado no DO em 3 set 2007

Divulga o resultado do primeiro processo de seleção de propostas de operação de crédito do Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público - PRÓ-MORADIA, operado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, exercício 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, o inciso III, do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 3º, do Anexo I, do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, o art. 6º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66, do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e,

Considerando o disposto no Anexo II, da Resolução nº 520, de 7 de novembro de 2006, do Conselho Curador do FGTS, regulamentado pela Instrução Normativa nº 17, de 8 de maio de 2007, com a redação dada pelaInstrução Normativa nº 31, de 11 de julho de 2007, ambas do Ministério das Cidades, que aprova o Orçamento Operacional do FGTS, para o exercício de 2007;

Considerando o disposto no subitem 1.4, do Anexo II, daResolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, com a redação dada pelo item 1, da Resolução nº 524, de 13 de março de 2007, ambas do Conselho Curador do FGTS, que altera a forma de distribuição de recursos da área de Habitação Popular, destinados ao Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA;

Considerando o disposto no item 5, do Anexo, daResolução nº 469, de 8 de março de 2005, do Conselho Curador do FGTS, regulamentado pelo item 5, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 16, de 4 de maio de 2007, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre os processos de enquadramento, hierarquização, seleção e contratação de propostas de operação de crédito no âmbito do Programa PRÓ-MORADIA; e

Considerando o teor da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 3.466, de 29 de junho de 2007, ambas do Conselho Monetário Nacional, que autoriza a contratação de novas operações de crédito com o setor público, no âmbito do Programa PRÓ-MORADIA, resolve:

Piracicaba/SP0 Nota: VerPortaria MCid nº 384, de 06.08.2008, DOU 07.08.2008, que torna sem efeito esta proposta de operação de crédito.	138	0000.010484/2007-19	Urbaniz./Regulariz. Assent. Precários	2.816.034,56	21.625
Uberlândia/MG0	148	0000.023832/2007-18	Produção de Conjuntos Habitacionais	30.217.600,00	1.136

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

TCHAU ALUGUEL – ETAPA PRÓ-MORADIA

1.IDENTIFICAÇÃO

Programa: PRÓ-MORADIA – Programa de Atendimento Social através do Setor Público. Empreendimento: Tchau Aluguel Etapa – 1136 unidades habitacionais no Residencial Jardim Célia	Ação/Modalidade: Apoio do Poder Público para construção habitacional a famílias de baixa renda.
	Localização/Município: Uberlândia UF: MG
Fonte de recursos: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Regime de produção: Empreitada
Objeto de intervenção: Produção de conjunto habitacional.	
Executor da intervenção: Prefeitura Municipal de Uberlândia	
Tel.: (34) 3239-2444 3239-2443	e-m@il: gabineteprefeito@uberlândia.mg.gov.br
Executor da intervenção: Secretaria de Desenvolvimento Social Habitação e Trabalho:	
Tel.: (34) 3239-2578 / 3239-2576 / 32392539	e-m@il: divassistencial@uberlandia.mg.gov.br
Responsavel Técnico-Social: Naiza Frattari Yunes	Formação: Assistente Social
Tel.: (34) 3239-2587	e-m@il:
Valor do Trabalho Técnico Social: R$ 481.444,50	Repasse: Contrapartida Financeira: Contrapartida Física: Outros: R$
Prazo do Trabalho Tecnico Social: 16 meses	Prazo de Obras: 12 meses

Nº Famílias	Nº de pessoas	60 % de mulheres Chefe de Família	Nº de famílias em situação de risco	Renda média familiar (3 SM)
1136	4544			

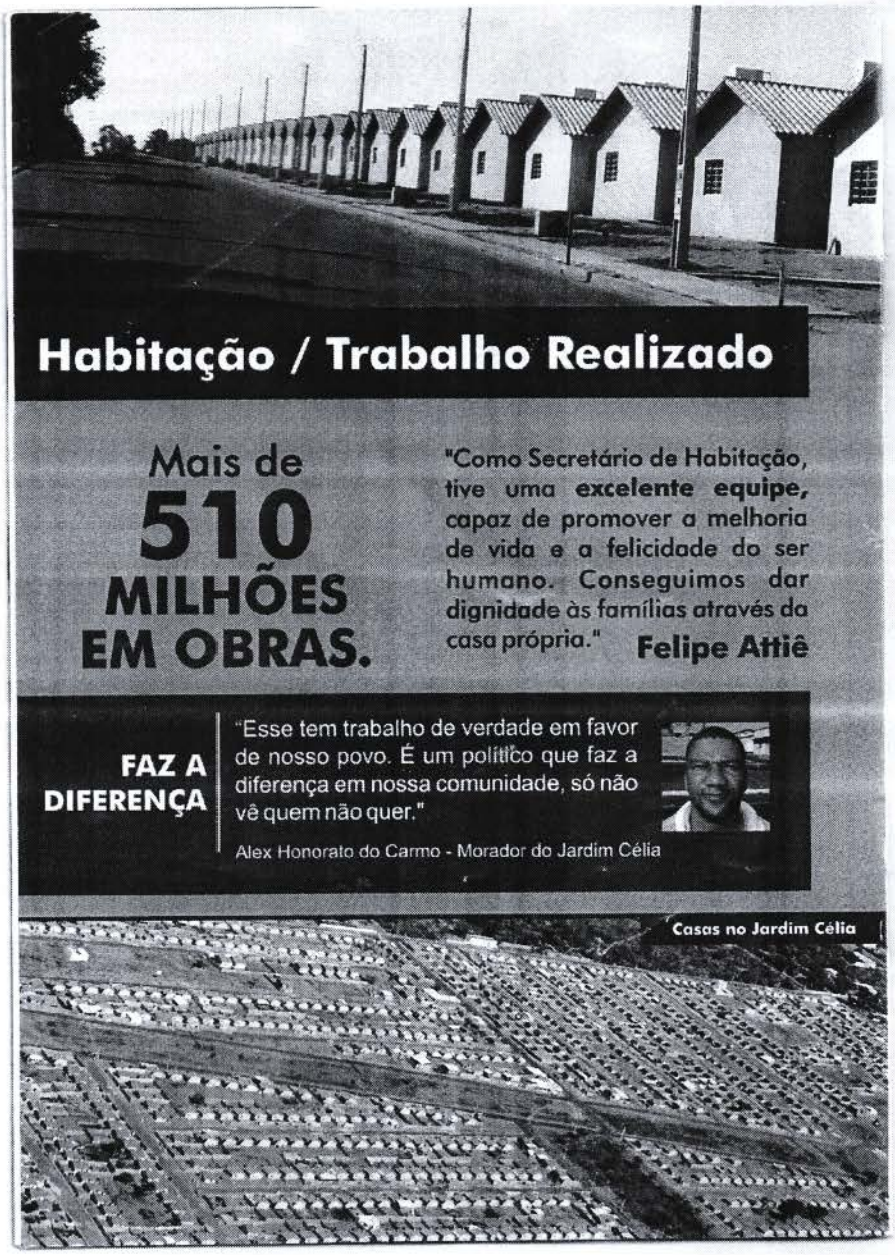
2.CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E DO ENTORNO

O município de Uberlândia possui área de 4.040 Km² e está situado no domínio dos planaltos e chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná, estando inserido na sub-unidade do Planalto Meridional da Bacia do Paraná (Latitude: 18º 55' 23" Sul – Equador, Longitude: 48º 17' 19" Oeste – GNT) , caracteriza-se por se tabular, levemente ondulado e com altitude inferior a 1.000 metros (a altitude média do município é de 863 metros). Destaca-se a bacia do Rio Uberabinha, manancial de grande importância, para o abastecimento de água à população de Uberlândia. Suas águas são captadas em dois sistemas públicos de tratamento: Sucupira e Bom Jardim. Com uma área de aproximadamente 2.200 Km², a bacia do Rio Uberabinha ocupa mais da metade da área do Município, onde desempenha função vital no abastecimento público de água e na utilização agrícola. Situa-se também entre o rio Tijuco e Araguari (ambos afluentes do rio Paranaíba).

O clima predominante de Uberlândia por estar no hemisfério meridional da Terra, que se caracteriza por um equilíbrio entre massas continentais e massas oceânicas, e, que se justificam as temperaturas mais amenas e maior umidade relativa do ar. Segundo a classificação climática adotada didaticamente, o clima predominante de Uberlândia é classificado como tropical de altitude, ou seja, com temperaturas amenas e chuvas (precipitações pluviométricas) repartidas em duas estações: úmida e seca.

A vegetação predominante é o cerrado. Uberlândia apresenta todos os tipos fisionômicos do Cerrado (Vereda, Campo Limpo, Campo Sujo ou Cerradinho, Cerradão, Mata de Várzea, Mata Galeria ou Ciliar e Mata Mesofítica) distribuídos de acordo com o tipo de solo e à proximidade do lençol freático. A área verde por habitante é de 15,26m², ou seja, para cada habitante existe 15,26 m² de área verde., a Organização Mundial de Saúde, recomenda para as regiões tropicais um mínimo12 m² por habitante. O bairro Residencial Jardim Célia (área de desenvolvimento do projeto) localiza-se na região sudoeste do

		Importância e a Preservação da água.	X				
		- Palestra informativa sobre a formação e Manutenção de Horta Caseira.		X			
		- Palestra com o tema "Melhor Qualidade de vida" (alimentação saudável e a pratica de exercícios físicos).		X			
		- Palestra com o tema "Convivência familiar e comunitária".			X		
3° ETAPA Conclusão Monitoramento e Avaliação; e Pós-ocupação	-Avaliar o nível de satisfação à adaptação dos beneficiários à nova moradia	-Preencher o formulário de Pós Ocupação junto às famílias		X	X	X	X
	-Estimular e incentivar a formação da Associação de Moradores e Catadores de Materiais Reciclável	Reuniões com pequenos grupos para detectar possíveis lideranças comunitárias e interessados em participar da formação da Associação de Moradores com a participação do Conselho de Entidades Comunitárias, paralelamente levantar os moradores que fazem a coleta de material reciclável, visando a formação de uma Cooperativa.		X	X	X	X
	_Implantação do NAICA	-Núcleo Governamental para atender 200 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 11 meses, em dois turnos, no período extra escolar. Os atendidos serão divididos em turmas e passarão pelas seguintes atividades: artísticas, culturais, esportivas, recreativas e de inclusão digital, tais como: crochê, capoeira, dança, futebol, inclusão digital e etc.				X	X


Habitação / Trabalho Realizado
Mais de
510
MILHÕES
EM OBRAS.
"Como Secretário de Habitação, tive uma excelente equipe, capaz de promover a melhoria de vida e a felicidade do ser humano. Conseguimos dar dignidade às famílias através da casa própria." Felipe Attiê
FAZ A DIFERENÇA
"Esse tem trabalho de verdade em favor de nosso povo. É um político que faz a diferença em nossa comunidade, só não vê quem não quer."
Alex Honorato do Carmo - Morador do Jardim Célia
Casas no Jardim Célia



Casas no Shopping Park

"Nunca imaginei morar tão bem aqui neste bairro, perto de clubes e shopping. Todos os dias você vê o progresso chegando e o nosso bairro melhorando. Amo minha casa e o lugar onde moro.



Rosa Cristina Pereira Costa, Auxiliar de Educação Básica
Moradora do Shopping Park



Pelas mãos de Felipe Attiê e Odelmo Leão, Dona Salvina, filha de escravos, conseguiu realizar o seu sonho da casa própria aos 102 anos de idade.